



INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – IF BAIANO
CAMPUS CATU
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

NADJA DE ASSIS MENDONÇA

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO: POSSIBILIDADES E
DESAFIOS**

CATU-BA
2022

NADJA DE ASSIS MENDONÇA

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO: POSSIBILIDADES E
DESAFIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Campus Catu como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Gilvan Martins Durães

Coorientadora: Profa. Dra. Cristiane Brito Machado

**CATU-BA
2022**

NADJA DE ASSIS MENDONÇA

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Campus Catu como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em: 13 de julho de 2022

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Gilvan Martins Durães
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) – Orientador



Profa Dra. Cristiane Brito Machado
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) – Coorientadora



Profa. Dra. Jocelma Almeida Rios
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (ProfEPT/IFBA)



Profa. Dra. Janaína dos Reis Rosado (IF Baiano)
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) (externa ao ProfEPT)

M 539 Mendonça, Nadja de Assis

Educação profissional no serviço militar obrigatório: possibilidades e desafios / Nadja de Assis Mendonça. - 2022.

109 f.: il.color.;

Orientador (a): Prof. Dr. Gilvan Martins Durães.

Co-orientador(a): Profa. Dra. Cristiane Brito Machado.

Inclui bibliografia: p. 87-91

Dissertação (mestrado), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Catu, 2022

1. Educação para o trabalho. 2. Educação profissional. 2. Educação no serviço militar. I. Durães, Gilvan Martins. II. Título.

CDU: 37.035.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação para o trabalho - 37.035.3

Ana Paula Ribeiro – Bibliotecária - CRB5/1583

Dedico esta dissertação à classe trabalhadora brasileira, que financia a escola pública e gratuita sem a qual eu não chegaria até aqui.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo.

A Elzinha, minha mãe, minha referência no mundo.

A Marília, Enio, Ludovico, Lola e Flash Luís, pelo apoio e tolerância com as minhas ausências.

Ao Prof. Dr. Gilvan Martins Durães, orientador, e à Prof^ª. Dra. Cristiane Brito Machado, coorientadora, pela competência e generosidade.

Aos professores do ProfEPT do IF Baiano Campus – Catu pelo conhecimento partilhado, rica contribuição à minha formação acadêmica.

Ao Comandante da então Escola de Formação Complementar do Exército, nos anos de 2020 a 2021, Coronel Rubem Mendes da Costa Neto, por ter autorizado esta pesquisa nas dependências da EsFCEEx.

Aos oficiais e praças da EsFCEEx que participaram da pesquisa, pela confiança no nosso trabalho.

Aos colegas da turma 2019, pela empatia, solidariedade, pelas muitas risadas. Aos meus companheiros de viagem Salvador-Catu, Aline e Victor, hoje, amigos para a vida toda.

À bibliotecária Patrícia Conceição Silva pela colaboração desde as primeiras pesquisas bibliográficas à fase final deste trabalho.

À Prof^ª. Gabriela Maciel Forma, pela paciência com leituras, releituras e revisões de texto.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

RESUMO

Anualmente milhares de jovens brasileiros, do sexo masculino, realizam o alistamento militar obrigatório ao completarem 18 anos de idade. Para o senso comum brasileiro, o alistamento e o Serviço Militar Obrigatório (SMO) constituem um rito de passagem para a vida adulta. Para muitos jovens, é também uma oportunidade de primeiro emprego formal. Do início do século XIX, com a chegada da família real portuguesa, até a segunda década do século XX, o recrutamento para o Serviço Militar passou por algumas transformações até que se efetivasse um sistema de sorteio, previsto em lei, com o objetivo de universalizar a prestação do serviço militar e pôr fim ao recrutamento forçado. No Brasil Império, “Tributo de sangue” era uma expressão usada pelos cidadãos para nomear as levas do recrutamento militar durante o século XIX (MENDES, 2004). A relação entre serviço militar e formação profissional possui raízes históricas. O ensino de ofícios manufatureiros se desenvolveu na medida da ampliação do aparato administrativo, judiciário, fiscal e militar, decorrente da transferência do núcleo do aparelho estatal da metrópole para a colônia, em 1808. Após a Proclamação da Independência, em 1822, o aumento do efetivo militar e a necessidade de uma rede de fornecimento de insumos para manutenção das tropas, provocou a ampliação e multiplicação dos arsenais de guerra, estabelecimentos militares voltados para a logística militar que também serviam para formação de mão de obra (CUNHA, 2005). Esta dissertação analisa as possibilidades e desafios da educação profissional no Serviço Militar Obrigatório, em um estudo de caso, com abordagem qualitativa, na então Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador (EsFCEX/CMS), no ano 2021. A coleta de dados foi feita por entrevistas semiestruturadas, transcritas e analisadas a partir dos pressupostos metodológicos da análise de conteúdo apresentados por Bardin (2016) e Franco (2005). O referencial teórico está ancorado na discussão sobre educação como direito do cidadão, sobre políticas públicas de educação para o trabalho, em especial para juventude, e sobre as transformações no mundo do trabalho neste início de século XXI, baseado nas ideias de Saviani (2005; 2008), Arroyo (1995), Frigotto (2010a; 2010b; 2010c), Freire (2020); Ciavata (2012), Antunes (2009; 2011; 2018), Filgueiras (2021) e outros. Os resultados apontam a ligação entre Serviço Militar e educação profissional, a partir do viés histórico; para a percepção do quartel como espaço de educação não formal; para a necessidade de um debate sobre políticas públicas para a juventude e (re)inserção do jovem no mundo do trabalho. O produto educacional desta pesquisa é o portal na internet Trilhas da Educação e do Trabalho, composto pela trilha da educação profissional e tecnológica, a trilha do empreender e a trilha do emprego formal. A construção das trilhas baseou-se na análise de dados que possibilitou esboçar um perfil médio do soldado conscrito como sendo um jovem periférico, com escolaridade incompleta, com planos em terminar os estudos e procurar um emprego, ou empreender, após o licenciamento do serviço militar.

Palavras-chave: Exército Brasileiro. Mundo do Trabalho. Políticas Públicas. Ensino Profissional. Educação Profissional.

PROFESSIONAL EDUCATION IN COMPULSORY MILITARY SERVICE: POSSIBILITIES AND CHALLENGES

ABSTRACT

Every year, thousands of Brazilian young males undergo compulsory military enlistment upon reaching 18 years old. For common sense of Brazilian, enlistment and compulsory military service created a rite of passage to adulthood. For many young male, it is also an opportunity for the first formal jobs. From the beginning of the 19th century, with the arrival of the Portuguese Royal Family, until the second decade of the 20th century, recruitment for the military service passed by changes, until a prize draw system was implemented, provided for by law, with the objective of universalizing the provision of the military service and put an end to forced conscription. In Imperial Brazil, "Blood Tribute" was an expression used by citizens to name the waves of military recruitment during the 19th century (MENDES, 2004). The relation between military service and professional training has historical roots. The teaching of manufacturing crafts developed as the administrative, judicial, fiscal and military apparatus expanded, as a result of the transfer of the core of the state apparatus from the metropolis to the colony, in 1808. After the Proclamation of Independence, in 1822, the increase in military personnel and the need for a supply network for the maintenance of troops caused the expansion and multiplication of war arsenals, military establishments focused on military logistics that also served to train manpower (CUNHA, 2005). This dissertation analyzes the possibilities and challenges of professional education in the compulsory military service, in a case study, with a qualitative approach, at Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador (EsFCEX/CMS), in the year 2021. Data collection was made by semi-structured interviews, transcribed and analyzed based on the methodological assumptions of content analysis presented by Bardin (2016) and Franco (2005). The theoretical references is anchored in the discussion on education as a citizen's right, on public education policies for work, especially for young people, and on the transformations in the world of work at the beginning of the 21st century, based on Saviani's ideas (2005; 2008), Arroyo's (1995), Frigotto's (2010a; 2010b; 2010c), Freire's (2020); Ciavata's (2012), Antunes (2009; 2011; 2018), Filgueiras (2021) and others. The results point to the connection between military service and professional education, from the historical point of view; to the perception of the barracks as a space for non-formal education; to the need for a debate on public policies for youth and the (re)insertion of young people into the world of work. The educational product of this research is the internet portal Trilhas da Educação e do Trabalho, composed of the professional and technological education trail, the entreprising trail and the formal employment trail. The construction of the trails was based on data analysis that made possible to draft an average profile of the conscripted soldier as a suburb young, with incomplete schooling, with plans to finish school and look for a job, open the own business, after military service licensing.

Keywords: Brazilian Army. World of work. Public policy. Professional Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCSv – Companhia de Comando e Serviços

COTER – Comando de Operações Terrestres

DSM – Diretoria de Serviço Militar

EB – Exército Brasileiro

END – Estratégia Nacional de Defesa

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

ESFCEX/CMS – Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador

ESFCEX – Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército

IFBaiano – Instituto Federal Baiano

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MD – Ministério da Defesa

OM – Organização Militar

ProfEPT – Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica

PSC – Projeto Soldado Cidadão

SMO – Serviço Militar Obrigatório

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE I – TCLE – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

APÊNDICE II – GUIA DE ENTREVISTAS

APÊNDICE III – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ENCARREGADO DE PESSOAL DA COMPANHIA DE COMANDO E SERVIÇOS

APÊNDICE IV – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COMANDANTES DE PELOTÃO DA COMPANHIA DE COMANDO E SERVIÇOS

APÊNDICE V – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA CHEFE/ADJUNTO DE DIVISÃO/SEÇÃO

APÊNDICE VI – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA CABOS/SOLDADOS

APÊNDICE VII - DECLARAÇÃO NÃO UTILIZAÇÃO DO TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE

APÊNDICE VIII- TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA COPARTICIPANTE

APÊNDICE IX - TERMO DE CONCESSÃO

APÊNDICE X - CARTA DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PROPONENTE

APÊNDICE XI - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

APÊNDICE XII - DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE PESQUISA

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Taxa de distorção idade-série por município 2021.....	72
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cursos do Projeto Soldado-cidadão na cidade de Salvador de 2015 a 2021.....	38
Quadro 2: Cursos realizados pelos soldados da ESFCEEx no ano de 2021.....	40
Quadro 3: Pesquisa bibliográfica.....	45
Quadro 4: Temas iniciais - Eixos temáticos.....	58
Quadro 5: Grupo A: Eixos temáticos – Categorias de Análise	59
Quadro 6: Grupo B: Eixos temáticos – categorias de análise.....	59
Quadro 7: Respostas à pergunta: Por que você foi voluntário para o Serviço Militar?.....	61
Quadro 8: Resposta à pergunta: Como era sua vida profissional e de estudo antes do serviço militar?.....	61
Quadro 9: Profissões dos pais.....	63
Quadro 10: Resposta à pergunta: Você acha que esse aprendizado durante o SMO será útil para sua vida profissional?.....	63
Quadro 11: Frequência de respostas à pergunta: “Você acha que esse aprendizado durante o SMO será útil para sua vida profissional?”.....	64
Quadro 12: Resposta à pergunta: “O que você pretende fazer depois do Serviço militar?”...65	
Quadro 13: Respostas à pergunta: “Como você descreveria o perfil do soldado que presta Serviço Militar na EsFCEEx?.....	67
Quadro 14: Oportunidades de formação profissional (visão dos chefes).....	69
Quadro 15: Planos de vida futura (percepções dos chefes).....	70

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma da pesquisa.....	51
Figura 2 – Página inicial do Portal Trilhas da Educação e do Trabalho.....	76
Figura 3 – Padlet.....	77
Figura 4 – Trilha da Educação Profissional e Tecnológica.....	78
Figura 5 – Trilha do empreender.....	79
Figura 6 – Trilha do emprego formal.....	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.....	81
Gráfico 2.....	81
Gráfico 3.....	82

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	SERVIÇO MILITAR: UM ESPAÇO PARA A EDUCAÇÃO.....	21
2.1	O Serviço Militar Obrigatório na atualidade.....	21
2.2	A origem do Serviço Militar Obrigatório.....	23
2.3	Intercessões históricas entre a educação profissional e o Serviço Militar.....	28
3	POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO.....	32
3.1	Políticas públicas de educação profissional para a juventude e o Projeto Soldado-Cidadão.....	35
3.2	Os quartéis como espaços de educação não-formal.....	41
3.3	Revisão sistemática de trabalhos relacionados.....	44
4	METODOLOGIA.....	49
4.1	Local da pesquisa.....	52
4.2	Os sujeitos da pesquisa.....	53
4.3	Considerações éticas sobre a pesquisa.....	55
5	ANÁLISE DE DADOS.....	57
5.1	Perfil e percepções dos soldados.....	60
5.2	O olhar dos chefes.....	67
5.3	Sobre possibilidades e desafios para a educação.....	71
6	PRODUTO EDUCACIONAL: Trilhas da Educação e do Trabalho.....	74
6.1	Trilha da Educação Profissional e Tecnológica.....	77
6.2	Trilha do empreendedor.....	78
6.3	Trilha do emprego formal.....	79
6.4	Validação do produto educacional.....	81
6.4.1	Formulário de avaliação do produto educacional.....	81
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84

REFERÊNCIAS

APÊNDICES

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto da inquietação da pesquisadora, Bacharel em Comunicação Social/Relações Públicas, militar do Exército Brasileiro desde 1998, servindo desde 2006 na antiga Escola de Formação Complementar do Exército/Colégio Militar de Salvador, atual Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército, diante do desafio de realizar uma pesquisa científica na área de educação, escrever uma dissertação e elaborar um produto educacional dentro de uma das linhas de pesquisa do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, oferecido pelo Instituto Federal Baiano, Campus Catu-Ba.

Desafio porque o ambiente de trabalho da pesquisadora e *locus* da pesquisa é uma escola de formação militar, um quartel, e porque os sujeitos da pesquisa não são alunos de nenhum dos cursos que funcionam nessa escola.

Os sujeitos da pesquisa são soldados conscritos¹, normalmente chamados de recrutas, jovens que fizeram o alistamento militar ao completarem 18 anos de idade, passaram por uma seleção geral, seguida de uma seleção complementar, e foram designados para prestar o Serviço Militar Obrigatório (SMO) na Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador, no ano de 2021. São todos jovens, do sexo masculino, que possuem entre 19 e 23 anos, que residem em Salvador ou na região metropolitana. A maioria já estava no mundo do trabalho desde os 16 anos, ou até mesmo antes.

Metade da amostra pesquisada não concluiu o ensino médio. A quase totalidade dos pais e mães desses jovens não possui formação escolar em nível superior, são pessoas de profissões/ocupações de baixa remuneração e pouca valorização social e que pertencem à classe-que-vive-do-trabalho, aqui entendida como noção ampliada de classe trabalhadora, englobando todos aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário, o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, o *part time*, os trabalhadores hifenizados (ANTUNES, 2009, p.103).

O ambiente do local da pesquisa difere bastante dos espaços escolares, notadamente, os Institutos Federais da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica

1

Conscritos - Brasileiros que compõem a classe chamada para a seleção, tendo em vista a prestação do Serviço Militar inicial.

(IF's), onde uma boa parte das pesquisas do ProfEPT são desenvolvidas, e onde existe a oferta do Ensino Médio Integrado (EMI), muito próximo da concepção de Omnilateral, da “escola unitária, universal, gratuita, laica e politécnica” (FRIGOTTO, 2010c, p. 26). Entretanto, talvez os sujeitos desta pesquisa guardem muito mais semelhanças com os estudantes dos IF's do que se possa imaginar em um primeiro momento.

A base teórica deste trabalho situa-se na confluência entre educação e trabalho no contexto do jovem que está na fase de prestar o Serviço Militar Obrigatório e no entendimento que pesquisar sobre a EPT em espaços que estão para além do ensino médio integrado (EMI) é uma contribuição para o fortalecimento dessa concepção de educação. A delimitação espaço-temporal serve ao rigor metodológico que a pesquisa científica exige, mas entendemos que os sujeitos desta pesquisa possuem um perfil socioeducacional similar a outros milhões de jovens brasileiros, da mesma faixa etária, que tenham prestado, ou não, o serviço militar.

A relação entre serviço militar e formação profissional possui raízes históricas. Segundo Cunha (2005), com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, a transferência do núcleo do aparelho estatal da metrópole para a Colônia assentou as bases de instituições formadoras de artífices. O ensino de ofícios manufatureiros se desenvolveu na medida da ampliação do aparato administrativo, judiciário, fiscal e militar. Após a Proclamação da Independência, em 1822, o aumento do efetivo militar e a necessidade de uma rede de fornecimento de insumos para manutenção das tropas, provocou a ampliação e multiplicação dos arsenais de guerra, estabelecimentos militares voltados para a logística militar que também serviram para formação de mão de obra, a partir do enorme contingente de pretos e pardos desvalidos de toda sorte.

Os estabelecimentos militares foram, assim, os primeiros a explicitarem a utilização no Brasil, a partir da segunda década do século XIX, de menores órfãos, pobres ou desvalidos, como matéria-prima humana para a formação sistemática da força de trabalho para seus arsenais, da mesma forma como se utilizavam dessa fonte, se constituída de maiores de idade, para o preenchimento dos quadros da tropa e da população (idem, 2005, p. 112).

Em 1834, o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro admitia jovens de 8 a 12 anos que aprendiam um ofício até os 21 anos, quando recebiam um certificado de mestre e eram contratados como operários, passando a receber soldo. A partir de 1842, a aprendizagem era feita até os 18 anos de idade e os artífices eram obrigados a sentar praça e a prestar, pelos menos, 8 anos de serviço militar (CUNHA, 2005).

Muito diferente dos tempos de recrutamento forçado, do chamado ‘tributo de sangue’ do passado, como será visto no capítulo 2.2, referente às origens históricas do Serviço Militar, hoje, na maioria das cidades brasileiras o número de voluntários é muito superior ao número de vagas para a incorporação, afinal o número de quartéis não cresce na mesma proporção do crescimento populacional. O jovem alistado passa por uma seleção geral, caso seja aprovado passa por uma seleção complementar. Na medida em que há excesso de contingente disponível e é feita uma seleção de acordo com os critérios de cada Força Armada, o Serviço Militar é obrigatório na forma da lei, mas na prática acaba sendo voluntário.

Entretanto, como será vista no capítulo dedicado à análise da dados desta pesquisa, o perfil dos conscritos é o de jovens de classe baixa, boa parte com ensino médio incompleto e pais com profissões/ocupações de baixa remuneração e pouca valorização social. A maioria buscou o serviço militar como uma possibilidade de emprego formal para ajudar a família.

O referencial teórico desta pesquisa está ancorado na discussão sobre educação como um direito, sobre políticas públicas de educação para o trabalho, em especial para juventude, e sobre as transformações no mundo do trabalho neste início de século XXI, baseado nas ideias de Saviani (2005; 2008), Arroyo (1995), Freire (2020); Frigotto (2010a; 2010b; 2010c), Ciavata (2012), Antunes (2009; 2018), Filgueiras (2021) e outros.

Na discussão sobre educação, concordamos com Saviani (2005), para quem é impossível compreender radicalmente a história da sociedade contemporânea, conseqüentemente, a história da educação contemporânea, sem compreender o movimento do capital.

Em meados do século XIX, Marx e Engels acreditavam que as crises sucessivas do capitalismo criariam condições objetivas para a revolução proletária. O ciclo decenal de estagnação, superprodução que se repetiu de 1825 a 1867, conduziu a uma depressão crônica e duradoura e não à superação do capitalismo, assim como a revolução de 1848 na França também não resultou na esperada revolução do proletariado. Neste mesmo sentido, Lênin acreditava na Revolução Russa de 1917 como o estopim para superação do capitalismo em escala mundial. O capitalismo não foi superado e veio a grande depressão de 1929, seguida de mais um ciclo de recuperação. Da pós-recuperação econômica (1930) até a crise da década de 1970, o taylorismo-fordismo regeu o processo produtivo e a organização do trabalho. A economia de escala, o consumo de massa, o emprego de grande número de trabalhadores, a organização sindical e o compromisso entre o Estado, empresas e sindicatos de trabalhadores, caracterizam o chamado Estado-de-bem-estar (wellfare state). O crescimento da economia

garantiu um relativo equilíbrio social, favoreceu o avanço tecnológico de modo tão significativo que houve uma percepção generalizada de que uma nova revolução industrial ou revolução da informática, ou ainda, uma revolução da automação transcorria (SAVIANI, 2005, p.19-20).

Segundo Antunes (2009) A partir da década de 70, após um longo período de acumulação de capitais, o capitalismo experimentou uma crise sinalizada pela queda da taxa de lucro, em consequência do aumento do preço da força de trabalho, que por sua vez decorreu da intensificação das lutas sociais dos anos 60. O padrão de acumulação taylorista/fordista, expressão fenomênica da crise estrutural do capital, esgotou-se pela incapacidade de responder à retração do consumo, na verdade uma retração consequente do desemprego estrutural que então se iniciava.

O taylorismo-fordismo foi substituído pelo Toyotismo, padrão produtivo da acumulação flexível de capital cuja gênese é uma filosofia elaborada por engenheiros da Toyota. Segundo Alves (2011), se o *welfare state* estabelecia barreiras à superexploração da força de trabalho, o padrão de acumulação flexível extirpa essas barreiras e facilita o processo de precarização do trabalho. O engajamento moral-intelectual dos operários na produção do capital é imprescindível, o que implica a necessidade de captura da subjetividade do trabalho vivo pelos ditames da produção de mercadorias. O Toyotismo mobiliza o corpo e a mente. A fábrica toyotista é uma fábrica enxuta, o espírito toyotista impulsiona a terceirização, o trabalho por encomenda, o trabalho clandestino.

Nesse contexto, o desemprego passa a ser um dos elementos do processo de controle de crises do capitalismo, ao acionar o mecanismo de desaquecimento da economia como forma de mantê-la ajustada às relações sociais vigentes, comandadas pelos interesses do sistema financeiro internacional (SAVIANI, 2005, p.22).

Segundo Frigotto (2010b, p. 17), o capitalismo passa por sua crise estrutural mais profunda ao final do século XX e sua recomposição materializa-se em inúmeras formas de violência, exclusão e barbárie. Para o autor, as concepções ontológicas e teóricas do processo histórico elaboradas por Marx e Engels continuam sendo a base que permite uma análise radical das relações capitalistas de hoje e da problemática do trabalho e da educação. O pressuposto fundamental da análise materialista histórica é que os fatos sociais não são descolados de uma materialidade objetiva e subjetiva. A construção do conhecimento implica em abstração e teorização do movimento dialético.

Neste sentido, segundo Frigotto (2010a), as condições históricas do capitalismo monopolista produziram um conjunto ideias, conceitos e doutrina, dentre elas a ‘teoria do capital humano’, apresentada como uma teoria do desenvolvimento econômico que postulava explicar a desigualdade entre as nações pela tese em que quanto maior o investimento social ou individual em educação, maior seria a produtividade e crescimento econômico em termos globais, e ascensão social em termos individuais.

Na década de 70, as políticas educacionais dos países da América Latina absorveram a teoria do capital humano, marcada pelo reducionismo economicista e tecnicista. A política educacional brasileira do final da década de 60 reforçou os efeitos do economicismo pelo reforço da educação como negócio; pelo dualismo entre a qualidade da educação destinada à elite e a qualidade educação destinada à classe trabalhadora; pelo tecnicismo e fragmentação do ensino; pelo desmantelamento da educação pública e proletarização do magistério público (FRIGOTTO, 2010a; 2010b).

Segundo Arroyo (1995, p. 76), a história da educação burguesa dirigida ao povo comum, aos trabalhadores, gira em torno do binômio de permitir sua instrução e reprimir sua educação-formação, ou o binômio de libertar o povo dos preconceitos da velha ordem, através de um mínimo de modernidade, e reprimir o saber e o poder de classe. A luta pela instrução, a educação, o saber e a cultura fazem parte de uma luta maior entre as classes fundamentais.

Para o autor, o acesso à instrução elementar para todos e o aumento do número de anos que os trabalhadores frequentam a escola passou a fazer parte da lógica da sociedade capitalista. Entretanto, o direito à educação (em sentido amplo) e o reconhecimento enquanto sujeito do saber e da cultura, bem como sua identidade de classe continuam sendo “sistematicamente negados, reprimidos e, enquanto possível, desestruturados por serem radicalmente antagônicos ao movimento do capital”. Expandir o acesso à escola, à instrução, e reprimir a educação para a cidadania é uma estratégia da burguesia para equacionar o binômio libertar-reprimir (ARROYO, 1995, p.77).

O pensamento de Arroyo (1995) dialoga com Paulo Freire (2020, p. 51-52), segundo o qual “não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio” e para quem a temporalidade e historicidade são exclusivas do homem, porque quando este adquire o discernimento sobre sua existência no tempo, descobre a sua temporalidade e a sua historicidade. Segundo Freire, (2020, p. 59), pelo seu poder criador, o homem pode ser eminentemente interferidor, criando, recriando e integrando-se às condições de seu contexto, e ao fazê-lo “lança-se o homem num domínio que lhe é exclusivo – o da história e o da

cultura”. Enquanto o animal é um ser essencialmente da acomodação e do ajustamento, o homem é da integração.

Em consonância com o pensamento Freire (2020) e Arroyo (1995), este trabalho norteia-se pelo entendimento de que os sujeitos desta pesquisa são sujeitos de direito à educação, básica e profissional, e que o objetivo primário deste trabalho é entender o contexto em que se desenvolve o Serviço Militar Obrigatório, no local da pesquisa, ciente da importância do viés histórico para melhor análise, porque a historicidade é inerente ao homem. Feito isso, pretendemos contribuir com a educação desses jovens através do desenvolvimento e implementação do produto educacional, o que será detalhado no capítulo 6, porque acreditamos na natureza de interferir que é própria do homem e da qual fala Paulo Freire (2020).

A incorporação para o Serviço Militar ocorre aos 18 anos, 50% dos entrevistados não concluíram o Ensino Médio que, em tese, deveria ter sido concluído aos 17 anos. Ao término do período de Serviço Militar, esses jovens retornarão ao mundo do trabalho. Certamente encontrarão mais dificuldade em conseguir emprego e profissionalizar-se do que aqueles que terminaram os estudos, uma vez que a educação básica é um fator preponderante para profissionalização.

A parcela de jovens que tentar concluir o ciclo básico de estudos após o Serviço Militar constituirá o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA), pessoas que, por razões diversas, tiveram o direito à educação negado, em geral, já inseridas no mundo do trabalho, e que retornam às instituições de ensino buscando ascensão social e profissional, o que faz do EJA o reduto formal para onde se caminham os excluídos deste processo (CACHO; MOURA, 2010).

Após o licenciamento esse jovem será (re)inserido no mundo do trabalho, o qual tem passado por grandes transformações nas últimas décadas, em escala global. Vivemos em uma sociedade capitalista sob a era da acumulação flexível do capital. Segundo Antunes (2011, p.105), no Brasil, no início dos anos 1990, que o autor chama de década de desertificação neoliberal, um período marcado pela financeirização dos capitais, o fordismo então vigente sofreu os primeiros influxos do Toyotismo e da reestruturação produtiva global. A necessidade de elevação da produtividade de capitais deu-se pela reorganização sociotécnica da produção, redução do número de trabalhadores e intensificação das jornadas de trabalho, surgimento dos sistemas de produção *just-in-time*, dentre outros elementos do Toyotismo flexibilizado.

Neste sentido, segundo Filgueiras (2021, p.31-32), a narrativa corporativa sobre o novo cenário internacional é a de que a globalização e novo padrão de competição inviabilizam políticas públicas nacionais que promovam diretamente o emprego. A reforma trabalhista seria a receita para combater o desemprego. O autor, apresenta o trecho de um relatório anual do FMI de 1990 afirma serem necessárias medidas que eliminem a rigidez que impede a mobilidade de recursos e removam as barreiras institucionais ou regulatórias à mobilidade da força de trabalho. Por fim, Filgueiras (2021) resume que a receita para que os países tenham sucesso é a flexibilização da legislação trabalhista e a qualificação dos trabalhadores para aumento da produtividade do trabalho, do contrário, aumentaria o desemprego com a substituição dos postos de trabalho por máquinas.

Desde os anos 1990 até os dias de hoje, temos agravamento deste cenário, com a terceirização, pejetização² e, mais recentemente, a uberização³ do trabalho. Segundo Antunes (2018, p. 75), “adentramos uma nova era de precarização do trabalho”, marcada pela erosão do trabalho contratado e regulamentado; a criação de falsas cooperativas; o ‘empreendedorismo’ como forma oculta de trabalho assalariado e a degradação mais intensa do trabalho do imigrante.

Neste contexto, o Serviço Militar Obrigatório apresenta-se como oportunidade de primeiro emprego formal para a maioria desses jovens, diante do quadro de desemprego e precarização do trabalho no Brasil, entretanto, a análise dos dados coletados na pesquisa de campo apontou para dois tópicos que inicialmente não faziam parte do referencial teórico, quais sejam: o alistamento militar e, o conseqüentemente, o ato de servir às Forças Armadas como um rito de passagem para a vida adulta e o quartel como espaço de educação não-formal, especialmente para aqueles que tiveram seu direito à educação negligenciado pelo Estado.

Esta é uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, um estudo de caso cujo escopo é analisar o Serviço Militar Obrigatório na atual Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército, no ano de 2021.

² Prática empresarial de contratar os serviços de pessoas físicas com CNPJ (registro de empresa), para evitar pagamento de direitos trabalhistas

³ Prestação de serviços mediada por plataforma digital, sem vínculos trabalhistas, inspirada no modelo da Uber

O Projeto de Pesquisa Educação Profissional e Serviço Militar, submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), através da Plataforma Brasil, e autorizado sob o registro CAAE Nº 50042121.3.0000.5031.

A pergunta que norteia esta pesquisa é: quais são as possibilidades e desafios da educação profissional para o jovem que presta Serviço Militar Obrigatório na Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador?

Para responder à pergunta de pesquisa, foi estabelecido o objetivo geral de analisar as possibilidades e desafios da educação profissional para o jovem que presta o Serviço Militar Obrigatório na Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador (EsFCEx/CMS) no ano de 2021.

Para atingir a esse objetivo, o percurso metodológico contemplou uma abordagem qualitativa, com a realização de entrevistas semiestruturadas, organização e análise dos dados com base na análise de conteúdo (BARDIN, 2016; FRANCO, 2005), visando levantar o perfil socioeducacional do soldado; identificar quais são as possibilidades e desafios para a educação profissional durante o serviço militar; prospectar políticas públicas direcionadas à juventude que possam beneficiar o jovem egresso do Serviço Militar para a construção do produto educacional.

Por fim, é apresentado o produto educacional “Trilhas da Educação e do Trabalho”, um portal na internet cujo conteúdo foi elaborado com base nas informações obtidas durante as entrevistas.

A pesquisa e o produto educacional caminham no sentido de contribuir para a continuação do itinerário formativo e qualificação para o trabalho do jovem licenciado do Serviço Militar Obrigatório em seu retorno à vida civil.

Esta dissertação está estruturada em sete capítulos. No capítulo 2, SERVIÇO MILITAR: UM ESPAÇO PARA A EDUCAÇÃO, abordamos o contexto do Serviço Militar na atualidade, fazemos uma retrospectiva sobre as origens do SMO e sua ligação com o ensino dos ofícios no século XIX.

No capítulo 3, POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO, apresentamos um retrospecto das principais políticas educacionais a partir da década de 60, uma discussão sobre políticas públicas voltadas para a juventude e apresentamos o Projeto Soldado Cidadão, uma política pública de formação profissional criada em 2004 e ainda em

vigor. Apresentamos, ainda, uma discussão sobre os quartéis como espaços de educação não-formal e uma revisão sistemática de literatura sobre trabalhos relacionados a serviço militar.

No capítulo 4, será apresentada a metodologia da pesquisa, a análise de conteúdo baseada em Bardin (2015) e Franco (2005). No capítulo 5, procedemos a análise e interpretação dos dados obtidos. No capítulo 6, apresentamos o produto educacional. Por fim, no capítulo 7, apresentamos as considerações finais.

2 SERVIÇO MILITAR: UM ESPAÇO PARA A EDUCAÇÃO

Na primeira seção deste capítulo, está descrito como funciona o Serviço Militar Obrigatório no Brasil nos dias de hoje. Na segunda seção, foi feito um recorte histórico sobre as origens do serviço militar, desde o recrutamento forçado no Brasil Colônia, o “tributo de sangue” (MENDES, 2004; BEATTIE, 2009) à contextualização política do início do século XX que efetivou o sistema de sorteio, em pauta desde reforma de 1874, para universalizar e democratizar o recrutamento e a prestação do serviço militar, até a legislação atual, em vigor desde 1964.

Na terceira seção, foi feito um outro recorte histórico, dessa vez identificando as intercessões históricas entre a educação profissional e o serviço militar.

2.1 O Serviço Militar Obrigatório na atualidade

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END) (BRASIL, 2008), o Serviço Militar Obrigatório é essencial para a Defesa Nacional. O Exército, a Marinha e a Força Aérea, de modo proporcional, participam no recrutamento para o Serviço Militar Obrigatório. Cabe ao Exército incorporar maior número de soldados. A Marinha e a Força Aérea, pela necessidade de contar com especialistas, possuem outros mecanismos de seleção e formação que não serão abordados neste trabalho.

O compromisso com o Serviço Militar é obrigatório para todos os Brasileiros dos 18 aos 45 anos de idade, nos termos do Art. 143 da Constituição Federal.

Art. 143. O serviço militar é obrigatório nos termos da lei.

§ 1º Às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar (Regulamento).

§ 2º - As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir (Regulamento) (Brasil, 1988).

De acordo com a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, Lei do Serviço Militar (LSM) (BRASIL, 1964), todo brasileiro do sexo masculino deverá alistar-se no ano em que completar 18 anos e poderá ser incorporado para servir na Marinha, no Exército ou na Aeronáutica. O alistamento é realizado durante o período de 1º de janeiro a 30 de junho.

Art. 5º A obrigação para com o Serviço Militar, em tempo de paz, começa no 1º dia de janeiro do ano em que o cidadão completar 18 (dezoito) anos de idade e subsistirá até 31 de dezembro do ano em que completar 45 (quarenta e cinco) anos (BRASIL, 1964).

De acordo com a LSM, o jovem alista-se no ano em que completa 18 anos e o serviço militar inicial (ou obrigatório) será prestado por classes constituídas de brasileiros nascidos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro, no ano em que completam 19 (dezenove) anos de idade. Deste modo, os soldados que prestaram serviço militar em 2021, são da classe ⁴ de 1992, nascidos naquele ano.

Após o alistamento, seguem-se quatro etapas:

1) Seleção geral, de agosto a novembro. Nesta etapa, os jovens selecionados realizam exames médicos, testes de aptidão e entrevistas;

2) Designação: fase em que o jovem será designado para se apresentação em uma organização militar, atendendo às necessidades das Forças Armada.

3) Seleção complementar: na Organização Militar designada, o jovem faz novos exames e entrevistas para que, dentro de suas aptidões pessoais e dos critérios estabelecidos, sejam escolhidos os cidadãos que irão servir.

4) Incorporação: O jovem é admitido em uma Organização Militar das Forças Armadas.

O Serviço Militar Inicial Obrigatório encerra com o licenciamento do militar, ao final dos doze meses. Caso haja interesse do militar, e disponibilidade de vaga no quadro de cargos previstos da organização militar em que está servindo, é possível prorrogar por mais 12 (doze) meses, sucessivamente, limitado o tempo total a 96 (noventa e seis) meses, incluído o tempo do Serviço Militar Inicial Obrigatório. Esta prorrogação do Serviço Militar Obrigatório é chamada de engajamento.

Somente uma pequena parte do efetivo incorporado anualmente consegue ingressar no Serviço Militar voluntário (profissional) após o término do Serviço Militar Obrigatório, o que certamente redundará em frustração para os que são licenciados.

⁴ classe - Conjunto dos brasileiros nascidos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de um mesmo ano. É designada pelo ano de nascimento dos que a constituem. (Fonte: <http://dsm.dgp.cb.mil.br/index.php/pt/o-servico-militar>).

Ao alistar-se, o jovem entra na Seleção Geral, cujo período ocorre, normalmente, de fevereiro a novembro, e participam dele os jovens que se alistaram no início do ano (janeiro a junho) e os alistados em anos anteriores em débito com o Serviço Militar. Os considerados aptos sem restrição na Seleção Geral, serão designados para as Forças ou incluídos no Excesso de Contingente. Estes últimos serão direcionados à Junta de Serviço Militar do município em que se alistaram para o recebimento do certificado de dispensa de incorporação.

Segundo o site da Diretoria de Serviço Militar⁵ (2021), entre 1º de janeiro e 4 de fevereiro de 2021, 232.040 realizaram alistamento militar. Esse efetivo disponível para a seleção é muito maior do que o número de vagas disponíveis para incorporação nas Forças Armadas para a prestação do Serviço Militar Obrigatório, o que resulta em uma grande quantidade de jovens voluntários que são dispensados.

Após a prestação do Serviço Militar, o brasileiro será licenciado e passará a compor a reserva da Força Armada que serviu, até completar 45 (quarenta e cinco) anos de idade.

2.2 A origem do Serviço Militar Obrigatório

A origem do Serviço Militar obrigatório no Brasil reside na busca pela modernização e aprimoramento da captação de pessoas para as Forças Armadas. Segundo Kuhlmann (2001, p.56), “sua instituição não veio, na maioria das vezes, da substituição do soldado mercenário pelo soldado recruta; há a figura do recrutado ‘a laço’, como um animal, às fileiras de um exército”. O Serviço Militar obrigatório de hoje seria “*a civilização do ato de enlaçar*” (idem).

Segundo Carvalho (2006, p. 31), a forma de recrutamento constituía uma variável de grande importância política por definir a relação do Exército com a estrutura de classes da sociedade. Na fase inicial dos exércitos permanentes europeus o corpo de oficiais era tradicionalmente recrutado entre a nobreza enquanto as praças eram recrutadas entre camponeses e proletários urbanos. Se por um lado, possibilitava a identificação entre a oficialidade e grupos politicamente dominantes, de outro, promovia o isolamento entre oficiais e praças, impedindo que estes se unissem, com perda para o poder político da organização.

⁵

Diretoria de Serviço Militar. <http://dsm.dgp.eb.mil.br/index.php/pt>.

Ainda segundo Carvalho (2006, p.15), o fenômeno do caudilhismo não existiu no Brasil porque não houve grande mobilização popular no rompimento com a Coroa Portuguesa, diferente do que ocorreu nas ex-colônias em que a independência da metrópole aconteceu por meio de lutas mais prolongadas, permitindo a incorporação de cidadãos de todas as camadas sociais, o que reduziu o nível profissional dos exércitos e favoreceu sua manipulação política.

No livro “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX”, Mendes aborda a complexa trama de negociações e compromissos que envolvem o recrutamento militar no Brasil dos séculos XVIII e XIX.

“Tributo de sangue” era a expressão usada pelos cidadãos do Império para nomear as levas do recrutamento militar durante o século XIX. No imaginário medieval, a expressão denotava a contribuição dos guerreiros à ordem do mundo, ao lado daqueles que labutavam e rezavam. No Brasil, por obra de um deslizamento semântico, “tributo de sangue” adquiriu novos e estranhos significados. A expressão evocava as práticas sangrentas do recrutamento forçado, marcado pela violência e pela arbitrariedade. A expressão fazia lembrar também a distribuição problemática e desigual dos encargos militares, imersos em redes de isenção e privilégio (MENDES, 2004, p. 111).

Sobre a violência e arbitrariedade de que se revestia o recrutamento militar até o século XIX, há consenso entre pesquisadores, bem como complexo sistema de isenções legais que impedia o alistamento de vários setores, ante a fraqueza estrutural da burocracia e o caráter localista de recrutamento, deixando o governo central dependente da boa vontade de chefes políticos locais. Na prática, tornavam-se isentos do serviço militar aqueles que contassem com a proteção de pessoa influente, de modo que “desocupados, potenciais criminosos e desempregados eram os principais alvos dos recrutadores” (IZECKSON, 2004, p.183).

Segundo Beattie (2009, p. 28), do período colonial ao início do século XX, “o recrutamento forçado tornou o serviço militar um sistema de trabalho semicoercitivo e uma instituição protopenal. Por outro lado, para muitos trabalhadores agrícolas, vadios, escravos, migrantes urbanos que viviam em condições mais duras, a vida no Exército representava uma melhoria de condições, muitos alistavam-se para fugir da fome, desemprego, falta de moradia e até da escravidão. Se para muitos o serviço militar era punição, para outros ele oferecia vias estreitas de mobilidade social ou abrigo temporário. Uma pequena parcela recebeu educação e ascendeu na hierarquia, chegando ao oficialato.

Segundo Paula Cidade (1998, p.401), no final do século XIX, os estados do sul, onde não faltava trabalho remunerado, recebiam grandes levas de nortistas tangidos pela falta de

meios de subsistência, ou por problemas com as polícias de seus estados de origem. “Excetuavam-se alguns rapazes pobres e inteligentes que visavam ingressar nas escolas militares ou queriam simplesmente aprender a ler para serem sargentos”.

Apesar de a primeira Constituição, de 1824, trazer no seu Art. 145 (BRASIL, 1824) que “todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a independência, e integridade do império, e defendê-lo dos seus inimigos externos, ou internos”, a classe social e as relações com pessoas influentes definiam sobre quais ombros recairiam tal obrigação.

Segundo Beattie (2009, p.58), um decreto imperial de 1822 enfatizava que recrutamento forçado deveria voltar-se para os que viviam no ‘ócio criminoso’ Uma tentativa do Estado de impedir que o recrutamento forçado afetasse os trabalhadores livres e produtivos. Os escravizados estavam isentos, mas por serem propriedade valiosa da elite. À medida que o Brasil avançava do trabalho escravo para o trabalho livre, entre 1850 e 1888, o serviço militar era identificado como marginalidade e catividade e aumentava o papel do Estado como disciplinador da força de trabalho livre e assalariada. Sem recrutamento forçado, autoridades estatais foram obrigadas a gastar mais com polícia, prisões, albergues e orfanatos para manutenção do controle social.

Segundo Carvalho (2006), a Lei nº 2.556, de 26 de setembro de 1874, Lei do Sorteio, estabelecia o alistamento universal e o sorteio para cobrir as vagas não preenchidas pelo voluntariado e pelo reengajamento, mas admitia várias exceções. O serviço militar poderia ser substituído pelo pagamento de certa quantia ou pela apresentação de substitutos. Concedia isenções a bacharéis, padres, proprietários de empresas agrícolas e pastores, caixeiros de lojas de comércio etc. Tais dispositivos fizeram fracassar a Lei do Sorteio.

O novo sorteio só colhia os pobres em suas malhas, ou não colhia ninguém, continuando o recrutamento a ser feito a laço como anteriormente. Em 1913, 24 anos após o final do Império, Leitão de Carvalho ainda dizia que as principais fontes de recrutamento do Exército eram: a) os nordestinos afugentados pelas secas; b) os desocupados das grandes cidades que procuravam o serviço militar como emprego; c) os criminosos mandados pela polícia; d) os inaptos para o trabalho (idem, 2006, p. 38).

O sorteio transformou o serviço militar de uma instituição punitiva em uma instituição preventiva de reforma social. O recrutamento forçado consolidava modelos de patriarcalismo e virilidade resistentes à mudança. A associação entre serviço militar e marginalidade desestimulava os mais pobres a servirem. O soldado-cidadão que voluntariamente estivesse disposto a dar a vida por amor à pátria é um elemento central nos

papéis de gênero em relação à honra e ao patriarcalismo no Brasil no começo do século XX, a disposição em servir tornou-se uma marca de virilidade para o cidadão (BEATTIE, 2019).

Ainda segundo Beattie (2019, p. 40), “a conscrição fornece meios de se ir além das ideologias de honra, ração, e nação para reconsiderar como os Estados nacionais executavam políticas institucionais concretas que visavam regenerar seus países por meio da juventude masculina.” Para o autor, o processo do recrutamento militar sempre esteve ligado à política, relações patrono-cliente, disciplina do trabalho livre e concepção de honra e ordem. Outros dispositivos legais foram editados na busca pela universalização do alistamento militar como solução para a má qualidade dos recursos humanos recrutados, o que marginalizava o Exército. A instituição do sorteio como forma de universalizar o acesso ao serviço militar fracassou, pela incapacidade do Estado de promover sua implantação e a dificuldade de punir aqueles que, quando sorteados, não se apresentavam, valendo-se de brechas na lei.

A Guerra do Paraguai (1864-1870) expôs a fraqueza do sistema de recrutamento forçado, em consequência, o tema ocupou o centro do debate político. No Parlamento, para os liberais a conscrição por sorteio seria mais prejudicial ao trabalho e a produção do que o recrutamento forçado, questionavam o uso do recrutamento como arma eleitoral. Os conservadores rebatiam apelando para ideologia militar na integração nacional, o sorteio iria tornar todos os brasileiros aptos para o ‘tributo de sangue’, sob um sistema equitativo e uniforme de disciplina. Os mais otimistas sugeriam que os quartéis poderiam oferecer educação básica à tropa, tornando o Exército uma instituição de educação pública, uma escola de pontualidade e disciplina (BEATTIE, 2009).

Uma sucessão de fatos no início do século XX, como a eclosão da primeira Grande Guerra e a campanha liderada por um grupo de oficiais do Exército Brasileiro que estagiou no Exército alemão entre 1906 e 1912, conhecidos como ‘jovens turcos’, e que em 1913 criaram a revista “A Defesa Nacional”, editada até hoje, para a divulgação de suas ideias, em especial a relação entre o tipo de recrutamento e o desprestígio do Exército. Em 1915, os ‘Jovens Turcos’ conseguiram o apoio de Olavo Bilac. Bilac dirigiu sua campanha aos locais de concentração dos filhos das elites civis, pregou o fim do “divórcio monstruoso” entre Exército e povo (CARVALHO, 2006, p. 23).

A campanha nacional empreendida por Olavo Bilac apelava aos sentimentos patrióticos e apoiava-se na tese de que o serviço militar obrigatório era um elemento fundamental da organização nacional, sob o argumento de que faltava ideal às elites dirigentes e que ao egoísmo destas somava-se a apatia das massas populares. Para o poeta, o quartel

apurava as qualidades do indivíduo, infundia-lhe o sentido de hierarquia, da disciplina e do patriotismo. O quartel seria a expressão mais acabada da democracia por nivelar as classes sociais no dever da defesa nacional (COELHO, 2000, p. 89-90).

Em oposição à tese de Bilac, o político Alberto Tôrres, segundo o qual: “a caserna educa o soldado para a faina do soldado e educando o soldado não fez ainda senão viciar o indivíduo, perverter o homem de família, deseducar o *socius* da comunidade nacional”, defendia a tese de que o serviço militar obrigatório era a forma menos democrática que se poderia dar à organização das forças nacionais por colocar a massa dos cidadãos perante os oficiais, estes consolidando-se como uma casta. Para o político, o problema da organização nacional precederia o da organização militar e não seria inteligente tentar o solucionar sem antes solucionar o primeiro (COELHO, 2000, p.90).

A campanha empreendida por Olavo Bilac e pelos ‘jovens turcos’ teve sucesso e o sorteio para o recrutamento militar foi efetivamente implementado em 1916, e funcionou até 1945, quando o Decreto-Lei nº 7.343, de 26 de fevereiro, extinguiu o sorteio militar e determinou que todos os brasileiros, no ano em que completassem 21 anos, deveriam apresentar-se para a prestação do serviço militar. O jovem que não apresentasse o documento de comprovação de estar quite com o serviço militar não poderia tirar carteira de identidade ou passaporte, exercer cargo público ou pleitear o reconhecimento de direito ou prerrogativa com fundamento nas leis trabalhistas, entre outros itens (CASTRO, 2012).

Atualmente está em vigor a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, Lei do Serviço Militar (LSM) (BRASIL, 1964), e o recrutamento para prestação de serviço militar, é muito diferente do passado porque existe uma quantidade enorme de jovens voluntários que são dispensados, seja pela falta de recursos necessários às Forças Armadas para admissão de um efetivo maior ou pela inexistência de unidades suficientes em quantidade e distribuição territorial que possa acolher um número tão elevado de recrutas. Paralelamente, o desemprego e a falta de políticas públicas para inclusão social de jovens fazem do Serviço Militar uma alternativa de emprego.

2.3 Intercessões históricas entre EPT e Serviço Militar

Nesta seção será feito um retrospecto na história da educação profissional no Brasil, da aprendizagem de ofícios manufatureiros no período colonial à primeira década do século XX.

Em um retrospecto sobre a história da Educação Profissional no Brasil, Manfredi (2016, p. 46-47) reporta à educação e ao trabalho no Brasil Colônia, da era da agroindústria

açucareira mantida pela mão de obra escravizada de índios nativos e negros vindos do continente africano sistema escravocrata, além de poucos trabalhadores livres ocupados em tarefas que requeriam maior qualificação técnica. Segundo a autora, nos engenhos prevaleciam as práticas educativas informais de qualificação “no” e “para” o trabalho.

Neste sentido, Cunha (2000, p. 32) detalha que a aprendizagem dos ofícios era desenvolvida no ambiente de trabalho, sem padrões ou regulamentações. Os aprendizes não eram necessariamente crianças ou adolescentes, mas indivíduos que demonstrassem disposições de aprendizagem (força, atenção, habilidade, lealdade ao senhor).

Desde as suas origens, no Brasil, a educação profissional sempre foi destinada aos mais pobres. O trabalho manual, associado à ideia de esforço físico e sofrimento distinguindo-se da ideia do poder e do saber (tratado no ensino secundário normal e superior). A escravidão que perdurou por mais de três séculos reforçou a distância entre o trabalho intelectual e o manual. O desenvolvimento intelectual proporcionado pela educação escolar era destinado prioritariamente às elites econômicas e vista como desnecessária para a maior parcela da população, detentora somente de sua mão de obra. “Passamos do século XIX ao século XX ainda praticando uma política assistencialista de educação profissional, muito mais voltada para tirar o menor da rua do que para prepará-lo efetivamente para o mundo do trabalho” (CORDÃO, 2017, p.28- 29).

A transferência do aparelho estatal da Coroa Portuguesa para o Brasil manteve a herança colonial na persistência da aprendizagem em arsenais militares do Exército e da Marinha. Os primeiros arsenais foram criados no contexto da implantação de uma rede de instalações manufatureiras voltadas para a logística militar, a Casa do Trem, no Rio de Janeiro, de 1762 e o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, criado dois anos depois, em um contexto de reformas implantadas pelo Marquês de Pombal para modernização do Exército Português. No mesmo período foram criados Arsenais na Bahia, Pernambuco e Belém, em uma lógica de descentralização no esforço de defesa do território da colônia. Em 1774, o Arsenal do Rio de Janeiro possuía um laboratório pirotécnico, para criação de munições, e pelo menos sete oficinas (CASTRO, 2016).

Conforme explanado em capítulo anterior, o Serviço Militar Obrigatório, antes visto como forma de punição para desajustados sociais, foi também uma solução para a falta de mão de obra voluntária nas Companhias de Artífices criadas por D. João VI, em 1810, ao acolher menores de idade, órfãos, internos em seminário que iam trabalhar no Arsenal para

aprenderem um ofício, estando inseridos em uma organização militar, a Companhia de Aprendizes menores.

O início da prática de se usarem menores como aprendizes internos no AGC começou em 1818, quando foi extinto o Seminário São Joaquim e o governo, no decreto que incorporou o prédio ao patrimônio da Coroa, determinou que os alunos que não estivessem suficientemente avançados nos seus estudos religiosos fossem enviados para o Arsenal, ficando adidos ao mesmo. Lá receberiam meio soldo; alimentação e uniformes, estudando um ofício até adquirirem habilidades técnicas, passando então a receberem o soldo por inteiro (CASTRO, 2017, p. 538-9).

Ainda segundo Castro (2017), o costume de receberem crianças como internos para aprenderem um ofício perduraria até o final do século XIX, “criando a militarização de um sistema de ensino profissional, que existiria no AGC paralelamente a dos aprendizes civis” (CASTRO, 2017, p.539).

Em 1810, D. João VI determinou a criação da Companhia de Artífices no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. O ensino dos ofícios manufatureiros se desenvolveu na medida da ampliação do aparato administrativo, judiciário, fiscal e militar. Após a Independência, o crescimento de efetivos militares levou a ampliação e multiplicação dos arsenais de guerra existentes. Em 1834, o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro contava com 210 jovens aprendizes, admitidos de 8 a 12 anos para aprender um ofício, desenho e ‘as primeiras letras’. Aos 21 anos, tendo encerrado o período de aprendizagem de um ofício, recebiam um certificado de mestre em uma especialidade, eram contratados como operários efetivos e passavam a receber soldo. Em 1836, além do Arsenal do Rio de Janeiro, havia os do Pará, Pernambuco, Bahia, Mato Grosso e Rio Grande do Sul (CUNHA, 2005, p.110).

Em vista das necessidades do Arsenal e de outras manufaturas no Exército, foram criadas outras companhias de artífices, em 1839, eram quatro, duas no Rio de Janeiro, uma na Bahia e outra em Pernambuco, atuação dos operários militares cresceu e se consolidou, entretanto, era difícil conseguir soldados com habilitação profissional, que poderiam obter empregos mais bem remunerados na iniciativa privada, sem estarem sujeitos à disciplina militar, que incluía castigos corporais (CASTRO, 2017, p. 535).

Segundo Cunha (2005a), a partir de 1842, a aprendizagem passou a ser feita até os 18 anos de idade. Os artífices eram obrigados a sentar praça e prestar serviço militar por 8 anos, no mínimo. Recebiam salários, sendo descontadas as despesas com instrução e manutenção durante o período de aprendizagem. Na Marinha, eram admitidos jovens de 7 a 12 anos, com a condição de serem brasileiros, de constituição robusta, órfãos ou desvalidos encaminhados

pelas autoridades competentes. Aos 16 anos, terminada a aprendizagem, os menores deveriam servir por dez anos, recebendo pagamento pelos serviços.

Os estabelecimentos militares foram, assim, os primeiros a explicitarem a utilização no Brasil, a partir da segunda década do século XIX, de menores órfãos, pobres ou desvalidos, como matéria-prima humana para a formação sistemática da força de trabalho para seus arsenais, da mesma forma como se utilizavam dessa fonte, se constituída de maiores de idade, para o preenchimento dos quadros da tropa e da população (CUNHA, 2005, p. 112).

De um lado o recrutamento forçado de homens livres para composição da tropa, do outro o envio de órfãos, pobres e desvalidos para a aprendizagem e trabalho por tempo determinado ou prestação de serviço militar como compensação pelos custos de aprendizagem. O alto comando do Exército apostava no sucesso da Lei de Recrutamento de 1874 que aumentava o investimento na educação de menores infratores para obter trabalho barato e dava a possibilidade de uma geração futura de soldados mais qualificados. A polícia e os juízes de orfãos alistavam muitos meninos (BEATTIE, 2009).

Segundo Beattie (2009, p. 253), um pequeno número de aprendizes militares ganhava acesso à educação de oficiais, a maioria permanecia no Exército servindo como praças, mas era teoricamente possível que um órfão chegasse ao oficialato. Alguns soldados de origem humilde conseguiam, com muito esforço, aproveitar a educação gratuita oferecida pelo Exército. Apesar das possibilidades limitadas, o Exército oferecia alguma chance de mobilidade social por meio da educação e do mérito no serviço.

Sobre serviço militar e trabalho, Beattie (2009) faz duas considerações importantes:

Os soldados eram uniformizados e realizavam exercícios coletivos e os oficiais exigiam deles a realização de trabalho – um elemento considerado central para a reabilitação moral e para a saúde mental por teóricos de Jeremy Bentham a Karl Marx. (...) ambas as tradições, a liberal e a marxista, tendem a ver os soldados completamente ausentes da esfera da produção. Essas tendências teóricas não consideram os custos de segurança requeridos pelo comércio e produção. O termo “ofício de soldado” enfatiza que as barreiras que separam aqueles que, como soldados, exercem uma força legitimada pelo Estado, daqueles que passiva ou agressivamente resistem ao Estado são mais porosas que muitas vezes descritas (BEATTIE, 2009, p.197).

No contexto apresentado, o soldado é antes de tudo um trabalhador e antes de ser agente do monopólio da violência estatal, é ele mesmo vítima desta violência. Beattie (2009) aponta para o fato de que estudiosos raramente examinam soldados sob a rubrica de trabalhadores. A história social, tradicionalmente lhes retrata como partidários menores do Estado cujo papel é oprimir vítimas corriqueiras da violência estatal (minorias étnicas, mulheres, escravos). Entretanto, também são vítimas de coerção por parte desse Estado que

representam, mas que por antipatias políticas e teóricas, são retratados como fantoches do Estado, ou do capitalismo.

Neste trabalho, partimos da visão do soldado como um trabalhador e é nesta perspectiva que, no capítulo seguinte, discutimos a educação como um direito e as políticas públicas voltadas para a educação profissional que podem beneficiar esse soldado-trabalhador.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO

Neste capítulo abordaremos as políticas educacionais brasileiras desde os governos militares até o Governo Dilma Rousseff. Neste último, destaca-se o PRONATEC pela presença maciça de cursos de formação inicial e continuada (FIC's), exatamente o modelo de curso oferecido pelo Programa Soldado-Cidadão.

A educação profissional se situa na confluência de dois direitos fundamentais do cidadão: o direito a educação e o direito ao trabalho. A Constituição Federal (CF) do Brasil, no Art. 6º, traz a educação como um dos direitos sociais, ao lado dos direitos à saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Já o Art. 205 da CF, define a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Durante os governos militares, as reformas do ensino superior (Lei nº 5.540/68) e do ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5.692/71) incorporam a ideia de diretrizes e bases da educação nacional. A profissionalização compulsória do 2º grau inaugura a época dos Pareceres que cumprem o papel de diretrizes normativas de organização e funcionamento do ensino, ao tempo em que solapa a concepção de bases para educação pública (CIAVATA, 2012) (CAIRES e OLIVEIRA, 2016).

A profissionalização compulsória é uma resposta da classe política às demandas do mercado, reflexo da assimilação nos países periféricos da teoria do capital humano. Isto porque a partir da década de 70, a utilização de tecnologias cada vez mais complexas agregadas à produção e setor de serviços e a internacionalização das relações econômicas passaram a exigir do trabalhador uma sólida base de educação geral, versatilidade e adaptabilidade a situações e ambientes de trabalho cada vez mais complexos. O trabalhador não qualificado passa a ter que buscar a qualificação, o técnico de nível médio a buscar a educação continuada, o aperfeiçoamento e a requalificação profissional (CORDÃO, 2017, p. 144; FRIGOTTO, 2010c).

Sobre a educação nas décadas de 60/70, Frigotto (2010c) pontua que o campo da educação teve um ciclo de reformas para adaptar-se ao projeto dos governos militares. Nesse contexto, a profissionalização compulsória do ensino médio está circunscrita na perspectiva

de ensinar o que serve ao mercado, na pedagogia do Sistema S, em especial do SENAI, como pedagogia do capital.

Na década de 90, o Governo de Fernando Collor de Mello promoveu a abertura de mercado e aproximou-se do Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa política foi um reflexo da reestruturação do modelo de produção e da proposta do Consenso de Washington à países periféricos que aceitassem implementar políticas de ajuste fiscal, reformas previdenciárias e administrativas, com o objetivo de desonerar o capital e fortalecer o neoliberalismo (OLIVEIRA, 2019, p. 277).

Com efeito, a reestruturação produtiva necessitava de um trabalhador flexível, o que fez proliferarem propostas e programas para o ensino técnico e profissional baseadas na concepção de capital humano. O Governo Fernando Henrique Cardoso deu prosseguimento à política neoliberal e à dualidade na educação para a classe trabalhadora.

Neste sentido, versão inicial da LDB, sancionada em 20 de dezembro de 1996, tratava da EPT nos parágrafos 2º e 4º do artigo 36, quando definia as diretrizes do Ensino Médio e previa a possibilidade de preparação para o trabalho. O Decreto nº 2.208/1997 separou mecanicamente a educação técnico profissional do ensino médio, tornando-a paralela ou subsequente a ela, após importante luta social por um projeto de educação unitária, tecnológica e politécnica (CIAVATA, 2012).

Ciavata e Ramos (2012), para fins de reflexão e estudo, delimitam o período que vai de 1994 (início do Governo FHC) até 2011 (final do governo Lula, início do Governo Dilma Rousseff), como ‘era das diretrizes’ dado a seu caráter discursivo inovador, amplamente divulgado pela mídia e pela distribuição de material impresso destinado às escolas e professores.

Segundo Oliveira (2019, p. 278), as políticas públicas relacionadas à educação e trabalho dos governos Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff atenderam aos interesses do mercado na perspectiva da educação, compreendida como fator de produção, e apresentaram similaridades, continuidades e distâncias no que tange à oferta, conceito e integração às políticas sociais, entretanto, apresentaram posições complementares e, em escalas proporcionais, maiores nos Governos Lula e Dilma do que no governo assumidamente neoliberal de Fernando Henrique.

Em 2004, no segundo ano do Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi sancionado o Decreto nº 5.154, o qual determinou a retomada da articulação da educação

profissional técnica de nível médio com o Ensino Médio, favorecendo um olhar votado para a educação de jovens e adultos trabalhadores. (CAIRES e OLIVEIRA, 2016).

Em 2005, o Decreto nº 5.478 determinou a criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Esse decreto foi substituído, em 2006, pelo Decreto nº 5.840, o qual determinou novas diretrizes e ampliou a abrangência do primeiro, com a inclusão da oferta nas esferas públicas federais, estaduais e municipais, sistemas e redes privadas, além de atender ao público do ensino fundamental, não só mais o médio (CACHO & MOURA, 2010).

Segundo Manfredi (2016, p.267), a política pública de reestruturação e ampliação da educação profissional de nível básico foi um dos eixos prioritários das ações de educação do governo Lula, nas duas gestões. Os principais programas instituídos pelo MEC, entre 2003 e 2011, foram: Escola de Fábrica (2005); PROEJA (2005-2006); Brasil Profissionalizado (2007); Rede Certific (2009) e Ensino médio inovador (2009).

No Governo Dilma Roussef foram mantidas as configurações estruturais das políticas públicas iniciadas no Governo Lula, todavia com uma agenda exacerbada de investimento em cursos FIC's (formação inicial e continuada). O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), instituído com a finalidade de ampliar a educação profissional e tecnológica, fomentou a expansão da rede federal de educação técnica e tecnológica, no entanto, o maior número de vagas foi direcionando aos cursos FIC's (OLIVEIRA, 2019, p. 281).

O PRONATEC traz a marca da dualidade estrutural na educação para a classe trabalhadora. Por um lado, existe limitada oferta de cursos técnicos que favorecem o aumento da escolaridade e atendem à demanda de formação integral, através do ensino médio integrado, por outro lado, a proliferação, a partir da década d1 1990, de políticas públicas de qualificação profissional por meio dos cursos FIC's que visam a empregabilidade e atendem estritamente à demanda do mercado, na perspectiva da teoria do capital humano. (CAIRES e OLIVEIRA, 2016).

Nenhum dos projetos mencionados sequer se aproxima de uma educação libertadora e constitutiva de cidadania, por sucessivos governos, continuamos “praticando uma política assistencialista de educação profissional” (CORDÃO, 2017, p. 28). É nesse contexto que, em 2004, durante o Governo Lula, foi implantado o Projeto Soldado-Cidadão (PSC), com oferta de cursos profissionalizantes, de curta duração, em sua maioria FIC's, para os jovens que

estivessem prestando o Serviço Militar. Na próxima seção, será apresentado o Projeto Soldado-Cidadão.

3.1 Políticas públicas de educação profissional para a juventude e o Projeto Soldado-Cidadão

No Brasil, o alistamento militar é obrigatório ao jovem do sexo masculino no ano em que completa 18 anos e coincide com a chegada à maioridade civil, com a habilitação ao exercício de alguns direitos civis. O alistamento e a perspectiva de prestar o Serviço Militar Obrigatório possuem uma carga simbólica ligada à ideia de amadurecimento do menino que, no Exército, irá ‘aprender a ser homem’. O senso comum de que a disciplina militar inculca responsabilidade, seriedade e outros atributos frequentemente associados ao adulto faz com que a incorporação às fileiras de uma das Forças Armadas, mesmo que pelo período de um ano, seja visto como um rito de passagem para a vida adulta.

O conceito de passagem para a vida adulta possui base histórica e cultural, para Groppo (2016), o conceito tradicional enquadra os jovens em um grupo etário bem definido, associa cada categoria etária a determinadas funções sociais; prevê uma transição linear à vida adulta; “com a juventude terminando com feitos quase simultâneos, como o fim da escolarização, o ingresso no mundo do trabalho, o casamento, a formação de um lar próprio e a maternidade/paternidade” (GROPPO, 2016, p.386).

Entretanto, Abramo (2005, p.44) fala em “de uma relativa descronologização do percurso das idades, e uma dificuldade geral de lograr inclusão plena”. As transformações no mundo do trabalho e outras possibilidades e padrões de inserção no ‘mundo adulto’, postergariam a entrada no mundo adulto, estendendo mais o tempo da juventude.

Segundo Abramo (1997, p.2), não existe tradição brasileira de políticas públicas destinadas aos jovens, como alvo diferenciado das crianças, para além da educação formal. Diferente do que ocorre na Europa, EUA, onde a formulação de políticas públicas voltadas para a juventude se desenvolveu ao longo do século 20 e, em relação a países de língua espanhola da América Latina, onde o interesse por políticas voltadas para a juventude cresceu, a partir dos anos 80, estimulado por organismos internacionais, como CEPAL, ONU e governo espanhol, com intercâmbio de experiências, promoção de capacitação técnica e encontros para formulação de diagnósticos e discussões políticas.

Enquanto no Brasil, somente a partir dos anos 90, iniciativas locais de prefeituras e governos estaduais ensaiaram políticas específicas para a juventude, envolvendo programas de formação profissional e serviços especiais de saúde (prevenção DST). No plano federal, foram lançados os programas Comunidade Solidária e Universidade Solidária (ABRAMO, 2005).

Em consonância com o discurso de Abramo (2005) sobre políticas públicas para juventude, Camarano (2004) traz um retrospecto da problematização da juventude nos estudos acadêmicos, na Sociologia, citam a influência da Escola de Chicago caracterizada por uma visão dos jovens pela ótica da desorganização social. Tal ideia surgiu em meio ao acirramento de conflitos urbanos protagonizados por gangues de jovens em um território dividido por várias etnias, na cidade de Chicago nos anos 1920, e reverberou pelos estudos acadêmicos sobre juventude no campo das ciências sociais.

Camarano (2004) e Abramo (1997) concordam quanto ao papel da mídia na repercussão da imagem dos jovens, especialmente dos negros e pobres, como sujeitos perigosos para a sociedade, ideia bastante explorada no noticiário sobre violência, comumente associada ao desemprego desses jovens. Enfocados como ‘problema social’, os jovens não entram na agenda de políticas públicas como ‘problemas políticos’, atores participantes de diálogo, mas como ‘estado de coisas’.

A ótica do negativismo tem servido para validar políticas frequentes de controle por parte do Estado. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, inaugura a fase de percepção dos jovens como sujeitos de direitos (BRASIL, 1990).

Políticas públicas para juventude e Serviço Militar Obrigatório fazem interface com o lançamento, em 2004, do Projeto Soldado Cidadão (PSC) com o objetivo de oferecer aos jovens brasileiros incorporados às fileiras das Forças Armadas cursos profissionalizantes que lhes proporcionem capacitação técnico-profissional básica, formação cívica e ingresso no mercado de trabalho em melhores condições (BRASIL, 2008).

O PSC foi criado no primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2006), no resgate do papel do Estado como incentivador e promotor de políticas socioeconômicas. No discurso, as políticas públicas no campo da educação profissional pautaram-se pela construção de mecanismos de participação e controle social, em um esforço de aproximação com as políticas de desenvolvimento socioeconômico voltadas para redução

da exclusão social e econômica, e não em como um direito social, dever do Estado (MANFREDI, 2016, p.248).

No Portal de Dados Abertos do Exército Brasileiro, encontram-se relatórios do Projeto Soldado-Cidadão (PSC) de 2015 a 2021, em que constam os cursos disponibilizados, número de vagas e cidade. Os dados referentes à Salvador em Salvador, foram listados no Quadro 1.

QUADRO 1 – CURSOS DO PSC REALIZADOS EM SALVADOR-BA DE 2015 A 2021

CURSO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Manutenção de Redes Telefônicas	40	20	20	x	x	x	x
Condutor de veículo categoria CNH “D”	54	32	72	60	x	x	x
Auxiliar de Cozinha	20	x	20	20	x	x	x
Eletricista Instalador Predial	x	x	x	20	25	41	20
Informática (Telecomunicações)	x	x	x	20	x	x	x
Mecânico de refrigeração	x	x	x	10	x	x	x
Informática (Redes)	30	x	x	x	20	11	x
Modelagem de Banco de Dados	x	x	x	x	3	x	x
IPv6 (Protocolo de Internet)	x	x	x	x	2	x	x
Informática e o mundo do trabalho	x	x	x	x	16	x	x
Mecânica Diesel	x	x	x	x	20	x	x
Operador de computador	x	x	x	x	16	x	x
Workshop Pacote Office	x	x	x	x	16	x	x
Corel Draw - Aplicações	x	x	x	x	16	6	x
Marketing Pessoal e Profissional	x	x	x	x	16	x	x
Almoxarife	x	x	x	x	x	21	x
Bombeiro civil	x	x	x	x	x	19	x
Alinhamento e balanceamento (auto)	x	x	x	x	x	30	x
Funilaria e pintura automotiva	x	x	x	x	x	20	x
Sistema de freios (auto)	x	x	x	x	x	x	x
Panificação básica	x	x	x	x	x	16	40
AUTOCAD / PERSONAL CAD	x	x	x	x	x	1	x
Operador de motoniveladora	x	x	x	x	x	15	x
Técnico em panificação	x	x	x	x	x	25	x
Técnico em logística*	x	x	x	x	x	3	x
Técnico em mecânica**	x	x	x	x	x	1	x
Técnico em manutenção automotiva**	x	x	x	x	x	1	x
Técnico em eletrotécnica**	x	x	x	x	x	1	x
Eletricista de automóveis	x	x	x	x	x	20	x
Excel básico	x	x	x	x	x	x	20
Bombeiro hidráulico	x	x	x	x	x	x	20
Pintor de obras 20	x	x	x	x	x	x	20
Refrigeração automotiva	x	x	x	x	x	x	20
Total	144	52	112	130	160	231	140

Legenda: (*) 18 meses de duração (**) 24 meses de duração

Fonte: a autora, 2022 (Informações extraídas do site <http://dados.gov.br/dataset/projeto-soldado-cidadao> acesso em 27 de abril 2022)

No Quadro 1, percebe-se uma irregularidade no número de vagas oferecidas no PSC, em Salvador. O número de vagas em 2016 é pouco mais de um terço do número de vagas de 2015. Entre 2017 e 2019, ocorre um acréscimo gradual. Em 2020, em plena pandemia do COVID-19, o número de vagas sobre um acréscimo de quase 50%, e no ano seguinte regride ao patamar de 2015.

Quanto aos cursos oferecidos, não existe regularidade quanto ao oferecimento de determinado curso por um período (anos). Apenas três cursos foram oferecidos por três ou mais anos consecutivos.

Somente os cursos de: Técnico em Logística e Técnico em Mecânica, com duração de 18 meses, e Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Manutenção Automotiva, com duração de 24 meses, não são cursos de curta duração.

A possibilidade de engajamento, extensão do período do Serviço Militar, depende do número de vagas disponibilizadas ano a ano, de acordo com o licenciamento dos que cumpriram o tempo limite de 8 anos e da qualificação profissional do soldado que pleiteia o engajamento. Um soldado que tenha realizado um curso profissionalizante como aqueles listados no Quadro 1, tem muito mais chances de ser engajado.

Entretanto, como pode ser visto pelo reduzido número de vagas disponibilizadas (Quadro 1), poucos conseguem obter qualificação profissional, seja para a prorrogação do tempo de serviço militar (engajamento) ou para retorno ao mundo do trabalho com melhores chances de empregabilidade.

O Quadro 2 apresenta os cursos realizados pelos soldados da ESFCEX no ano de 2021. Das 30 vagas disponíveis para cursos e capacitações no ano 2021, somente 13 foram ocupadas por soldados recrutas, a maioria foi ocupada por soldados e cabos do efetivo profissional, os engajados. A justificativa para essa preferência, segundo mais de um entrevistado entre os chefes de seção, é o interesse do quartel em ter essa mão de obra especializada na sua rotina administrativa, o soldado engajado já está adaptado a rotina militar e já está ocupando uma vaga dentro dos cargos previstos na Organização Militar, diferente do que ocorre com recrutas, porque este pode ser licenciado caso não haja abertura de cargo (cargo vago) quando encerrar período de Serviço Militar Obrigatório.

QUADRO 2 – CURSOS REALIZADOS POR SOLDADOS DA ESFCEX EM 2021

Curso	Vagas
Estágio de Rede Cabeada e aterramento	02
Manutenção de ar-condicionado	03
Pintor	03
Eletricista residencial de baixa	03
Mecânica de ar-condicionado automotivo	03
Panificação	03
Bombeiro hidráulico	03
Word / Excel	06
Estágio de Manutenção Redes Telecomunicações	02
Condutor de ambulância	01
Direção defensiva	01
Total	30

Fonte: a autora, 2022. (Informações obtidas na Seção de Instrução da ESFCEX).

Algumas dessas vagas são destinadas aos soldados recrutas de acordo com a probabilidade de engajamento. Quando existe a possibilidade de abrir uma vaga, no ano seguinte, para motorista ou cozinheiro, por exemplo, por motivo de licenciamento dos que atingiram o tempo limite de serviço, um soldado recruta pode ser contemplado com um curso que o habilite a ocupar a vaga que será aberta. Para que isso aconteça é necessário que o recruta demonstre interesse e alguma habilidade ou experiência na função pretendida e esteja disposto em prosseguir no Serviço Militar, além de bom comportamento, claro, porque quase sempre existe muito mais de um candidato por vaga.

Para o soldado que apenas cumpre o Serviço Militar Obrigatório, não faz nenhum curso profissionalizante e não consegue o engajamento, sobra uma certa frustração, como nas palavras de um soldado entrevistado (S.23) quando perguntado sobre a utilidade do Serviço Militar na vida do jovem.

É útil e não é. Quando a gente vem para cá como recruta a gente se dedica todo aqui, a gente para nossa vida lá fora. Para aqueles que não engaja, foi um aprendizado? Foi, mas foi um tempo perdido. Para mim, foi uma vitória porque observando de onde eu vim pra onde eu cheguei, foi uma vitória pra mim. S.23

Conforme será visto no capítulo dedicado à análise de dados, uma parcela significativa dos soldados que prestam serviço militar na EsFCEEx/CMS, ainda não concluiu o ensino médio quando se apresenta para a incorporação. Considerando o ritmo intenso da rotina do Serviço Militar Obrigatório, é muito difícil conciliar os estudos durante o período. As oportunidades de realização de cursos profissionalizantes durante o serviço militar obrigatório são mínimas.

Esta pesquisa não ambiciona oferecer soluções para uma questão complexa e histórica, entretanto, olhar para o passado do recrutamento como ‘tributo de sangue’ das negociações e privilégios para escapar do serviço militar, dos operários militares nas Companhias de Artífices do Século XVIII, dos menores aprendizes nos Arsenais de Guerra, até à universalização da seleção para o Serviço Militar Obrigatório, como ocorre nos dias de hoje, conduz à reflexão sobre o que a sociedade pode esperar como retorno desta obrigação legal a que está sujeito todo cidadão brasileiro, do sexo masculino, dos 18 aos 45 anos, na forma da Lei do Serviço Militar (BRASIL, 1964).

3.2 Quartéis como espaços de educação não-formal

Durante os doze meses de Serviço Militar Obrigatório, o jovem incorporado às Forças Armadas, recebe instruções militares, passa a conviver com outros soldados, inclusive em períodos de internato, período em que ficam impossibilitados de sair do quartel.

Segundo Castro (2007), a socialização militar ocorre em estabelecimentos relativamente autônomos em relação à sociedade como um todo e chamar atenção para a força do processo de construção de fronteiras simbólicas que está na base da identidade militar. O que leva à distinção entre o “aqui dentro” (o “meio” ou “mundo militar”) e o “lá fora” (o “meio” ou “mundo civil”). Tal processo leva à percepção de qualidades claramente “militares” e “civis” (ou “paisanos”). O autor refere-se a essa socialização com o termo totalizante, em alusão ao conceito de instituição total, utilizado pela primeira vez pelo sociólogo canadense Erving Goffman, em 1957.

O conceito de instituição total, ou totalizante, está sendo abordado pelo entendimento que esta característica é inerente à profissão militar e reforça a ideia de uma organização militar, um quartel, enquanto espaço de educação não-formal.

Segundo Gohn (2011), até meados da década de 1980, a educação não-formal foi um campo de menor importância no Brasil. Era vista com uma extensão da educação formal, desenvolvida fora das unidades escolares. Na maioria das vezes, tratava-se de programas de alfabetização de adultos. Nos anos 1990, a partir das mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho, passou-se a valorizar os processos de aprendizagem em grupos e a falar-se em uma nova cultura organizacional, que, em geral, “exige a aprendizagem de habilidades extraescolares” (idem, p. 99-100).

Segundo Kuenzer & Graboskwi (2016, p. 25), no regime de acumulação flexível do capital, diante da necessidade de “novas formas de disciplinamento da força de trabalho, que contemplem o desenvolvimento de subjetividades que atendam às exigências da produção e da vida social”, não há tempo para que o trabalhador retorne à escola, espaço formal de educação por natureza, para se adaptar a nova realidade, o local de trabalho torna-se espaço de educação não formal e o processo educativo ocorre em treinamentos e capacitações e nas interações diárias dentro de uma organização coletiva.

É nesse contexto que as transformações no mundo do trabalho que irão impulsionar a valorização da educação não-formal, fazendo com que extrapole o universo da participação sociopolítica das camadas populares, circunscrita aos campos da extensão rural, planejamento familiar, alfabetização de adultos. A educação não-formal saiu do universo circunscrito a ações e programas de educação de jovens e adultos, educação popular e avançou para dentro das empresas, associações, sindicatos (GOHN, 2011).

Sobre o âmbito da formação ligada ao trabalho, Trilla (2008, p.43) trata como fato óbvio que o sistema educacional nem sempre soube resolver sua relação com o mundo do trabalho e mesmo que o problema da formação profissional regrada estivesse em vias de solução, ainda assim haveria um largo espaço para a educação não formal.

Para Trilla (2008), formação na empresa, programas de reciclagem profissional, escola-oficina, formação para o primeiro emprego, são termos que designam ações educativas fora do setor formal. O sujeito incluído no processo de Educação Profissional e Tecnológica seguirá esse itinerário formativo, da educação não-formal exercida na empresa, no mundo do trabalho, complementando e educação escolar.

O ambiente do quartel está mais próximo de um ambiente escola-oficina, do que de uma empresa, trata-se um local em que os soldados aprendem a realizar tarefas que não desempenhariam ‘lá fora’, onde aprendem pela realização de trabalho, onde adquirem

conhecimentos que podem ser úteis no mundo do trabalho, como se vê na fala do soldado S.15

Tudo que eu passo aqui não tem como esquecer. Aqui no Exército eu consigo fazer muitas coisas que eu não achava que *conseguia* (sic) fazer (...) fazer uma prateleira, fazer uma porta. No começo, no internato, a gente passa por várias oficinas. Do que eu era...eu era muito brincalhão, não via maldade em nada...agora..agora não”.

Segundo Gohn (2013), a educação não-formal pode ser vista como aquela do “mundo da vida”, por processos de trocas de experiências, em ações e espaços coletivos, cotidianos, localizados em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos. O ambiente de trabalho é um desses territórios, onde o indivíduo que vive do trabalho aprende solucionar problemas do cotidiano e organiza-se coletivamente. O quartel, enquanto ambiente de trabalho, encaixa-se perfeitamente nessa descrição.

Durante o Serviço Militar Obrigatório o jovem soldado integra uma Força Armada, adquire conhecimentos enquanto soldado, futuro reservista e absorve padrões de comportamento que são típicos do ambiente militar, reforçados pela convivência diuturna com outros jovens que também estão passando pelo mesmo processo, o que faz do quartel um ambiente de educação não-formal.

Essa assimilação de valores e comportamentos pode ser observada em fala como a do Soldado S.12:

Eu acho vou ter que acrescentar bastante *pro* meu pra o amadurecimento como pessoa né? Porque todo mundo entra aqui com dezoito anos e apesar de se achar um homem não tem experiência, conhecimento de vida, essa aqui é a realidade. Aqui é o primeiro contato de muitos com a vida adulta, sim, poderia dizer, vida útil. E é uma realidade muito diferente do que a gente vê lá fora, né? Então, o tratamento que a gente recebe, as coisas que a gente tem que fazer, as experiências pelas quais a gente passa, faz com que a gente amadureça o próprio serviço, né? Que é um tempo de aprendizado da família, do enfim (S.12)

Na fala de S.12 destacamos três pontos: a ideia presente no senso comum de associar a maioria civil, ao completar 18 anos, com o “ser homem”; o ambiente militar como um encontro com a realidade da ‘vida adulta’, aqui reforçada com a fala “vida útil”, como se vida anterior fosse ‘inútil’, e a separação entre a realidade que se vê “lá fora”. Embora o soldado não esteja privado de liberdade e possa ir e vir para sua residência ao fim do expediente, é como se vivesse o tempo todo ‘o mundo de dentro’, em oposição ao que se vê ‘lá fora’ que aqui aparece como um registro, uma lembrança. Essa fala parece referendar o conceito de Exército como instituição total ou totalizante como mencionado por Castro (2017).

Retoma-se aqui a referência trazido no capítulo 2, quanto à campanha nacional empreendida por Olavo Bilac, apelando aos sentimentos patrióticos das elites para promover a implementação da lei do sorteio para o recrutamento militar. Bilac apoiava-se na tese de que o serviço militar obrigatório era um elemento fundamental da organização nacional e acreditava que a vida no quartel apurava as qualidades do indivíduo, infundia-lhe o sentido de hierarquia, da disciplina e do patriotismo. (COELHO, 2000, p. 89-90). A tese de Bilac segue viva através do senso comum de que o ingresso do jovem nas Forças Armadas irá inculcar-lhe esses valores

3.3 Revisão sistemática de trabalhos relacionados

Durante a revisão bibliográfica que precedeu esta pesquisa foi possível perceber a escassez de estudos acadêmicos sobre militares de um modo geral, o que justifica a relevância de se pesquisar mais sobre o assunto.

Carvalho (2017) aponta a existência de um suposto veto aos estudos militares na comunidade acadêmica brasileira, na verdade na comunidade latino-americana. Para o autor, uma das razões do veto seria de natureza intelectual. Haveria uma certa dificuldade de enxergar os militares como atores políticos com algum grau de independência. Para a vertente liberal, os militares devem ser meros agentes do poder do Estado, sujeitos ao governo civil; já na vertente da esquerda, os militares são instrumentos das classes dominantes. Outro motivo seria de natureza política, relacionado à identificação dos militares com governos ditatoriais (idem 2017, p.219).

Foram consultados: a base SciELO, a base de periódicos da CAPES, com acesso gratuito; Rede BIE (Rede de Bibliotecas Integradas do Exército), o repositório de teses e dissertações da USP, repositório de teses e dissertações da Universidade Federal de Santa Maria, esta última escolhida porque na cidade de Santa Maria estão localizadas 22 organizações militares com um efetivo de militares na ativa de cerca de 5274, com 3949 inativos, que, somados aos dependentes, perfazem cerca de 18 mil pessoas ligadas à família militar, segundo o site da 3ª Divisão de Exército⁶.

⁶ <http://www.3de.eb.mil.br/index.php/todas-as-noticias/1533-santa-maria-e-o-exercito>. Acesso: em 15 out. 2022.

Os critérios de inclusão foram: textos em português ou espanhol de acesso gratuito, que tratassem sobre educação ou ensino profissional em um contexto de serviço militar no Brasil, independente de data de publicação.

Os verbetes pesquisados foram: “serviço militar obrigatório”; “educação profissional” *and* “serviço militar”; “ensino profissional” *and* “serviço militar”; “formação profissional” *and* “serviço militar”; “formação profissional” *and* “ensino militar”; “formação militar” *or* “ensino militar” (pesquisa restrita ao campo “título”).

QUADRO 3 – PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Termos de busca	Base de Dados	Quantidade de Trabalhos Coletados	Quantidade de Trabalhos Analisados
“educação profissional” <i>and</i> “serviço militar”	Periódicos CAPES	1	
“ensino profissional” <i>and</i> “serviço militar”	Periódicos CAPES	4	1
“formação profissional” <i>and</i> “serviço militar”	Periódicos CAPES	19	
“formação profissional” <i>and</i> “ensino militar”	Periódicos CAPES	3	
“formação militar” <i>or</i> “ensino militar” (pesquisa restrita ao campo “título”)	Periódicos CAPES	5	
“educação profissional” <i>and</i> “serviço militar”) <i>or</i> (“ensino profissional” <i>and</i> “serviço militar”) <i>or</i> (“formação profissional” <i>and</i> “serviço militar”) <i>or</i> (“formação militar”) <i>or</i> (“ensino militar”) <i>or</i> (“serviço militar”)) (pesquisa restrita ao campo título)	Scielo	29	1
“educação profissional” <i>and</i> “serviço militar”) <i>or</i> (“ensino profissional” <i>and</i> “serviço militar”) <i>or</i> (“formação profissional” <i>and</i> “serviço militar”) <i>or</i> (“formação militar”) <i>or</i> (“ensino militar”) <i>or</i> (“serviço militar”)) (pesquisa restrita ao campo título)	Biblioteca Digital do Exército	00	00

Fonte: a autora, 2021.

Foram encontrados trabalhos nas áreas de psicologia, saúde, educação física, em sua maioria utilizando efetivos militares como amostragem. Sobre educação profissional, formação profissional e ensino e formação militar, os estudos encontrados versavam sobre a educação e formação profissional voltada para oficiais ou graduados (sargentos).

Na pesquisa circunscrita ao universo do Serviço Militar Obrigatório foram localizados um artigo e três dissertações, citados a seguir.

Projeto soldado cidadão: uma política pública eficaz na inserção do jovem no mercado de trabalho, artigo de Hércules Guimarães Honorato (2014) apresenta os primeiros resultados de sua pesquisa de mestrado, voltada para avaliação do Projeto Soldado Cidadão (PSC), um estudo de caso com enfoque nos egressos dos cursos realizados em um centro de instrução da Marinha do Brasil.

Segundo Honorato (2014), os jovens, sujeitos da pesquisa, adquiriram as seguintes competências: planejamento e organização do próprio trabalho; desprendimento no trato com clientes; iniciativa e vontade de buscar novos conhecimentos e aperfeiçoar-se; desenvolvimento participativo em trabalhos de equipe; e capacidade de gerir o próprio negócio.

O autor conclui que, embora o egresso do Programa esteja mais bem preparado para o mercado de trabalho, o mercado não estaria absorvendo as formações técnicas que são realizadas no local da pesquisa, com um índice considerado elevado de desempregados, de 32,4% dos respondentes, ou empregados em área não de formação imposta.

Em “*O Serviço Militar, Democracia e Defesa Nacional: Razões da Permanência do Modelo de Recrutamento no Brasil*”, dissertação de mestrado em Ciência Política, pela Universidade de São Paulo, Paulo Roberto Kuhlmann (2001) analisa o Serviço Militar no Brasil a partir de suas características objetivas no que concerne à Defesa e Democracia, como a profissionalização do Exército, e argumentos subjetivos de inserção na sociedade, defendidos nos dias de hoje. O autor conclui que os objetivos iniciais do Serviço Militar Obrigatório não mantiveram sustentabilidade da época de sua criação ao presente. Para Kuhlmann, a representatividade social pretendida na época da implementação da Lei do Sorteio não é observada, e o discurso oficial é baseado em aspectos educacionais e ideológicos, o que entra em conflito com as características básicas de uma Democracia Liberal e suas necessidades específicas de Defesa.

Na dissertação “*Cursos de formação inicial e continuada e a inserção no mercado de trabalho: o caso da UFSM e das organizações militares de Santa Maria*”, apresentada por Jonas Carniel de Macedo (2015) no Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria, o autor realiza um estudo de caso par verificar a inserção no mercado de trabalho dos egressos dos cursos de formação inicial

continuada (FIC) realizados pela Universidade Federal de Santa Maria e Organizações Militares do Exército naquela cidade, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), nos anos de 2012 a 2014.

A partir de dados estatísticos favoráveis a realização dos FIC, dentre os 80 respondentes da pesquisa, 74 (mais de 80% estão trabalhando, 19% cursaram outro FIC após a conclusão do primeiro; 44% cursaram ou estavam cursando curso de nível técnico ou superior, Macedo (2015) conclui que os cursos realizados influenciam nos itinerários profissionais e educativos dos egressos, seja por facilitar o ingresso no mercado do trabalho ou por estimular a busca pela continuidade da educação profissional.

Em “Serviço militar obrigatório no Brasil: uma reflexão atual das práticas e representações usadas na construção da identidade militar (2000 – 2008)”. 2010. dissertação de Mestrado em História, pela Universidade Federal da Grande Dourados, João Maria de Lima (2010) aborda o Serviço Militar Obrigatório no Brasil enfocando o Exército Brasileiro como uma Instituição Total, que visa promover, pelo SMO, a construção de sentimentos patrióticos, cívicos e o disciplinamento da sociedade, em um estudo de caso na cidade de Dourado/MS, entre 2000 e 2008.

Ao longo do trabalho, são descritas as resistências e convenções elaboradas pelos recrutas para driblar os poderes aos quais são submetidos, pela tradução e reelaboração das intenções da Instituição, conforme seus interesses, reinventando seu cotidiano e suas vidas.

Lima (2010) tece considerações sobre as fortes ligações entre o Serviço Militar Obrigatório do presente com discurso político que marcou o modelo implantado no início do século XX. Conclui que o Serviço Militar Obrigatório no Brasil não é extensivo a todas as classes sociais, que os quartéis continuam formando recruta sob o viés pedagógico de construir cidadãos ordeiros e patriotas, a despeito dos sinais que apontam para uma nova configuração da ordem política e econômica mundial, em que não estão definidos ao certo o papel dos Estados Nacionais e dos nacionalismos.

Na dissertação de Mestrado “A serviço da pátria: o recrutamento militar na Província do Paraná durante a Guerra do Paraguai (1865-1870)”, BRITO (2011) analisa o recrutamento militar na Província do Paraná durante a Guerra do Paraguai, baseando-se em um corpo documental de notícias de periódicos, correspondências entre particulares e autoridades locais, relatórios oficiais e obras literárias da época, centradas no tema da guerra.

O autor salienta que, ao contrário das pesquisas realizadas por historiadores alinhados à história militar positivista, seu trabalho busca acessar o universo das pessoas comuns, centrando sua análise na experiência de indígenas, homens pobres livres e libertos recrutados, sob o prisma da história do trabalho, tendo em vista a frequente associação entre recrutamento, e posterior serviço no Exército ou na Armada, ao trabalho forçado. Utilizando Izekson (2004), Castro (2004) e Kraay (2004), entre outras, como referência, Brito (2011) para mostrar como essas pessoas se utilizaram da instituição Exército para colocar em prática projetos pessoais que melhorassem suas vidas, criaram redes de sociabilidades e formas de resistência ao recrutamento forçado.

Os trabalhos de Brito (2011) e Lima (2010) contribuíram nas referências sobre o Serviço Militar no passado e formação de identidade militar. Kuhlmann (2011) aborda o Serviço Militar como um elemento estratégico na área de Defesa sem prescindir de críticas ao modelo atual e reforça a ideia de que não há a representatividade pretendida pela legislação em vigor. Já os trabalhos de Honorato (2014) e Macedo (2015) trazem um conteúdo mais próximo do objetivo deste trabalho. Os resultados apresentados por estes autores apontam para o aspecto positivo, embora limitado, dos cursos FIC realizados no contexto do Programa Soldado Cidadão e Pronatec, o que é, também, uma conclusão da presente pesquisa.

4 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa e, como tal, caracteriza-se por não se limitar ao emprego de instrumentos estatísticos, mas pela preocupação com a análise e interpretação de aspectos profundos do comportamento humano na descrição da sua complexidade (LUDKE, 2020).

O trabalho foi desenvolvido em uma organização militar do Exército Brasileiro, a Escola de Formação Complementar do Exército/Colégio Militar de Salvador.

Ludke (2020) cita Bogdan e Biklen⁷(1982) ao apresentar cinco características básicas da pesquisa qualitativa, a saber:

1. a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; [...]
2. Os dados coletados são predominantemente descritivos. [...]
3. A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. [...]
4. O “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. [...]
5. A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo (Ludke, 2020, p.12).

Buscou-se identificar possibilidades e limites da educação profissional durante o Serviço Militar Obrigatório na EsFCEX/CMS, organização militar do Exército Brasileiro, situada em Salvador-Bahia.

De acordo com Lakatos (2009), no que tange à análise de dados em seu conteúdo psicossocial, com instrumentos de coleta não estruturados e semiestruturados, foram tabuladas as respostas sobre escolaridade, planos quanto aos estudos, trabalho, planos quanto ao futuro profissional, habilidades técnicas profissionais e expectativas quanto ao serviço militar, por estarem diretamente relacionados ao universo educação e trabalho, em aderência à Linha de Pesquisa I do PROFEPT, e por servirem de subsídios para criação do produto educacional a ser proposto.

Esta pesquisa foi desenvolvida na forma de estudo de caso. Ludke (2020, p. 21) elenca sete características fundamentais associadas ao estudo de caso: os estudos de caso visam à descoberta, enfatizam a interpretação do contexto, buscam retratar a realidade de forma completa e profunda, utilizam uma variedade de fontes de informação, revelam uma experiência vicária e permitem “*generalizações naturalísticas*”, estas ocorridas a partir do

⁷
Inc.1982.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S.K. Qualitative Research for Education. Boston, Allynand Bacon,

conhecimento experiencial do sujeito (leitor). Por fim, estudos de caso apresentam linguagem e forma mais acessíveis do que outros relatórios de pesquisa. Para Ludke, a preocupação central do pesquisador deve ser a compreensão de que o objeto estudado é único, “uma representação singular da realidade que é multidimensional e historicamente situada” (2020, p. 21-24).

Para organização e análise dos dados coletados, foi empregada a abordagem metodológica de análise de conteúdo que, segundo Bardin (2016, p. 44), “aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

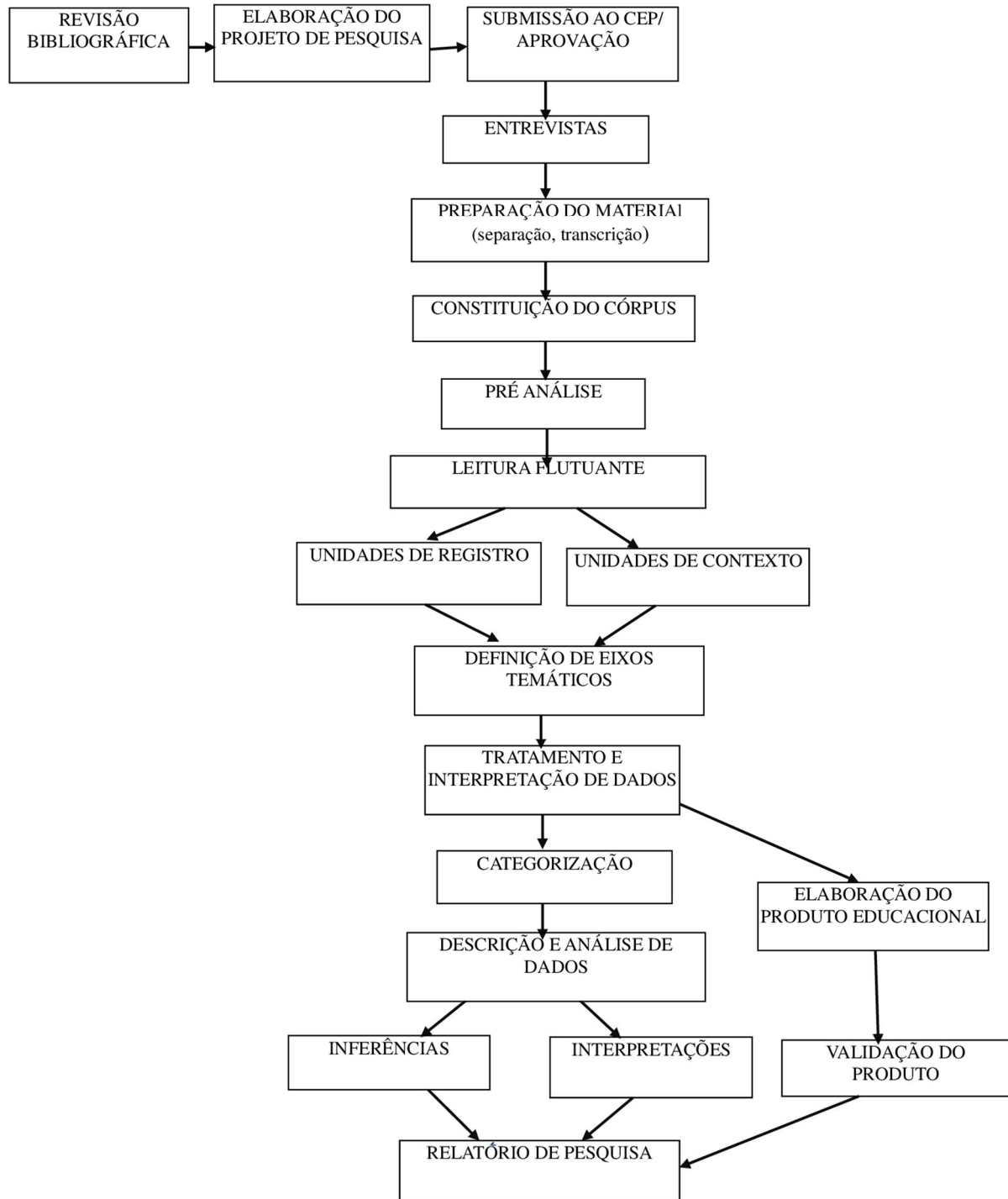
Optou-se por entrevistas semiestruturadas, pois este modelo deixa o entrevistado livre para levantar questões que, porventura, não tenham sido compreendidas pelo roteiro de entrevista.

O conjunto de entrevistas transcritas e as fichas de entrevista correspondentes constituíram o *corpus*, conjunto dos documentos a serem analisados.

O material foi submetido às fases de pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação, sucessivamente. Na primeira fase, pré-análise, ocorre escolha dos documentos, formulação das hipóteses (não obrigatoriamente) e dos objetivos; e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final (BARDIN, 2016, p. 125-6).

Quanto à referenciação de índices e à elaboração de indicadores, Bardin (2016, p. 134) afirma: “o índice pode ser a menção explícita de um item numa mensagem”, [...] devem ser determinadas operações de recorte de texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidade de codificação para o registro de dados”. Codificar é transformar sistematicamente os dados brutos e agregá-los em unidades passíveis de descrição exata de características do conteúdo analisado. Essa transformação acontece por recorte (escolha das unidades), enumeração (escolha das regras de contagem), classificação e agregação (escolha das categorias). A pesquisa foi desenvolvida conforme o fluxograma a seguir (Fig. 1).

FIGURA 1 – FLUXOGRAMA DA PESQUISA



Fonte: a autora, 2022. (Baseado em Bardin (2016) e Franco (2005))

As unidades de análise dividem-se em: unidades de registro e unidade de contexto. Cada unidade de significação codificada é uma unidade de registro, a menor parte do conteúdo cuja ocorrência, ou ausência, é registrada visando à categorização e contagem

frequencial. A unidade de registro pode ser uma palavra ou frase, um tema, item ou personagem (BARDIN, 2016, p.130-4).

Para Franco (2005), a unidade de contexto é uma espécie de ‘pano de fundo’, a parte mais ampla do conteúdo analisado, a que lhe imprime significado, e deve ser tratada como unidade básica para compreensão. O detalhamento dos eixos temáticos e das categorias de análise será feito no capítulo 5, ANÁLISE DE DADOS.

4.1 Local da pesquisa

A Escola de Formação do Exército e Colégio Militar de Salvador (EsFCEX/CMS) é uma Organização Militar (OM) que, até dezembro de 2022, apresentou a peculiaridade de abranger duas escolas, a EsFCEX e o Colégio Militar de Salvador, sob comando único.

A EsFCEX foi criada em 1988, com a denominação de Escola de Administração do Exército (EsAEx), para ministrar cursos de formação e especialização para oficiais e graduados de carreira do Exército Brasileiro. A partir de 1990, a EsAEx passou a sediar o curso de formação de oficiais do Quadro Complementar de Oficiais (QCO).

O QCO foi criado por meio da Lei nº 7.831, de 2 de outubro de 1989 (BRASIL, 1989), em um contexto de modernização da administração pública brasileira, iniciada em meados da década de 1980, para suprir as necessidades das Organizações Militares (OM) do Exército Brasileiro, com profissionais de nível superior para o desempenho de atividades complementares à atividade-fim da Força Terrestre. São considerados de natureza complementar os cargos e funções cujas atividades não estejam relacionadas diretamente com as operações militares e exijam, para o seu desempenho, pessoal com formação superior específica, não existente, até então, nos Quadros, Armas e Serviços do Exército Brasileiro.

A primeira turma de Oficiais do QCO foi formada em 1990 e era constituída somente por homens. Somente a partir de 1992 as mulheres foram admitidas no Exército através do ingresso mediante concurso público, em nível nacional, para o Quadro de Oficiais do Quadro Complementar. Em função desse marco histórico, o ingresso das mulheres e a formação de oficiais do QCO ocorrendo na cidade Salvador, Maria Quitéria de Jesus, heroína baiana das lutas pela Independência do Brasil, foi escolhida como Patrono do Quadro, por Decreto Presidencial.

Em 2010, a EsAEx foi transformada em Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx), por ter recebido as missões de, a partir de 2011, selecionar e formar oficiais farmacêuticos e dentistas do Serviço de Saúde do Exército, além dos oficiais Quadro Complementar.

Em 2016, a Escola passou a cooperar com a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), com sede no Rio de Janeiro-RJ, na condução da pesquisa científica e oferta de duas disciplinas do Curso de Aperfeiçoamento Militar do QCO (CAM/QCO), na modalidade EAD. Em 2018, a então EsFCEEx passou a selecionar e formar os oficiais do Quadro de Capelães Militares e a especializar oficiais superiores no curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior (CGAEM), que funcionou por 10 anos na Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), no Rio de Janeiro-RJ.

Em 2021, a EsFCEEx foi desvinculada do Colégio Militar de Salvador e transformada em Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército (ESFCEEx), por ter absorvido as missões da antiga Escola de Saúde do Exército, com sede no Rio de Janeiro-RJ, passando também a formar os oficiais (médicos, farmacêuticos e dentistas) do Quadro de Saúde do Exército, a partir de 1º janeiro de 2022.

Apesar da recente desvinculação do Colégio Militar, a base administrativa é comum às duas escolas, sendo que cabos e soldados são lotados na Companhia de Comando e Serviços e distribuídos às seções administrativas de ambas.

4.2 Os sujeitos da pesquisa

A ESFCEEX recebe uma média anual de 140 recrutas, jovens que prestarão o Serviço Militar Obrigatório. A formação desses soldados segue o Programa-padrão de Instrução Individual Básica, do Comando de Operações Terrestres, que objetiva preparar o soldado para iniciar o ciclo de qualificação militar (BRASIL, 2019). O recruta da ESFCEEx, entretanto, não realiza o ciclo de qualificação. Sua formação é de combatente básico, reservista de 2ª categoria, diferentemente do que ocorre com o soldado que serve no 9º Batalhão de Guardas, no 19º Batalhão de Caçadores ou no Parque Regional de Manutenção/6, organizações militares operacionais, com sede em Salvador, que formam reservistas de 1ª categoria, porque realizam a fase de qualificação militar, fase a partir da qual se adquire uma ‘especialidade’, de acordo com a atividade-fim do quartel em que é treinado, tornando-se então um soldado de

Infantaria, soldado de Artilharia, soldado de Material Bélico, soldado de Cavalaria ou soldado do Serviço de Saúde.

O soldado da ESFCEEx passa menos tempo em instrução militar e, ao término do período básico de instrução, é encaminhado para uma das seções da Escola, onde assume atividades administrativas.

Com o objetivo de analisar as possibilidades e desafios da educação profissional do jovem que presta o Serviço Militar Obrigatório, a partir da observação e da vivência da pesquisadora, foram localizadas seções que tradicionalmente recebem soldados recrutas após o término da formação militar básica, são elas: Biblioteca, Divisão de Tecnologia da Informação, Divisão Administrativa, que concentra militares encarregados de serviço de manutenção (eletricista, encanador, auxiliar de pedreiro), Pelotão de Manutenção e Transporte (garagem) e Serviço de Aproveitamento (cozinha, refeitórios, logística de alimentação da tropa). Isso posto, foram realizadas entrevistas com os Comandantes de Pelotão da Companhia de Comando e Serviço (CCSv) (Apêndice IV), o encarregado de pessoal da CCSv (Apêndice III), o Chefe da Divisão Administrativa, o Chefe do Serviço de Aproveitamento (Rancho), a Chefe da Biblioteca e o Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação. A entrevista também foi realizada com um adjunto do Serviço de Aproveitamento, devido à experiência e ao tempo de serviço desse militar na formação de soldados que trabalham naquela seção, uma das que mais recebem recrutas (Apêndice V), totalizando 09 (nove) entrevistados no grupo identificado como Chefes de Seção.

O encarregado de pessoal da Companhia de Comando e Serviços (CCSv) foi entrevistado por ser o agente administrativo que trabalha com informações de instrução (formação) e dados pessoais dos cabos e soldados da EsFCEEx/CMS (Apêndice III).

Os Comandantes de Pelotão da CCSv (Apêndice IV) foram entrevistados por estarem em contato direto com os recrutas desde a incorporação até o licenciamento. São eles que ministram as instruções na formação básica e são responsáveis pela formação disciplinar do soldado.

Os chefes/adjuntos de Seções que recebem soldados recrutas (Serviço de Aproveitamento; Divisão de Pessoal; Divisão Administrativa, que congrega o Pelotão Manutenção e Transporte e o Pelotão de Obras; Divisão de Tecnologia da Informação; Biblioteca) foram entrevistados para que fosse colhida sua visão sobre a formação

profissional do recruta, as habilidades e as limitações que a maioria dos soldados apresenta, as possibilidades de melhorar a formação profissional do soldado (Apêndice V).

4.3 Considerações sobre ética na pesquisa

As diretrizes que regulam a ética na pesquisa com seres humanos no Brasil são tratadas pela Resolução nº 466, de 12/12/2012, do Conselho Nacional de Saúde, e pela Resolução nº 510, de 7/04/2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em ciências humanas e sociais.

A Resolução nº 466/2012 estabelece que a pesquisa com seres humanos deve observar os princípios da autonomia; da justiça e da equidade; da beneficência e da não maleficência.

O princípio da autonomia refere-se à capacidade dos participantes de decidirem por sua própria vontade sobre participar ou não como sujeitos de pesquisas. No presente estudo, todos os participantes tiveram ciência de que participaram como sujeitos da pesquisa, mediante expresso voluntariado e assinatura do TCLE.

Pelos princípios da justiça e da equidade, os pesquisadores devem evitar quaisquer procedimentos que possam colocar os participantes em situações de desigualdade psíquica, psicossocial ou social, diante do pesquisador, das instituições ou de seus pares, ou que provoquem discriminação ou estigmatização dos participantes ou de grupos sociais a que pertençam. Nesta pesquisa, além da participação voluntária, foram garantidas a privacidade e confidencialidade pela realização das entrevistas de modo individual e sem a presença de outros sujeitos da pesquisa.

Para evitar qualquer tipo de desconforto, a pesquisa mantém o sigilo dos nomes dos participantes, que não serão divulgados em nenhum momento, primando pela confiabilidade e participação voluntária, assegurando a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na mesma, e o participante teve absoluta liberdade para interromper a participação a qualquer momento, sem justificar sua decisão.

A fim de minimizar os riscos de constrangimento, cansaço e/ou desconforto, no que tange às participações nas entrevistas, houve uma exposição sobre a pesquisa e seus objetivos, bem como sobre a importância do respeito às diversas opiniões. As entrevistas foram realizadas em momento propício em um ambiente confortável, respeitando-se a

disponibilidade dos participantes, de forma a otimizar o tempo, evitando assim o cansaço. Durante os encontros, nenhum participante demonstrou desconforto ou cansaço.

Os princípios da beneficência e da não maleficência estabelecem que a pesquisa deve gerar benefícios à humanidade e que os procedimentos escolhidos para coleta dos dados relevantes devem evitar danos aos participantes ou à sociedade em geral. Os benefícios que eventualmente possam decorrer da pesquisa devem ser maximizados e os eventuais danos minimizados (CAMPOS 2020).

Considerando a situação de pandemia do Coronavírus/COVID 19, em que se faz importante o distanciamento social para a preservação da vida, os encontros ocorreram de forma presencial, respeitando o distanciamento social e com uso de máscaras. Todas as medidas que visam a preservar a integridade dos participantes e o sigilo das informações por eles fornecidas foram mantidas.

Todos os participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Esclarecido Livre (TCLE), para garantir a participação voluntária, dar ciência dos objetivos da investigação e da possibilidade de desistência do participante a qualquer momento, bem como dos possíveis riscos que a pesquisa pudesse oferecer.

O projeto foi submetido ao Comitê Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), entidade vinculada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), por meio da Plataforma Brasil, e distribuído ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal da Bahia (IFBa), tendo sido aprovado sob o número CAAE: 50042121.3.0000.5031.

5 ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo serão analisados os dados coletados a partir de recortes das falas dos entrevistados sob os seguintes eixos temáticos: vida pregressa, percepções do soldado durante o serviço militar e planos para vida após o licenciamento.

Os entrevistados foram organizados em dois grupos: Grupo A, de soldados, Grupo B, de chefes e comandantes de pelotão.

A fim de colher suas impressões sobre o Serviço Militar, suas perspectivas profissionais e educacionais, no Grupo A foram entrevistados 26 (vinte e seis) soldados, dos 136 (cento e trinta e seis) incorporados no ano de 2021, a amostra corresponde a 19% do universo pesquisado.

O roteiro de entrevista abordou questões sobre escolaridade, planos quanto aos estudos, trabalho, futuro profissional e expectativas quanto ao Serviço Militar.

No Grupo B, foram entrevistados 9 militares na posição de chefes de seção ou comandantes de pelotão.

As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas com auxílio da ferramenta Transkriptor®.

A entrevista com os soldados seguiu um roteiro de 13 perguntas (Apêndice VI) sobre a motivação para ser voluntário para prestar o Serviço Militar, a vida profissional e de estudo antes de entrar no Exército, os planos para o futuro, a profissão dos pais, o bairro em que reside, quem é responsável pelo sustento da família, facilidade de acesso à internet, redes sociais, cursos realizados no Exército e fora dele e sobre a utilidade do que aprendeu e vivenciou no Exército para a vida no mundo do trabalho.

Segundo Bardin (2016, p.135):

o tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências etc. [...] Fazer uma análise temática consiste em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido (grifo da autora).

Da análise das entrevistas foram identificados os temas iniciais como unidades de registro e as observações correspondentes foram reagrupadas em três eixos temáticos, conforme o Quadro 4.

QUADRO 4 – TEMAS INICIAIS – EIXOS TEMÁTICOS

Temas iniciais	Observações	Eixos temáticos
Motivação para o Serviço Militar	Apresenta as razões que levaram o jovem a ser voluntário para o Serviço Militar	Vida pregressa
Educação Básica	Apresenta o nível de educação básica que o jovem atingiu	
Experiência profissional anterior	Apresenta a situação anterior do jovem no mundo do trabalho	
Percepção de aprendizado durante o Serviço Militar	Considerações sobre a influência do Serviço Militar na postura profissional	Vivências do Serviço Militar
Perspectivas de vida após o Serviço Militar	Considerações sobre os planos de vida após o licenciamento do Serviço Militar	Planos de vida

Fonte: a autora, 2022.

Franco (2005, p.43-45) indica a confecção de tabelas de caracterização que incorporem as Unidades de Registro às Unidades de Contexto, de modo a explicitá-las pelas devidas análises; “podem ser relatadas sob forma de história de vida, de depoimentos pessoais, de um conjunto de palavras, de um parágrafo, de um conjunto de palavras, de um parágrafo ou mesmo de algumas sentenças” .

Após a definição das unidades de análise, deve-se proceder à definição de categorias. Ainda, segundo Franco (2005, p. 57-60), a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação, seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos. O pesquisador pode optar por dois caminhos: definir as categorias *a priori*, com seus respectivos indicadores predeterminados em função da busca de uma resposta específica; ou deixar emergir “da fala, do discurso”, do conteúdo das respostas. Inicia-se pela descrição do significado e do sentido atribuído por parte dos respondentes e prossegue-se com a classificação das convergências e divergências, a partir de algumas (amostra), cria-se um código para leitura, sempre aberto a novas categorias.

Neste estudo, optou-se pela definição de três eixos temáticos e as categorias de análise criadas inicialmente a partir das perguntas feitas durante a entrevista que englobassem respostas sobre a vida anterior ao serviço militar, as vivências durante o serviço militar e suas perspectivas para o futuro, respectivamente, conforme Quadro 5.

QUADRO 5 – GRUPO A: EIXOS TEMÁTICOS – CATEGORIAS DE ANÁLISE

Eixos temáticos	Categorias de Análise
Vida pregressa	A vida escolar e profissional do jovem antes do Serviço Militar
Vivências do Serviço Militar	A percepção de aprendizado durante o Serviço Militar
Planos de vida	Os planos do jovem (trabalho e estudo) após o licenciamento do Serviço Militar

Fonte: a autora,2022.

Além das entrevistas com os soldados, foram entrevistados: os Comandantes de Pelotão da CCSv (Apêndice IV), o encarregado de pessoal da Companhia de Comando e Serviços (CCSv) (Apêndice III); os chefes da Divisão Administrativa; do Pelotão Manutenção e Transporte; da Divisão de Tecnologia da Informação; da Biblioteca e o Chefe e um adjunto do Serviço de Aprovisionamento (Apêndice V).

As entrevistas buscaram identificar a percepção desses militares quanto ao perfil dos soldados, eventuais possibilidades de educação profissional durante o Serviço Militar e planos de vida (trabalho e estudo) frequentemente mencionados pelos conscritos.

Seguimos os mesmo eixos temáticos delimitados para análise das entrevistas com os soldados: vida pregressa (nesse caso, os índices serão as falas que digam respeito à percepção do perfil socioeducacional do soldado); vivências no Serviço Militar serão representadas pelas possibilidades de educação profissional durante o SMO percebidas; no eixo Planos de Vida será considerada a resposta às seguintes perguntas: Ao se aproximar o licenciamento, é comum os recrutas verbalizarem planos de estudo e trabalho? e Quais interesses para a vida educacional e profissional são mencionados com mais frequência?

QUADRO 6 – GRUPO B: EIXOS TEMÁTICOS – CATEGORIAS DE ANÁLISE

Eixos temáticos	Categorias de análise
Vida pregressa	Percepção do Perfil
Vivências do Serviço Militar	Percepção de possibilidades de educação profissional
Planos de vida	Planos de vida verbalizados

Fonte: a autora,2022.

Esta pesquisa segue uma abordagem qualitativa. Segundo Bardin (2016, p. 145), a análise qualitativa “pode funcionar sobre corpus reduzidos e estabelecer categorias mais discriminantes”, porque não depende que as categorias deem lugar a frequências elevadas que tornem cálculos possíveis. Diferente da análise quantitativa, a análise qualitativa levanta problemas quanto ao nível de pertinência de índices retidos por selecioná-los sem tratar

exaustivamente o conteúdo. Elementos importantes podem ser deixados de lado, daí a importância do contexto tanto da mensagem, quanto do contexto exterior e das condições de produção da mensagem. O que caracteriza a análise qualitativa é o fato de a inferência, quando realizada, ser fundada na presença do índice e não na frequência de sua aparição em cada comunicação individual.

Ainda segundo Bardin,

É evidente que a natureza do material influi na escolha do tipo de medida. Pode, por exemplo, fazer-se distinção entre mensagens normalizadas e mensagens singulares. As primeiras corresponderão a um *corpus* constituído por mensagens provenientes de diferentes locutores. Por exemplo: resposta a questões abertas, organizadas para codificação, com tudo o que isso implica de *standartização*, nivelamento e conformação; neste caso o tipo de investigação prepara e orienta um tipo de análise baseada na quantificação numa situação normalizada. As segundas são mensagens provenientes de um único ou de vários emissores, mas irredutíveis à normalização (2016, p.146).

Foram empregados três roteiros de entrevista para o Grupo B, de acordo com as peculiaridades das funções de cada entrevistado, e um roteiro de entrevista para o Grupo A.

Todas as entrevistas foram realizadas nas mesmas condições, nas dependências da ESFCEX, gravadas em áudio, com assinatura do TCLE. Nesse caso, enquadra-se no que Bardin distinguiu como normalizadas. Entretanto, buscou-se atentar para a recomendação da autora: “Por vezes torna-se necessário nos distanciarmos da crença sociológica na significação da regularidade. O acontecimento, o acidente e a raridade possuem, por vezes, um sentido muito forte que não deve ser abafado” (idem, 2016, p, 146).

Os resultados da análise das entrevistas serão apresentados nas próximas seções. A Seção 5.1 apresentará as percepções dos soldados. A seção 5.2 apresentará as percepções dos chefes.

5.1 Perfil e percepções dos soldados

Todos os entrevistados preencheram uma ficha de identificação. A partir dos dados desta ficha, apurou-se que, dos 26 entrevistados, 13 (50%) possuem ensino médio completo e 22 (84,61%) deles já desenvolviam atividade remunerada antes de ingressar no Serviço Militar.

O jovem que ingressa no Serviço Militar Obrigatório sem ter concluído o ensino médio tem menos chances de conseguir um emprego do que aquele que concluiu, o que em alguma medida explica a procura pelo Serviço Militar como alternativa de emprego, conforme

vemos no Quadro 7, onde temos a frequência de respostas à pergunta: Por que você foi voluntário para o Serviço Militar?

QUADRO 7 – RESPOSTAS À PERGUNTA: POR QUE VOCÊ FOI VOLUNTÁRIO PARA O SERVIÇO MILITAR?

Motivo	Ocorrências
Precisava de emprego para ajudar a família (ou mãe)	9
Precisava de emprego	3
Influência da família ou de terceiros	5
Buscando amadurecimento	1
Vontade própria, sonho de criança	6
Queria servir, ter uma profissão	1
"Eu via propaganda na televisão, depois vídeo no Youtube"	1

Fonte: a autora, 2022.

Observa-se que a menção à necessidade de emprego, independentemente de estar acompanhada da fala sobre família, aparece como maior frequência do que as outras justificativas. A maioria desempenhava alguma atividade remunerada, conciliando ou não com os estudos, conforme visto no Quadro 8, a seguir.

QUADRO 8 – RESPOSTA À PERGUNTA: COMO ERA SUA VIDA PROFISSIONAL E DE ESTUDO ANTES DO SERVIÇO MILITAR?

Ocupação	Frequência
Academia de ginástica	1
Ajudante de pedreiro	4
Balconista de lanchonete / garçom	3
Divulgação de marcas (internet) / administração de site	2
Eletricista	1
Entregador de aplicativo	1
Estoquista / repositor	5
Estudava (ensino médio)	3
Estudava para concursos*	2
Instalação e manutenção de internet	1
Padaria / açougue	3
Trabalhador Rural	1
Vendedor	1

(*) Um dos entrevistados trabalhava também como auxiliar de padeiro, enquanto estudava para concurso. Fonte: a autora.2022.

A maioria já estava no mundo do trabalho, alguns muito antes da conclusão do Ensino Médio. Durante as entrevistas, um soldado declarou trabalhar desde os 14 anos, outro declarou trabalhar desde os 15, e dois desde os 16 anos. Os demais não declararam com que idade começaram a trabalhar.

As ocupações que desempenhavam antes do Serviço Militar são compatíveis com o grau de escolaridade que apresentam. Cinco declararam que conseguiram o primeiro emprego a partir do programa jovem aprendiz. Segundo Corrochano e Tommasi (2020), o trabalho é uma das dimensões constitutivas da experiência juvenil brasileira.

Ainda que os dados mais recentes evidenciem alterações na importância relativa de escola e trabalho nas duas últimas décadas, com ampliação significativa da presença do sistema educacional entre as jovens gerações, o trabalho e a busca por trabalho são realidades presentes nas trajetórias de um conjunto significativo deles e delas: 38,1% dos jovens brasileiros entre 15 e 29 anos trabalhavam e 11,6% estudavam e trabalhavam no Brasil em 2019, sendo essa presença ainda mais intensa a partir dos 18 anos, para jovens de todos os segmentos sociais. (idem, 2020, p.353)

Quanto à escolaridade, a incorporação para o Serviço Militar ocorre aos 18 anos, 50% dos entrevistados não concluíram o Ensino Médio que, em tese, deveria ter sido concluído aos 17 anos. Ou seja, o jovem já está no mundo do trabalho antes de concluir a educação básica.

Juntamente com escolarização e ocupação anterior, consideramos que o local de residência e a profissão dos pais são dados que auxiliam a esboçar o perfil social dos sujeitos desta pesquisa.

O jovem que prestou o Serviço Militar na EsFCEx, em 2021, é periférico, os entrevistados residem em: 7 de abril; Bairro da Paz (02); Massaranduba; Polêmica; Nordeste de Amaralina:(02); Lobato; Valéria; Base Naval (02); São Rafael; Campinas de Pirajá; Brotas; Barros Reis; Pernambués; Cabula; Castelo Branco; Pero Vaz ; Itapuã; Alto de Coutos e Cajazeiras 5.

A exceção de Itapuã e Brotas que são bairros com perfil variado, entre classe média e média baixa e pequenas “ilhas” de classe média-alta, os demais são bairros periféricos de Salvador. Lauro de Freitas (02) e São Sebastião do Passé são cidades que fazem parte da região metropolitana.

Quanto à profissão dos pais, como se vê o Quadro 9, é perceptível que se trata de pessoas de baixa escolarização, ocupando espaços pouco valorizados no mundo do trabalho. Dos 26 entrevistados, apenas um mencionou que o pai possui curso superior completo.

QUADRO 9 – PROFISSÕES DOS PAIS

Profissão/ocupação	Frequência
Doméstica/diarista (mãe)	6
Cozinheiro (a)/ajudante de cozinha (pai) (mãe)	3
Tec enfermagem / Tec Radiologia (pai) (mãe)	6
Lavrador (a) (pai) (mãe)	2
Motorista (pai)	2
Doceira/confeiteira (mãe)	4
Serviços Gerais (mãe)	1
Mãe dona-de-casa	4
Empregado no comércio (pai)	3
Construção Civil (Mestre obras/ Pedreiro/Eletricista/Piscineiro) (pais)	5
Bacharel em Educação Física (possui uma academia)(pai)	1
Trabalha na área de eventos (autônomas) (mães)	2
Estudante universitária de enfermagem (ex-doméstica)	1

Fonte: a autora,2022.

No eixo temático vivências nos Serviço Militar Obrigatório, em resposta à pergunta: “Você acha que esse aprendizado durante o SMO será útil para sua vida profissional?”, nenhum dos entrevistados mencionou qualquer aspecto negativo no que tange à experiência do Serviço Militar, ao contrário, todas as opiniões foram positivas.

QUADRO 10 – RESPOSTA À PERGUNTA: VOCÊ ACHA QUE ESSE APRENDIZADO DURANTE O SMO SERÁ ÚTIL PARA SUA VIDA PROFISSIONAL?

S.6	Eu tive que ser remoldado. Comer no horário, dormir no horário. Ficar mais plantado. As atitudes são outras. Cada dia que passo aqui eu aprendo uma coisa nova.
S.25	O curso (panificação) me aperfeiçoou mais um pouco. Aprendizado de ter mais amor à família, a distância e a saudade da família fizeram dar valor as coisas... ter responsabilidade.”
S.9	O Exército me moldou, passei a ter mais responsabilidades”. S.9
S 21	Com certeza, eu falo até para pessoas que estão naquela dúvida, né? É importante para você. O Serviço Militar me ensinou uma postura melhor no mercado de trabalho e na vida.
S 22	Sim, pela experiência. Até para o EV é importante. Na nossa área aqui, a gente aprende vários pontos que na minha opinião, para a gente ser uma boa pessoa lá fora, no âmbito econômico de vida financeira... como também bom para relações pessoais, acho que ajuda muito questão de companheirismo, de responsabilidades... que aqui a gente tem muitas responsabilidades, o que acaba ajudando muito mais quando a gente chega no mundo lá fora a gente tem muito mais experiência”. S.22
S23	É útil e não é. Quando a gente vem para cá como recruta a gente se dedica todo aqui, a gente para nossa vida lá fora. Para aqueles que não engaja, foi um aprendizado? Foi, mas foi um tempo perdido. Para mim, foi uma vitória porque observando de onde eu vim pra onde eu cheguei, foi uma vitória pra mim”.

Fonte: a autora,2022.

A apresentação para o Serviço Militar Obrigatório pode ser considerada como um indicador significativo de passagem para a vida adulta. Para Groppo (2016), o conceito de

passagem para a vida adulta possui base histórica e cultural, o modelo tradicional enquadra os jovens em um grupo etário bem definido, associa cada categoria etária a determinadas funções sociais; prevê uma transição linear à vida adulta; “com a juventude terminando com feitos quase simultâneos, como o fim da escolarização, o ingresso no mundo do trabalho, o casamento, a formação de um lar próprio e a maternidade/paternidade” (2016, p.386).

Abramo (2005, p.44), entretanto, fala “de uma relativa descronologização do percurso das idades, e uma dificuldade geral de lograr inclusão plena”. As transformações no mundo do trabalho e outras possibilidades e padrões de inserção no “mundo adulto”, postergariam a entrada nesse mundo, estendendo mais o tempo da juventude. No caso dos entrevistados, 3 declararam morar com companheira, 4 têm filhos, e, para esses jovens, que são chefes de família, a entrada plena no mundo adulto, de acordo com o modelo tradicional, ocorreu bem cedo. A fala do S. 12, quando perguntado sobre a validade da experiência do Serviço Militar para sua vida futura, ilustra bem essa questão:

Eu acho vou ter que acrescentar bastante pro meu pra o amadurecimento como pessoa né? Porque todo mundo entra aqui com dezoito anos e apesar de se achar um homem não tem experiência, conhecimento de vida, essa aqui é a realidade. Aqui é o primeiro contato de muitos com a vida adulta, sim, poderia dizer, vida útil. E é uma realidade muito diferente do que a gente vê lá fora, né? Então, o tratamento que a gente recebe, as coisas que a gente tem que fazer, as experiências pelas quais a gente passa, faz com que a gente amadureça o próprio serviço, né? Que é um tempo de aprendizado da família, do enfim (S.12)

QUADRO 11– FREQUÊNCIA DE RESPOSTAS À PERGUNTA: “VOCÊ ACHA QUE ESSE APRENDIZADO DURANTE O SMO SERÁ ÚTIL PARA SUA VIDA PROFISSIONAL?”

Ideias	Frequência
Mudou a Postura / comportamento	7
Responsabilidade / disciplina	6
Melhorou a comunicação / menos timidez	6
Cumprimento de horários	5
Experiencia /aprendizado	5
Amadurecimento	5
Disciplina / cumprimento de ordens	5
Organização / foco objetivos	4
Valorização da família / ajuda à família	3
Educação / tratamento	3
Melhoria financeira / controle de finanças	3
Hierarquia	2
Superação física	2
Trabalhar sob pressão	1
Companheirismo	1
Pensar no futuro	1

Fonte: a autora,2022.

A menção à mudança de comportamento, de postura, aparece com mais frequência, seguido da ideia de adquirir responsabilidade, melhorar a comunicação, cumprimento de horários, disciplina e amadurecimento, o que reforça a ideia do Serviço Militar como um rito de passagem para a vida adulta.

Semelhante aos resultados desta pesquisa, encontramos um estudo de caso com enfoque nos egressos dos cursos realizados em um centro de instrução da Marinha do Brasil, em que concluiu-se que os jovens da amostra pesquisada adquiriram as seguintes competências: planejamento e organização do próprio trabalho; desprendimento no trato com clientes; iniciativa e vontade de buscar novos conhecimentos e aperfeiçoar-se; desenvolvimento participativo em trabalhos de equipe; e capacidade de gerir o próprio negócio (HONORATO, 2014).

A semelhança entre as falas, a frequência com que aparecem menções à mudança de atitude comportamento, e o movimento sempre em coletivo “todo mundo entra aqui”; “a gente se dedica”; “as experiências pelas quais a gente passa, faz com que a gente amadureça”, remetem a ideia de coletividade, de construção de identidade. Segundo Oliveira (2017) e Gohn (2013), a troca de experiências, a compreensão da realidade e a construção da identidade coletiva são aspectos da educação não formal que favorecem a inserção social do sujeito e seu engajamento na luta por sua emancipação, o resgate da sua autoestima e a compreensão de si mesmo enquanto agente de mudanças.

QUADRO 12– RESPOSTA À PERGUNTA: “O QUE VOCÊ PRETENDE FAZER DEPOIS DO SERVIÇO MILITAR?”

Planos futuros	Frequência
Fazer curso superior	3
Fazer curso técnico/profissionalizante buscando emprego	3
Empreender	11
Fazer curso superior para prestar concurso	5
Terminar o ensino médio	3
Prestar concurso	3
Trabalhar na área de alimentação/segurança	3

Fonte: a autora, 2022.

A opção por “abrir um negócio”, aqui indicada pelo termo empreender, aparece com bastante frequência, quase sempre acompanhada de outra opção, e sem definição exata do negócio a ser aberto. A indefinição pode ser vista nas falas: “se eu não conseguir trabalhar nessa área (alimentação), vou abrir um negócio *pra* (sic) mim. Vou fazer ENEM, faculdade de

gastronomia ou administração” (S.22). Ou “Pretendo abrir um negócio e fazer concurso pra Polícia Militar” (S.24). Dos 26 entrevistados, apenas 2 (7,69%) sabiam exatamente o tipo de negócio que pretendiam abrir, uma loja de artigos para celular e outro afirmou querer abrir um açougue, tendo ambos alegado a experiência de trabalho anterior ao Serviço Militar.

A discussão sobre o tema empreendedorismo não estava prevista na fundamentação teórica do projeto desta pesquisa, entretanto, a partir da pesquisa de campo, o tema apareceu com frequência nas falas dos entrevistados como um plano de vida pós-serviço militar, de modo que foi inevitável buscar referências sobre o assunto, tanto para compreender a conjuntura em que estão imersos estes sujeitos quando para subsidiar o produto educacional a ser desenvolvido.

Segundo Corrochano e Tomasi (2020), enquanto desaparecem os programas voltados a promover a inserção dos jovens no mercado de trabalho formal, há uma significativa e crescente difusão de iniciativas voltadas a incentivar e celebrar o empreendedorismo.

Se em tempos de crise o empreendedorismo aparece como uma saída ao aumento do desemprego, antes disso o empreendedor é um tipo de personalidade, um modo de produção de si. Isso afeta, em particular, as novas gerações. Ser empreendedor em qualquer âmbito da vida significa ter uma atitude proativa, ter iniciativa, não subir passivamente os percalços da vida e sim correr atrás, se ativar, ser propositivo na busca pela melhoria das próprias condições de vida, se responsabilizando pelos próprios sucessos ou fracassos (idem, 2020, p.361).

Desde a década de 70, o conceito de empreendedorismo atraiu campo de estudos da gestão e passou a ser disseminado como solução para a crise de desemprego, associado a um discurso de atribuir ao trabalhador a responsabilidade por não adaptar-se às mudanças ocorridas no paradigma produtivo das organizações por influência do modelo japonês (Toyotismo), que impunha o novo perfil desejável de trabalhador, com características de flexibilidade, conhecimento, autocontrole, polivalência e capacidade de participação nas decisões da empresa (CARMO, 2021).

O espírito do Toyotismo impulsiona a terceirização, o trabalho por encomenda, o trabalho clandestino, a mão de obra temporária (ALVES, 2011, p.49). No Brasil, com a eleição de Fernando Collor para a Presidência da República e a implantação de uma agenda reformista e competitiva, o discurso de que o empregado é responsável pelo seu desemprego e a solução é “arregaçar as mangas”, “correr atrás”, ser um empreendedor de si ganhou força.

Cabe observar que, nas falas dos entrevistados, não encontramos a presença de um senso crítico quanto à situação de desemprego que certamente encontrarão quando retornarem

ao mundo do trabalho; ao contrário, as ideias de “abrir negócio” e “estudar para ou prestar concurso” parecem um sinal de que, para eles, procurar emprego não é uma opção imediata. Seja porque este jovem já estava no mundo do trabalho e conhece a realidade difícil em termos de empregabilidade e condições de trabalho, seja porque prefere buscar a segurança do emprego público. Talvez esta seja a justificativa para que as opções de estudar para concurso e empreender apareçam com frequência como plano de vida.

5.2 O olhar dos chefes

As percepções quanto ao perfil dos soldados são praticamente unânimes entre o Grupo B: o soldado que presta o SMO tem baixo poder aquisitivo, boa parte não possui o ensino médio completo, mora em bairros periféricos e enxerga no serviço militar uma oportunidade de trabalho, o que corrobora os resultados das entrevistas no Grupo A.

QUADRO 13 – RESPOSTAS À PERGUNTA: “COMO VOCÊ DESCREVERIA O PERFIL DO SOLDADO QUE PRESTA SERVIÇO MILITAR NA ESFCEX?”

Entrevistado	Unidades de registro
Ch 1	No que tange ao nível social e também educacional... eu digo que muitos garotos vêm de condições precárias em casa. Às vezes eles entram aqui com intuito de buscar uma melhoria para si e para sua família”. (...) majoritariamente são pessoas que ainda estão concluindo o ensino médio ou que nem concluíram. Poucos recrutados eles têm acesso à faculdade.
Ch 2	Na maior parte das vezes são jovens de periferia e bairros um pouco mais humildes de Salvador, que têm o sonho de serem militares que enxergam no Serviço Militar Obrigatório a oportunidade de ingressar na carreira militar (...) a maior parte deles não concluíram o ensino médio.
Ch 3	A maioria deles está desempregada, poucos concluíram o ensino médio.
Ch 4	O recém-incorporado ele é um cara mais... uma folha em branco, né? Com raras exceções, alguns já vem com o trabalho, com experiência do lado de fora (...) Parte com ensino médio (...) tem uma boa parte que realmente vem ainda pra finalizar o ensino médio. São meninos de classe mais baixas.
Ch 5	Do ponto de vista social, acho que eles não frequentam a classe média, classe média alta, porque dentro dessa classe aí as pessoas não querem servir (...) ela serve como uma oportunidade para as classes média e mais baixa, né? (...) e os pais, nessa faixa social, acham que o filho vai aprender bastante coisa e é uma chance de adquirir alguns valores e fugir de alguns tropeços sociais que existem nessas classes.
Ch 6	São na maioria das vezes moradores de bairros periféricos, oriundos de famílias de baixa renda, possuem ensino médio incompleto e algumas vezes já tiveram alguma experiência profissional do tipo “bicos” para ajudar nas despesas familiares.

Ch 7	A maioria deles é oriunda de classe média baixa. No entanto, existe uma pré-seleção para integrar a Divisão de TI, que capta jovens que possuem algum curso específico na área de Informática. Desse universo de recém-chegados, pelo menos um já iniciou o Ensino Superior.
Ch 8	A grande maioria tem baixo poder aquisitivo e baixa educação. Ensino médio incompleto.
Ch 9	A maioria é de famílias simples, não terminou os estudos porque tinha que trabalhar, ajudar a família

Fonte: a autora,2022.

Como mencionado na seção anterior, optou-se por deixar as categorias de análise emergirem da “fala, do discurso”, do conteúdo das respostas, e prosseguimos em busca das convergências e divergências (FRANCO, 2005, p. 60).

Na categoria de análise “percepção de possibilidades para educação profissional”, dentro do eixo temático “vivências no Serviço Militar”, condensou-se as respostas às perguntas: “De acordo com sua experiência, quais as dificuldades mais frequentes encontradas para a formação profissional do recruta? Quais as oportunidades de formação profissional para o soldado durante o Serviço Militar Obrigatório você conseguiria identificar, além da formação básica de combatente?”

Quanto às possibilidades de formação profissional, todos os respondentes mencionaram a importância dos cursos profissionalizantes do Programa Soldado Cidadão, mas reconheceram que as vagas são poucas em relação ao efetivo.

Dos 9 entrevistados, 7 (77,77%) mencionaram os valores transmitidos durante o Serviço Militar (disciplina, hierarquia, responsabilidade) e a boa imagem das Forças Armadas associadas a esses valores, como um diferencial para o jovem que prestou o Serviço Militar quando do seu retorno ao mundo do trabalho.

O fato de que nenhum dos entrevistados ter mencionado que oferecer curso profissionalizante não é missão do Exército, nem das demais Forças Armadas, chama a atenção. A ausência dessa argumentação induz à percepção de que a educação profissional durante o Serviço Militar já é algo natural e visto positivamente, tanto para a Força Armada que emprega o soldado depois de capacitado na rotina administrativa da Organização Militar, quanto para o jovem quando retorna ao mundo do trabalho.

Na questão dos valores introjetados durante o Serviço Militar, nota-se a naturalidade e, em certa medida, a responsabilidade dos oficiais na posição de comandantes

de pelotão ou chefes de seção, para com a orientação do recruta quanto “ao mundo lá fora”, o que pode ser percebido pelas falas apresentadas no Quadro 14.

QUADRO 14 – OPORTUNIDADES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Ch 4	Eu, particularmente, como chefe, eu sempre procuro, um período antes, saber como tá o andamento deles lá fora, justamente pra ajudar de alguma forma, até dar um conselho. Aqueles que não apresentam nada, eu sempre oriento para que possam pensar sobre isso aí. (...) Eu sinto que após entrar na instituição eles conseguem ver como é o funcionamento não só da vida aqui dentro, como é o aperto lá fora. A gente deixa bem claro aqui dentro que a vida lá fora não é fácil (...) esses avisos vão fazendo que eles comecem a organizar uma vida lá fora
Ch 2	Por estar em estabelecimento de ensino, o incentivo que o recruta, o soldado, tem pra continuar estudando é maior. Então acredito que a facilidade que a gente encontra por estar em estabelecimento de ensino é que ele tem a possibilidade de profissionais que possam direcionar ele para um uma continuação da educação
Ch 1	“A gente procura dar alguns caminhos, incentivar, para fazerem concursos, até mesmo nas escolas militares (...) mas muitas vezes não vão conseguir, tendo em vista a falta de preparo, interesse (...) A gente tem muita orientação em cima disso (...) eu mesmo sou um exemplo, entrei como soldado recruta e meu Comandante de Companhia liberava a gente uma parte da manhã pra gente estudar, eu sou um fruto desse exemplo. Acho que seria uma boa ideia isso daí, montar um grupo de estudos dentro do quartel (...)”
Ch 3	Mesmo que eles sejam distribuídos pra outras sessões, eles vão ter aquele horário na companhia, onde você vai reunir e tal. E assim, então geralmente o comando pelo pelotão é aquela pessoa com qual o soldado mais conversa, mais comando protege junto, né?

Fonte: a autora,2022.

No eixo temático, Planos para vida (futura), condensou-se as respostas às perguntas:

4) Ao se aproximar o licenciamento, é comum os recrutas verbalizarem planos de estudo e trabalho? e 5) Quais interesses para a vida educacional e profissional são mencionados com mais frequência?

Nas falas dos chefes percebe-se que é comum uma certa preocupação em orientar os soldados para a volta à vida civil. As opções de “abrir negócio” e/ou “prestar concurso” estão presentes nas respostas de 6 dos 9 entrevistados.

QUADRO 15 – PLANOS DE VIDA FUTURA (PERCEPÇÕES DOS CHEFES)

Ch 1	Eles têm uma ideia do Exército antes de entrar, quando eles entram aqui é um choque de realidade, pela especificidade da Escola. Aqui é uma unidade que forma (...) o objetivo maior é formar o oficial-aluno e o aluno do Colégio Militar (...) é tanto nós não temos o período da Qualificação e nem o Adestramento, só temos o período básico e termina ali, então o Soldado ele meio que fica (...) poxa, meio decepcionado com o Exército (...) então eles meio que acabam querendo ir pra outra área
Ch 2	No meu pensamento, eles saem daqui com a cabeça voltada para o mundo (...) eles enxergam possibilidades em várias áreas (...) é difícil precisar o que eles buscam mais (...) tem uns que saem daqui planejando fazer concursos militares (...) abrir negócio(...)”

	<p>A maior parte já está no mercado de trabalho lá fora, tem uns que estudam com aquele objetivo do concurso, tem outros, posso dizer a maioria, que infelizmente não volta a estudar.</p> <p>A maioria vai buscar capacitação, terminar o ensino médio e após isso emprego, mercado de trabalho.</p> <p>Para aqueles que já vêm com uma experiência anterior ao Exército, é comum permanecer na área alimentícia, porque já tá na área alimentícia, permaneceu aqui no Exército, é comum. Já o camarada que tá mais em branco, ela faz um curso, eu não vejo assim que ele siga nesse ramo, já o camarada que vem dessa área, ele volta</p>
Ch 6	Verbalizam desejos de continuar na carreira militar, mas não em forma de planos... não se organizam para efetivar esse desejo.

Fonte: a autora, 2022.

Percebe-se que as falas dos chefes reafirmam o que foi percebido nas falas dos soldados. Ao aproximar-se do licenciamento, o soldado, geralmente, tem planos de trabalho, alguns tem planos de continuar os estudos, mas esses planos não nos parecem bem detalhados.

Um traço marcante é a percepção de que após o serviço militar eles estão mais preparados para o ‘mundo lá fora’ Essa percepção corrobora a ideia de que a vivência durante o serviço militar tem um aspecto positivo na formação desse sujeito, que se diz mais responsável, ‘moldado’ ou ‘remoldado’ pelo Serviço Militar.

5.3 Sobre possibilidades e desafios para a educação

Entre os limites encontrados durante a pesquisa destacamos que oferecer cursos profissionalizantes não é missão do Exército nem das demais Forças Armadas.

A missão constitucional das Forças Armadas está expressa no Art. 142 da Constituição Federal:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988).

O Projeto Soldado-Cidadão é uma política pública, de iniciativa do Governo Federal, que aproveita a estrutura das Forças Armadas e o advento do Serviço Militar Obrigatório para proporcionar o acesso a cursos profissionalizantes aos jovens conscritos. Como qualquer

política pública, o PSC pode ser alvo de críticas, entretanto, o fato de estar em vigor desde 2004, pode ser considerado um indicativo de efetividade.

A análise de dados mostrou que as vagas para realização de cursos profissionalizantes são em número reduzido e não atingem um percentual significativo de conscritos.

Outro fator limitante para a educação profissional dos soldados, e (re) inserção no mundo do trabalho, é a escolaridade, conforme vimos ao longo do trabalho, metade da amostra pesquisada não concluiu o ensino médio. Este resultado não traz nenhuma surpresa.

Segundo resultados do Censo Escolar 2019, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira (INEP), quanto à distorção idade-série, indicador que permite acompanhar o percentual de alunos, em cada série, que têm idade acima da esperada para o ano em que estão matriculados. A taxa de distorção para o ensino fundamental em 2019 é de 16,2% e de 26,2% para o ensino médio.

No ensino médio das redes pública e privada, os alunos do sexo masculino apresentam taxas de distorção idade-série maior nos três anos do ciclo. A maior distorção entre o sexo masculino e o feminino, incluindo as redes pública e privada, encontra-se na 1ª série da rede pública, com 38,1% e 27,6%, respectivamente.⁸

Considerando os dados apresentados pelo Censo Escolar quanto à distorção idade-série no ensino médio (26,2%), sendo maior para o sexo masculino do que para o sexo feminino, pode-se inferir que no universo de jovens, alistados aos 18 anos e selecionados para o serviço militar, deve haver um percentual significativo de indivíduos que se encaixam dentro deste indicador de distorção idade-série. Saliente-se que estes dados se referem a um período anterior à pandemia do COVID-19.

No ano de 2021, segundo ano da pandemia do COVID-19, a taxa de distorção idade-série por município, em 2021, em Salvador-BA é de 43,45% para 1º ano do Ensino Médio, 48,8% no 2º ano e 56,5% no 3º ano do Ensino Médio, a taxa total para o EM é de 50,1%. Para fins de comparação, apresentamos dados totais correspondentes a Recife-PE e Fortaleza-CE.

⁸ Fonte: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/indicador-apresenta-distorcao-idade-serie-para-ensino-fundamental-e-medio/21206#:~:text=Ensino%20m%C3%A9dio%20%E2%80%93%20A%20taxa%20de,nos%20tr%C3%AAs%20anos%20do%20ciclo. Acesso em 20/04/2022.

TABELA 1 – TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE POR MUNICÍPIO 2021

Município	Dependência	Total	1ªSérie	2ªSérie	3ª Série
Salvador	Privada	9,6	11,1	9,8	7,5
Salvador	Pública	59,1	52,3	57,7	65,4
Salvador	Total	50,1	43,4	48,8	56,5
Recife	Total	19,1	18,5	21,6	16,5
Fortaleza	Total	26,2	24,8	28,0	25,6

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie> Acesso: 12 abr. 22

Comparando as taxas de distorção entre as redes pública e privada é possível ter uma noção do traço de desigualdade social que este índice apresenta. A trajetória irregular na escolarização e a subescolarização, que atravessam o ensino fundamental e médio, são o reflexo da sonegação do direito básico à educação e à cidadania.

A educação básica é um fator preponderante na profissionalização, Arroyo (2019) aponta para o grande mérito da defesa da Educação Profissional em reconhecer os trabalhadores sujeitos do direito à educação porque sujeitos já de direitos do trabalho.

Um sistema precário de escolarização marcado por baixa infraestrutura e insuficiente formação acadêmica atinge os jovens, principalmente os mais pobres, e termina por impactar negativamente o desenvolvimento social e econômico do país (CARRANO, 2015, p.1441).

Quanto às possibilidades, antes da pesquisa de campo, identificou-se que a estrutura escolar da ESFCEEx e o fato de englobar o Colégio Militar de Salvador possibilitariam o desenvolvimento de projetos que aproveitassem essa estrutura (salas aula, biblioteca, auditório) e envolvesse a participação do corpo docente do colégio. Todavia, na prática a situação é muito mais complexa, devido às missões da escola, como se vê na fala do Ch. 1

“Eles têm uma ideia do Exército antes de entrar, quando eles entram aqui é um choque de realidade, pela especificidade da Escola. Aqui é uma unidade que forma (...) o objetivo maior é formar o oficial-aluno e o aluno do Colégio Militar (...) é tanto nós não temos o período da Qualificação e nem o Adestramento, só temos o período básico e termina ali, então o Soldado ele meio que fica (...) poxa, meio decepcionado com o Exército (...) então eles meio que acabam querendo ir pra outra área (CH 1).

Com a desvinculação entre o Colégio Militar de Salvador e a ESFCEEx, a contar de 1º de janeiro de 2022, a realização de qualquer projeto nesse sentido ficou praticamente inviável.

Ainda quanto às possibilidades, a ampliação da oferta de vagas dentro do Programa Soldado Cidadão é possível a partir de solicitação do Comando da Organização Militar ao

Comando da 6ª Região Militar, órgão que centraliza a distribuição de recursos para essa finalidade do âmbito das organizações militares do Exército do Estado da Bahia e Sergipe. Cabe salientar que a solicitação de recursos visa ao atendimento da necessidade da OM em pessoal. Como explanado anteriormente, não é missão do Exército oferecer cursos profissionalizantes, embora a administração seja beneficiada com a permanência de uma mão de obra qualificada pelo período de até oito anos, tempo limite para prorrogação do serviço militar.

Durante a pesquisa de campo, identificamos a preocupação dos chefes em conversar com os soldados, dar orientações quanto ao futuro. Verificou-se que isto ocorre de modo espontâneo, de acordo com a disponibilidade e vontade de cada oficial. A Escola poderia oferecer palestras, rodas de conversa, de modo planejado e sistematizado, dentro dos horários destinados à instrução dos conscritos.

Este trabalho não tem a pretensão de solucionar a questão da educação profissional do soldado, mas de contribuir com a reflexão sobre o tema.

6 PRODUTO EDUCACIONAL: TRILHAS DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO

O produto educacional originado desta pesquisa é um Portal na internet intitulado Trilhas da Educação do Trabalho (<https://sites.google.com/view/trilhas-educacao-trabalho/>), com o objetivo contribuir para a continuação do itinerário formativo e qualificação para o trabalho do jovem licenciado do Serviço Militar Obrigatório em seu retorno à vida civil, independente do tempo passado no serviço militar.

A opção pelo Portal justifica-se pela formação profissional desta pesquisadora, bacharelado em Comunicação Social/ Relações Públicas e por ser direcionado a um público jovem e com familiaridade com internet.

O conteúdo do Portal foi organizado em três trilhas: a trilha da Educação Profissional e Tecnológica; a Trilha do Empreender e a Trilha do Emprego Formal. A delimitação do conteúdo foi baseada nos resultados da análise documental e da análise das entrevistas realizadas.

A opção pelo termo ‘trilhas’ justifica-se pelo significado de: “caminho estreito, em geral precário e tortuoso, vereda”, segundo o Dicionário Michaelis (<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/trilha>). O jovem que deixa o serviço militar está em um momento de escolher que caminho/trilha seguir. A conjuntura atual e o perfil desses jovens, conforme esboçado ao longo deste trabalho, apontam para uma realidade difícil na disputa por um lugar no mundo do trabalho.

A construção do produto educacional não pode perder de vista as bases conceituais do Programa. Por tratar-se de um Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica é impossível prescindir de uma discussão sobre a centralidade do trabalho no contexto dos sujeitos da pesquisa.

Segundo Tomasi e Corrochano (2020, p. 353): “O trabalho é uma das dimensões constitutivas da experiência juvenil brasileira.” Para as autoras, a qualificação profissional ganhou centralidade nas políticas públicas de enfrentamento ao desemprego estrutural até o início dos anos 2000 e apesar do crescimento econômico e expansão do assalariamento vivido até 2014, as ações dirigidas aos jovens permaneceram focalizando a dimensão da educação.

Postergar a entrada dos jovens no mundo do trabalho, privilegiando a elevação da escolaridade que permitiria ingressar no mercado mais bem qualificados, foi o *leitmotiv* das políticas públicas dirigidas a esse segmento populacional, nos últimos vinte anos. Foram também ausentes as preocupações com o fato de que a expansão do Ensino Superior, permitindo a entrada de uma população até então excluída desse nível educacional, em especial negros e indígenas.(2020, p.354)

Em consequência, tais políticas implicaram em um aumento do número de jovens que estudam e trabalham, geralmente em condições precárias, com longas jornadas e sem direitos trabalhistas.

Ainda segundo Tomasi e Corrochano (2020, p. 353), altas taxas de desemprego, subocupação e desalento se avolumam desde 2015. A taxa de desocupação entre os jovens de 15 a 29 anos no Brasil saltou de 13,1% em 2012 para 16,1% em 2015, atingindo 22,2% em 2019, segundo dados do PNAD 2019. A pandemia do COVID-19 agravou a crise econômica e fortaleceu ainda mais o empreendedorismo como alternativa à falta de emprego.

Segundo Tavares (2018), o empreendedorismo, forma originária do padrão produtivo toyotista, à semelhança do trabalho informal no final do século XX, conquistou corações e mentes dos fiéis seguidores do capital (acadêmicos, políticos ou capitalistas) como solução para o desemprego neste início de século XXI. Entretanto, trata-se de um conceito recorrente na economia, na política e na administração, difundido pela mídia com publicidade financiada pelo Estado, incorporado e legitimado pelo senso comum como fator de crescimento e transformação social. Uma “novidade” orquestrada pela ilusão da autonomia do trabalho, do convite ao trabalhador de ser patrão de si mesmo ou de outrem.

A autora destaca que espera-se do empreendedor a geração de postos de trabalho de modo a garantir ‘ordem e progresso’ capitalistas, em uma estratégia engendrada pelo capital, e viabilizada pelo Estado, que visa: confundir a oposição de classes sociais; obscurecer a figura do trabalhador proletário; combater o desemprego, “sem possibilitar a relação de emprego, na aceção de um contrato pelo qual o trabalhador vende força de trabalho e em troca recebe um salário e a proteção social que, por lei, ainda é garantida aos trabalhadores percebidos como assalariados” (TAVARES, 2018, p.110).

Buscou-se agregar assuntos que podem ser úteis ao jovem que termina o Serviço Militar Obrigatório, tais como noções de empreendedorismo, legislação trabalhista, informações sobre acesso a políticas públicas voltadas para educação e trabalho (cursos gratuitos).

Na página inicial do Portal (Figura 2) trazemos uma mensagem de apresentação:

O portal Trilhas da Educação e do Trabalho é produto da pesquisa sobre Educação Profissional e Serviço Militar Obrigatório, do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, PROFEPT, do Instituto Federal Baiano - Campus Catu.

Este portal foi criado para oferecer contribuições sobre o mundo do trabalho e a educação profissional ao jovem licenciado do Serviço Militar.

Se você está sendo licenciado do Serviço Militar, pretende procurar um emprego com carteira assinada ou montar um negócio?

Quer voltar a estudar? Quer entrar em uma Universidade ou fazer um curso técnico? Pretende prestar um concurso público?

Este site foi criado para ajudar você!

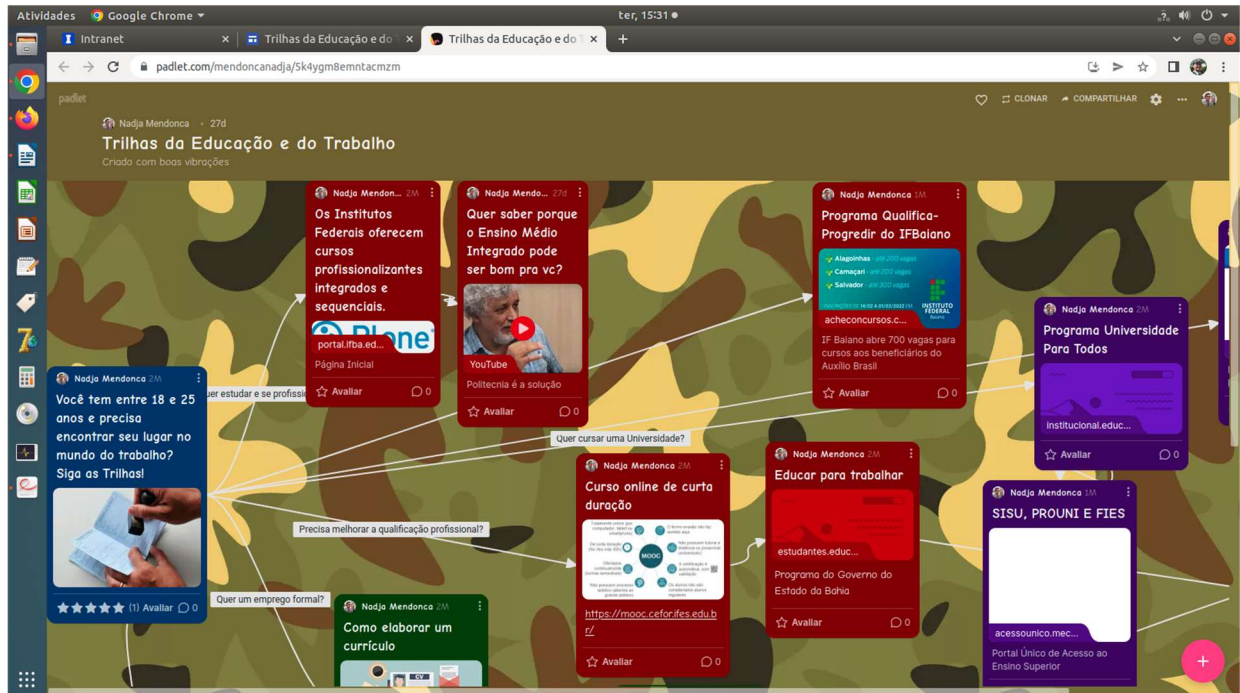
FIGURA 2 – PÁGINA INICIAL DO PORTAL TRILHAS DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO



Fonte: a autora.,2022.

Ainda na página inicial do portal, apresentamos um mural (*padlet*), Figura 3, que apresenta de forma simplificada e ilustrativa o conteúdo das trilhas e um *link* para pesquisa de opinião.

FIGURA 3 – PADLET



Fonte: a autora,2022.

6.1 Trilha da educação profissional e tecnológica

A Trilha da Educação Profissional e Tecnológica, Figura 4, agrega informações sobre cursos on-line e gratuitos fornecidos pelos Institutos Federais e por outras organizações.

O conteúdo dessa trilha vai ao encontro dos anseios daqueles que desejam continuar os estudos, profissionalizar-se e ingressar na universidade.

Conforme explanado no Capítulo 3, de um lado temos a oferta do Ensino Médio Integrado, cursos técnicos subsequentes e curso em nível superior da Rede Federal de Educação Profissional Científica Tecnológica; do outro, políticas públicas disseminam o acesso a cursos FIC's como o PRONATEC. Apesar das críticas de autores referenciados no capítulo 3, esta Trilha também contempla cursos do modelo FIC (formação inicial e continuada), porque entendemos que podem ser úteis para a qualificação profissional dos sujeitos da pesquisa.

FIGURA 4 – TRILHA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



Fonte: a autora, 2022

A construção estética levou em consideração a identificação do público-alvo com os atores. Buscou-se utilizar imagens de jovens negros.

6.2 Trilha do empreendedor

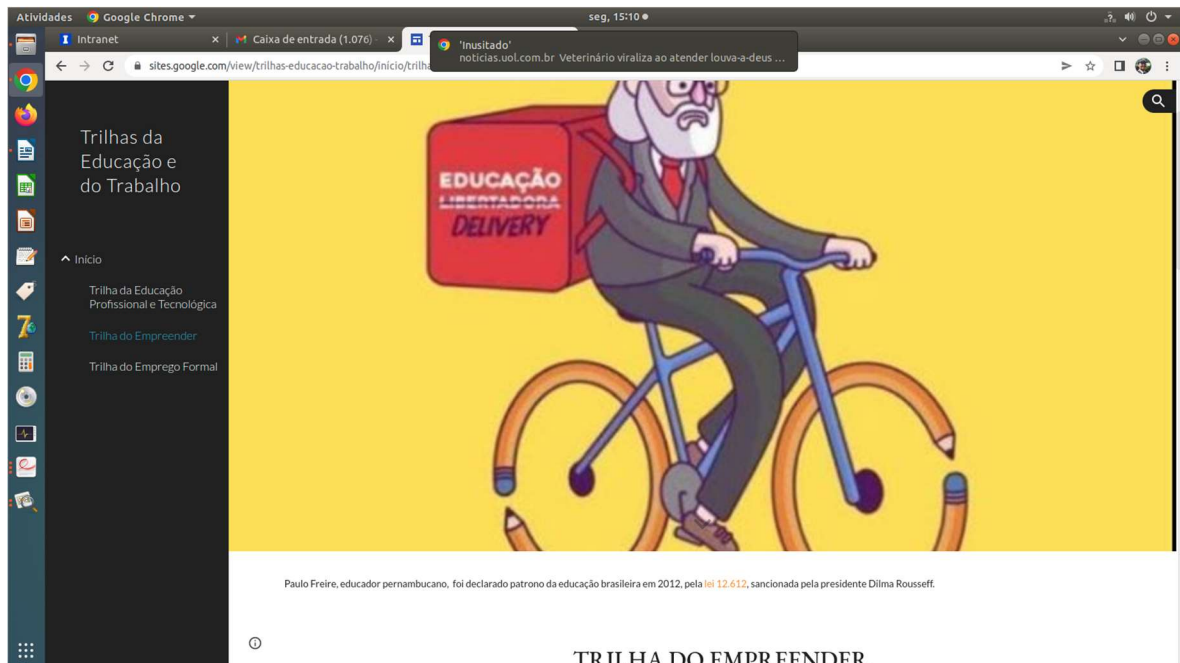
A Trilha do Empreender foi desenvolvida em função das falas frequentes sobre o desejo de abrir um negócio. O conteúdo visa a facilitar o acesso a informações sobre empreendedorismo que estão disponíveis na internet de forma difusa, mas também servir de alerta contra as armadilhas da precarização disfarçada de empreendedorismo.

Segundo Antunes (2018, p.76), adentramos uma nova era de precarização estrutural do trabalho caracterizada, entre outros fatores, pelo “empreendedorismo” cada vez mais configurado como forma oculta de trabalho assalariado, proliferando várias formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa.

Nesse sentido, Filgueiras (2021, p.181) alerta para a narrativa hegemônica do empreendedorismo como solução para um problema que o trabalhador não pode resolver, uma narrativa empresarial perversa com uma promessa que não é factível, de que todos podem fazer e produzir de forma autônoma, sem patrão. O conteúdo sobre uberização tem esse

propósito. A charge de Paulo Freire objetiva passar a mensagem de que se a educação não é libertadora, é somente um “delivery”, uma mercadoria.

FIGURA 5 – TRILHA DO EMPREENDER



TRILHA DO EMPREENDER

Fonte: a autora,2022.

A trilha do empreendedor inicia com um vídeo da proprietária da Wakanda Warriors, uma mulher negra e baiana. A Wakanda é uma empresa voltada para auxiliar aqueles que empreendem por necessidade. A questão da identificação do público-alvo com a personagem foi levada em consideração na escolha do vídeo.

Informações sobre MEI, crédito para empreendedor individual e política de incentivo a pequenos negócios, obtidas a partir do site do SEBRAE, fazem parte dessa trilha.

6.3 Trilha do emprego formal

A trilha do emprego formal abre espaço para informação sobre direitos do trabalhador, sobre a última reforma trabalhista.

Durante as entrevistas, Ch 2 e Ch 1 e Ch 4 mencionarem o fato de algumas empresas que, por motivos diversos, possuem algum contato com a Escola pedirem indicação de nomes de militares a serem licenciados para vagas de emprego, principalmente na área de cozinha. A Trilha do Emprego Formal foi pensada também para abrir um espaço de divulgação de vagas, de serviços.

Essa foi a trilha mais difícil de elaborar, haja vista o quadro de desemprego atual. Nesse sentido, Antunes (2018 p.67) fala sobre uma nova morfologia do trabalho:

Assim, nesse universo caracterizado pela subsunção do trabalho ao mundo maquinímico (seja pela vigência da máquina-ferramenta do século XX, seja pela máquina informacional-digital dos dias atuais), o trabalho estável, herdeiro da fase taylorista-fordista, relativamente moldado pela contratação e pela regulamentação, vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de informalidade, de que são exemplo o trabalho atípico, os trabalhos terceirizados (com sua enorme variedade), o “cooperativismo”, o “empreendedorismo”, o “trabalho voluntário” e mais recentemente os trabalhos intermitentes.

Ao longo do trabalho de campo, percebemos que o soldado tem consciência de que “lá fora” a vida está difícil em termos de emprego, talvez por esse motivo a opção por abrir negócio apareça com tanta frequência. De certo modo, é como se esses jovens soubessem ou intuissem que terão que ser empreendedores de si mesmos.

FIGURA 6– TRILHA DO EMPREGO FORMAL

The image shows a screenshot of a web browser displaying a digital learning path. The browser's address bar shows a Google Sites URL. The page has a dark sidebar on the left with the title 'Trilhas da Educação e do Trabalho' and a list of paths: 'Trilha da Educação Profissional e Tecnológica', 'Trilha do Empreender', and 'Trilha do Emprego Formal'. The main content area is divided into two sections. The top section is titled 'Como fazer um currículo excelente passo a passo (com dicas)' and includes a sub-header 'O currículo profissional, também chamado de curriculum vitae (CV), é um gênero textual que tem como objetivo a conquista de uma vaga de emprego. Portanto, nada mais importante do que saber produzir um bom currículo que vai chamar a atenção de quem analisa. Note que hoje em dia existem vários...'. The bottom section is titled 'Como se preparar para uma entrevista de emprego' and includes two links: 'portal.metodista.br/centraldeestagios/alunos/dicas-1/saiba-como-se-preparar-para-uma-entrevista-de-emprego' and 'www.napratca.org.br/entrevista-de-emprego-guia-completo/'. The footer of the page identifies the author as 'Nadja de Assis Mendonça, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT'. There is also a Creative Commons license logo and the text 'Este produto está licenciado com uma'.

Fonte: a autora,2022.

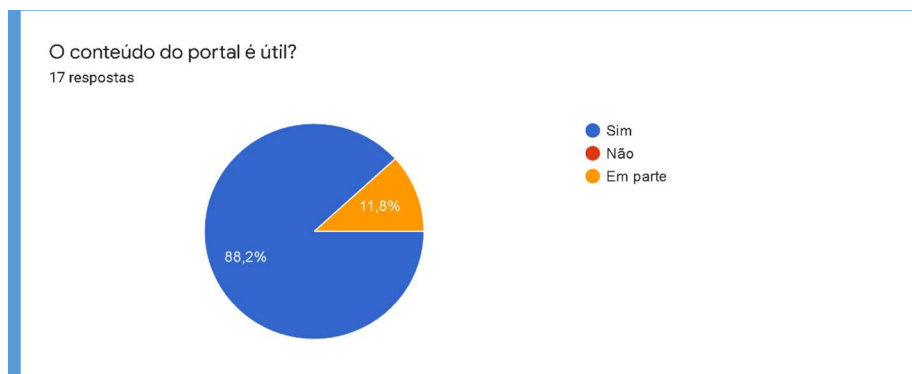
6.4 Validação do produto educacional

O produto foi aplicado em maio de 2022. O período de observação do acesso ao portal foi de duas semanas e, para validação e aperfeiçoamento, foi inserido um questionário de avaliação no próprio portal. Para convidar os participantes da pesquisa a conhecerem o portal e responderem ao questionário de avaliação utilizou-se o Whatsapp®.

6.4.1. Formulário de avaliação do produto educacional

Encerrado o período de validação, os resultados apurados foram muito positivos, conforme os gráficos a seguir.

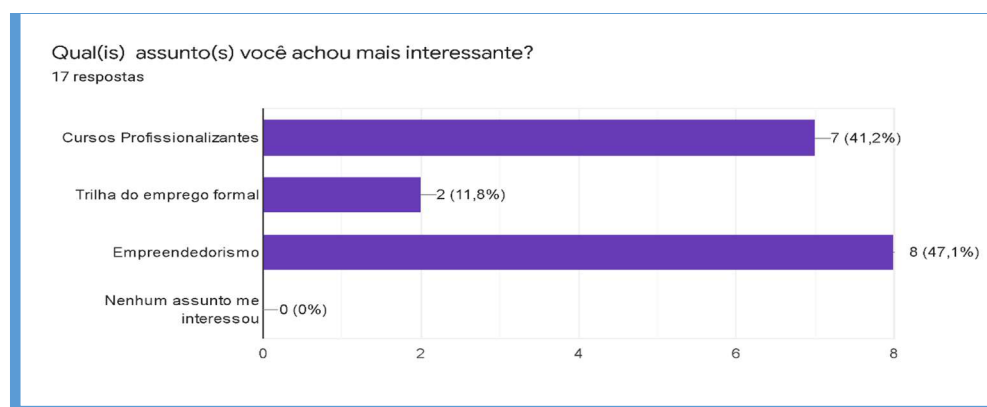
GRÁFICO 1 - O CONTEÚDO DO PORTAL FOI ÚTIL?



Fonte: a autora, 2022.

Todos os respondentes consideraram o conteúdo útil ou em parte. Não houve resposta negativa quanto à utilidade do conteúdo.

GRÁFICO 2 – QUAL(IS) ASSUNTO(S) VOCÊ ACHOU MAIS INTERESSANTE(S)?

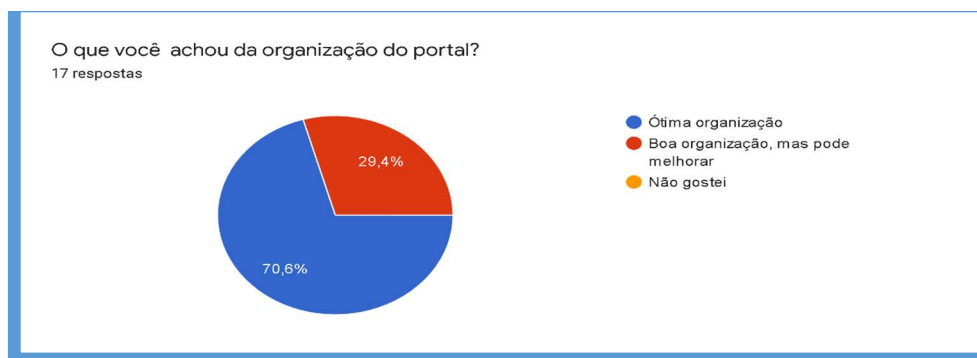


Fonte: a autora, 2022.

O conteúdo sobre empreendedorismo despertou mais interesse (47,1%) do que sobre cursos profissionalizantes (41,2%). A diferença entre o interesse despertado por esses dois conteúdos e o interesse pela trilha do emprego formal (11,8%) é significativa.

Esse resultado não surpreende, ao contrário, condiz com o que foi apurado na coleta de dados. O tema empreendedorismo apareceu, embora, inicialmente, não estivesse no referencial teórico desta pesquisa até a análise das entrevistas. O desejo de “abrir um negócio” apareceu com frequência nas falas dos entrevistados.

GRÁFICO 3 – O QUE VOCÊ ACHOU DA ORGANIZAÇÃO DO PORTAL?



Fonte: a autora, 2022.

No campo: “Algum comentário adicional ou sugestão para o conteúdo do portal?”, obtivemos as seguintes respostas, todas foram positivas, como segue:

- 1) *Achei um pouco complicado mais peguei o jeito (poderia fazer como se fosse uma conversa no whatsapp com perguntas e respostas e os likes direcionado pra cada coisa).*
- 2) *A navegação é boa, mas, sugiro melhora nesta, uma vez que, por cliques com direcionamento interno e externo, tornar-se-á mais intuitiva e ampla para a visualização do internauta. Quanto aos conteúdos, sugiro a inserção de mais informações acerca das áreas do saber, procedimentos e requisitos para êxito na área pretendida.*
- 3) *O portal é bem-feito, possui áreas importantes de interesse. Possui também uma boa navegabilidade, o que desperta vontade de se informar. Os redirecionamentos também são bons, enfim, o portal é bem completo e atende às expectativas.*
- 4) *É um portal bem formal com trilhas muito interessantes e bem completo, muitas informações boas.*

Os resultados da pesquisa de validação foram satisfatórios. O portal teve uma avaliação totalmente positiva. Entendemos que pode ser refinado e divulgado de forma sistemática entre os demais cabos e soldados da ESFCEX.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opção pelo Serviço Militar Obrigatório como objeto de pesquisa foi muito gratificante porque ao longo dos últimos 24 anos, a pesquisadora testemunhou o licenciamento de jovens que deixaram o Exército, depois de 1, 2, 3 ou até 8 anos de serviço. Com aqueles que permaneceram por apenas um ano, o contato sempre foi mínimo e esta foi uma das razões pelas quais os conscritos foram escolhidos como sujeitos desta pesquisa.

Independente do tempo que passam no Exército, o licenciamento é o momento de voltar ao “mundo lá fora”, esse mundo externo inclui o mundo do trabalho.

No retorno à vida civil, o soldado licenciado encontra em um cenário de crise econômica decorrente da crise estrutural do capitalismo e de políticas neoliberais que favorecem o aumento da concentração de riqueza, expansão de lucros e ganhos do capital, a privatização de empresas públicas e a desregulamentação dos direitos do trabalho (ANTUNES, 2018).

Outra razão para a escolha do objeto de pesquisa foi a lacuna de trabalhos acadêmicos sobre o tema, conforme visto na revisão bibliográfica de estudos relacionados.

Durante a retrospectiva histórica abordada no Capítulo 2, percebeu-se a dimensão política que o serviço militar teve (e tem) na sociedade brasileira. Em junho de 2022, o CEO de um dos cinco maiores bancos brasileiros apareceu em um vídeo publicitário em que relembra com detalhes o tempo em que serviu ao Exército, no mesmo quartel em que seu pai serviu, e quando se apresentava:” Soldado 939, fulano, a seu comando!”. Depois de falar sobre valores com liderança, respeito, disciplina e outros, ao final do vídeo declara que “passam os anos e algumas coisas não mudam, e o soldado fulano permanece de prontidão”

Discutir as razões pelas quais o vídeo foi produzido, uma vez que não vende nenhum serviço do banco, mas enaltece o Exército e o Serviço Militar Obrigatório, foge ao escopo deste trabalho, mas serve para reforçar a tese de que a vivência do serviço militar pode inculcar valores que perdurem a vida inteira e que existe sim uma dimensão política e social nesta narrativa. No começo do século XX, Olavo Bilac apela para o senso patriótico das elites dirigentes para impulsionar a campanha pela implementação da lei do sorteio universal para recrutamento militar. Como vimos no Capítulo 2, para o poeta, o quartel apurava as qualidades do indivíduo, infundia-lhe o sentido de hierarquia, da disciplina e do patriotismo. O quartel seria a expressão mais acabada da democracia por nivelar as classes sociais no dever da defesa nacional (COELHO, 2000, p. 89-90).

Consideramos que atingimos o objetivo geral deste trabalho, que foi analisar possibilidades e desafios da educação profissional para o jovem que presta o Serviço Militar Obrigatório, na então EsFCEX/CMS, sem perder de vista a importância do viés histórico para melhor análise, porque a historicidade é inerente ao homem (FREIRE, 2020).

Buscando atender aos requisitos do ProfEPT, buscamos aproximar o objeto de pesquisa da temática educação profissional e tecnológica e das bases conceituais do Programa e para nossa surpresa, durante a revisão bibliográfica encontramos o que chamamos de intercessões históricas entre EPT e serviço militar.

Nesse sentido, o que consideramos como intercessões históricas entre o serviço militar e a Educação Profissional e Tecnológica está para além do início da profissionalização dos corpos de tropa, das companhias de artífices, dos Arsenais de Guerra, das companhias de menores, formadas por órfãos beneficiados pela profissionalização e obrigados à prestação de serviço militar por determinado tempo. Consideramos que há intercessão histórica também quando, no século XXI, o jovem que presta o Serviço Militar Obrigatório, na condição de soldado, é designado para realizar um curso profissionalizante ou capacitação, geralmente de curta duração, em uma entidade do Sistema S, ou outra instituição parceira, dentro do Programa Soldado-Cidadão.

Como foi visto na seção 3.1, “Políticas Públicas para a juventude e o Programa Soldado Cidadão”, a maioria dos cursos disponibilizados no PSE são de curta duração, de formação continuada, ou simples capacitações.

A despeito dos aspectos positivos na formação profissional do soldado que voltará ao mundo do trabalho ao ser licenciado e ao fato de que a oferta de cursos profissionalizantes não está entre as missões do Exército e das demais Forças Armadas, entendemos que o PSE é uma política pública que se consolidou, afinal está em vigor desde 2004, tem seu efeito positivo, mas está aquém da demanda de formação profissional da juventude brasileira, mesmo considerando o reduzido número de jovens que prestam serviço militar.

Ao cumprir o objetivo de esboçar o perfil socioeducacional do soldado que presta o Serviço Militar Obrigatório na EsFCEX/CMS, identificamos o perfil médio de um jovem periférico, com escolaridade básica incompleta e com planos de empreender, terminar os estudos e arranjar um emprego após o licenciamento.

Esse perfil, juntamente com as informações obtidas durante as entrevistas, foi levado em consideração na elaboração do produto “Trilhas da Educação e do Trabalho”. O tema

empreendedorismo, que não fazia parte do referencial teórico, apareceu com frequência nas entrevistas, razão pela qual foi criada a trilha do empreender.

Durante a pesquisa de validação, ficou comprovado o grande interesse no tema empreendedorismo, mais até do que o interesse em cursos profissionalizantes, conforme visto na seção 6.4.1 Entendemos que este tema merece uma reflexão mais abrangente por concordarmos com Filgueiras (2021) e Antunes (2018) no que se refere a narrativa empresarial e política de incentivo ao empreendedorismo como antídoto para o desemprego, quando na verdade esse discurso serve para escamotear relações de trabalho não regulamentadas e reafirmar a tese de que o desemprego é culpa do desempregado, do trabalhador que não adquiriu qualificação e flexibilidade para atender às demandas do capital.

O desenvolvimento deste trabalho visou contribuir para o preenchimento de parte da lacuna de conhecimento sobre o impacto do Serviço Militar Obrigatório na vida pessoal e profissional do soldado e futuro reservista, residente em Salvador, uma capital com quase três milhões de habitantes e um dos maiores índices de desemprego entre as capitais do país e, ainda, pela criação e implantação de um portal voltado para o mundo do trabalho, com conteúdo direcionado ao jovem de perfil socioeducacional semelhante ao do soldado licenciado do Serviço Militar Obrigatório.

Neste trabalho, os sujeitos da pesquisa foram soldados que estavam prestando o Serviço Militar Obrigatório, os que são licenciados após um ano de serviço. Entendemos que este estudo poderia ser aprofundado, no futuro, com uma pesquisa entre aqueles que permanecem mais tempo no serviço militar, os engajados.

O soldado engajado pode passar até oito anos no Exército, período em que amadurece, forma família, goza de uma certa estabilidade financeira, e ao sair retorna ao mundo do trabalho depois de ter passado quase uma década em uma instituição total ou totalizante (CASTRO, 2007). Propomos uma pesquisa voltada para identificar as percepções desse sujeito sobre o serviço militar, seus anseios para a volta ao “mundo lá fora” e seus planos de vida futura e como esse sujeito vai se recolocar no mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo: ANPED/PUC-SP, n. 5 e 6, p. 25-36, 1997. Número especial: Juventude e Contemporaneidade. Disponível em http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/442_1175_abramowendel.pdf. Acesso em: 22 abr 2020.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do Toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. - São Paulo: Boitempo 2011.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre afirmação e negação do trabalho. 2 ed. São Paulo,SP: Boitempo, 2009.
- _____, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARROYO, Miguel G. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador / Carlos Minayo Gomes...**[et al.]- 3 ed.- São Paulo: Cortez; 1995
- _____, Miguel Gonzalez. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NOS INTERROGA. QUE INTERROGAÇÕES? In: **Educação Profissional e Tecnológica em Revista** v. 3 n. 1 (2019). Disponível em <https://doi.org/10.36524/profept.v3i1.374>
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1946**; tradução Fábio Duarte Joly. -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- BRASIL. **Lei 4.375 de 17 de agosto de 1964. Lei do Serviço Militar**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4375.htm. Acesso em: 22 Jun 2020.
- _____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 22 Jun 2020.
- _____. MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. **Portaria normativa nº 1.227/MD, de 27 de agosto de 2008. Dispõe sobre o Projeto Soldado-Cidadão e altera a composição de seu Comitê Gestor**. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=1-80-32-2008-08-27-1227>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- _____. **Decreto nº 6.703 de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa>. Acesso em: 02 out. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.** Brasília, Diário Oficial da União, 16 out. 1996.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.** Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em 03 de fevereiro de 2021.

_____. MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. **Portaria nº 9-COTER, de 6 de fevereiro de 2019. Aprova o Programa Padrão de Instrução Individual Básica (EB70-PP-11.001).**

CAIRES, Vanessa Guerra. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M. de. **Educação Profissional Brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CAMARANO, Ana Amélia et al. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. **Última década.**, Santiago, v. 12, n. 21, p. 11-50, dic. 2004. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362004000200002&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 27 jul. 2020.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. A pesquisa em ciências humanas, ciências sociais e educação: questões éticas suscitadas pela regulamentação brasileira. **Educação e Pesquisa** [online]. 2020, v. 46 [Acessado 3 julho 2021], e217224. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046217224>. Epub 20 Jan 2020. ISSN 1678-4634. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046217224>.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CASTRO, A. H. F. **A Pré-indústria e Governo no Brasil: iniciativas de industrialização a partir do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, 1808-1864.** 2017. Tese (Doutorado em História Comparada) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://ppghc.historia.ufrj.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=222-a-pre-industria-e-governo-no-brasil-iniciativas-de-industrializacao-a-partir-do-arsenal-de-guerra-do-rio-de-janeiro-1808-1864&category_slug=teses&Itemid=155. Acesso em: 27 jul. 2020.

_____, A. H. F. As companhias de artífices do Exército. **Revista do Exército Brasileiro**, v. 152, p. 68-78, 2016.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, V. et KRAAY, H. **Nova história militar brasileira** Organizadores: Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____, Celso. **Exército e nação: estudos sobre a história do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: FGV, 2012.

_____, Celso. Goffman e os Militares: sobre o conceito de Instituição Total. In: **Revista Militares e Política**, jul. a dez. 2007. Disponível em www.lemp.historia.ufrj.br/revista/ante/Militares_e_Politica_LEMP_n_01.rar : Acesso em: 10 out. 2019.

COELHO, Edmundo Campos Coelho. **Em busca de identidade. O Exército e a política na sociedade brasileira.** – Rio de Janeiro: Record, 2000.

CORDÃO, Francisco Aparecido. **Educação Profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas.** – São Paulo: Editora Senac São Pulo, 2017.

CORROCHANO, M. C.; ABRAMO, L. W. Juventude, educação e trabalho decente: a construção de uma agenda. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 22, n. 47, p. 110–129, 2016. DOI: 10.26512/lc.v22i47.4789. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4789>. Acesso em: 23 abr. 2022.

CUNHA, LUIZ ANTONIO. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata.** 2.ed. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

FILGUEIRAS, Vítor. “É tudo novo”, de novo: as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital / Vítor Filgueiras, - 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2021

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo.** - Brasília, 2 Ed: Liber Livro Editora, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** - 75 ed. - Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.**-6 ed. - São Paulo: Cortez, 2010(a)

_____, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista.** - 9 ed. – São Paulo: Cortez, 2010(b)

_____, Gaudêncio. A relação da Educação Profissional e tecnológica e universalização da educação básica. In: **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo [recurso eletrônico] desafios, tensões e possibilidades/** Jaqueline Moll e colaboradores. – Dados eletrônicos. - Porto Alegre: Artmed, 2010(c).

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social:** atuação no desenvolvimento de projetos sociais. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013

_____, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.**Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006

GRABOWSKI, Gabriel; KUENZER, Acácia Zeneida. A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO REGIME DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL. **HOLOS**, [S.l.], v. 6, p. 22-32, out. 2016. ISSN 1807-1600.

Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4983>. Acesso em: 29 abr. 2020. doi:<https://doi.org/10.15628/holos.2016.4983>.

GROPPO, Luis Antonio. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, v. 20, n 1, p. 383-402, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=3211/321146417024>. Acesso em: 11 ago. 2020

HONORATO, Hercules Guimarães. Projeto soldado cidadão: uma política pública eficaz na inserção do jovem no mercado de trabalho? **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S.l.], v. 8, n. 3, p. 667-677, feb. 2014. ISSN 1982-5587. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6589>. Acesso em: 15 jun. 2020. doi:<https://doi.org/10.21723/riace.v8i3.6589>.

KUHLMANN, Paulo RL. Serviço Militar Obrigatório no Brasil: Continuidade ou mudança? **Security and Defense Studies Review**. v. 1. Winter 2001. p. 147-158.

_____, Paulo Roberto Loyolla. **O serviço militar, democracia e defesa nacional: razões da permanência do modelo de recrutamento no Brasil**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. DOI:10.11606/D.8.2001.tde-17102006-102857. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-17102006-102857/pt-br.php>. Acesso em: 12 jul. 2020.

LIMA, João Maria de. **Serviço militar obrigatório no Brasil: uma reflexão atual das práticas e representações usadas na construção da identidade militar (2000 – 2008)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdades de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/335>. Acesso em: 14 jun. 2020

PAULA CIDADE, Francisco de. **Síntese de três séculos de literatura militar brasileira**. - Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998

MACEDO, Jonas Carniel de. **Cursos de formação inicial e continuada e a inserção no mercado de trabalho: o caso da UFSM e das organizações militares de Santa Maria**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/4762>. Acesso em 16 ago.2020

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

MARX, Karl et ENGELS, Friederich. **Textos sobre Educação e Ensino**. Tradução: Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Disputas científicas que transbordam para o campo da Ética em pesquisa: entrevista com Maria Cecília de Souza Minayo. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2015, v. 20, n. 9 [Acessado 3 julho 2021]. pp. 2693-2696. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015209.11862015>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015209.11862015>.

MOURA, D. H. A FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 23–38, 2015. DOI: 10.15628/rbept.2008.2863. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863>. Acesso em: 29 abr. 2020.

NEVES, Daniela. A exploração do trabalho no Brasil contemporâneo. **Revista Katálysis** [online]. 2022, v. 25, n. 1 [Acessado 3 Maio 2022] , pp. 11-21. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82561>>. Epub 10 Jan 2022. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82561>.

OLIVEIRA, Beatriz Cristina. DIAS; Camila Santos. Educação não formal: instrumento de libertação e transformação? **Revista Científica da FHO|UNIRARARAS** v. 5, n. 2/2017

OLIVEIRA, Mary Borges de. **PRONATEC: oferta de curso FIC's no primeiro governo Dilma Rouseff 2011-2014**. In: Políticas Públicas de Qualificação Profissional & EJA: dilemas e perspectivas II / Bruno Miranda Neves (org) – 1 Ed. – Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

SAVIANI, Dermeval. LOMBARD, José Claudinei. SANFELICE, José Luís (orgs). **Capitalismo, trabalho e educação: - 3 ed.** Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. (Coleção Educação Contemporânea).

TAVARES, M. A. O empreendedorismo à luz da tradição marxista. **Revista Em Pauta**, v. 16, n. 41, p. 107- 121, 2018. < <https://doi.org/10.12957/rep.2018.36687>>

TOMMASI, L.; CORROCHANO, M. C. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. **Estudos Avançados** [online]. 2020, v. 34, n. 99 [Acessado 02 Junho 2022] , pp. 353-372. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.021>. Epub 10 jul 2020. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.021>.

TRILLA, Jaume. **Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos**; Valéria Amorim Arantes (org.) – São Paulo: Summus, 2008.

TUMOLO, Paulo Sergio. **O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível?** Educação & Sociedade [online]. 2005, v. 26, n. 90 [Acessado 3 Maio 2022] , pp. 239-265. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000100011>. Epub 27 Jul 2005. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000100011>.

APÊNDICE I



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – Campus Catu
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa seguirá os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Prezado (a) _____

Convidamos você para participar como voluntário (a) na pesquisa intitulada: “Educação Profissional no Serviço Militar Obrigatório: possibilidades e desafios” de autoria e responsabilidade de Nadja de Assis Mendonça (CPF: 641.367.365-680, mestrande do programa de pós-graduação Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus Catu*, sob a orientação do Prof. Dr. Gilvan Martins Durães, professor e pesquisador do IFBAIANO. A pesquisa tem como objetivo analisar as possibilidades e desafios da educação profissional para o jovem que presta Serviço Militar Obrigatório na Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador (EsFCEX/CMS) no período de 2020 a 2021.

A Resolução nº 466/12 e nº 510/16, homologada pelo Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde – CNS/MS, atesta que para toda pesquisa realizada com seres humanos devem ser previstos e avaliados os riscos, aos quais poderão ser expostos os participantes. Segundo essa Resolução, faz-se necessário a submissão do projeto de pesquisa a um Conselho de Ética e Pesquisa – CEP. Sendo assim, a pesquisadora se compromete a encaminhar todos os instrumentos de coleta para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e a coleta de dados apenas ocorrerá após autorização do mesmo.

A sua participação é voluntária e a sua seleção se deve ao seu perfil se enquadrar no foco da pesquisa: oficiais e praças (sargentos, cabos e soldados) da Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador (EsFCEX/CMS). Ocorrerá por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, precedidas de uma exposição sobre a pesquisa e seus objetivos.

Buscando ainda minimizar os riscos de constrangimento, incômodo ou ofensa, esses instrumentos de pesquisa foram elaborados levando em consideração a Resolução nº 466/12 e nº 510/16 CNS/MS e bibliografia que versa sobre a ética na pesquisa, preocupando-se em desenvolver abordagens respeitadas e éticas.

São objetivados na utilização desses instrumentos de coleta de dados: delinear o perfil socioeducacional do soldado que presta serviço militar na EsFCEEx/CMS; analisar a relação entre o Serviço Militar Obrigatório e a educação profissional; propor um portal colaborativo, na internet, que contribua para a educação profissional do jovem que presta Serviço Militar Obrigatório e demais contribuições que possam surgir.

A pesquisadora responsável se compromete a esclarecer quaisquer dúvidas adicionais durante a aplicação entrevista

Considerando a situação de Pandemia do Corona virus/COVID 19 em que se faz importante o distanciamento social para a preservação da vida, os encontros ocorrerão respeitando o distanciamento social e com uso de máscaras. Todas as medidas que visam preservar a integridade dos participantes e o sigilo das informações por eles fornecidas, serão mantidas, acrescidas de uma maior atenção e cuidado que o momento atípico de confinamento requer.

A qualquer momento durante os encontros o participante poderá solicitar o desligamento da câmera e/ou gravador de áudio, caso sinta qualquer desconforto e pedir para religar quando assim lhe convier. Esses encontros poderão ser gravados apenas para registro e posterior análise dos dados coletados, não sendo utilizado tal conteúdo utilizado para fins alheios aos objetivos na pesquisa. Para evitar qualquer tipo de constrangimento e/ou desconforto, a pesquisa manterá o sigilo dos nomes dos participantes, os quais não devem ser divulgados em nenhuma situação, primando pela confiabilidade e participação voluntária e assegurando-lhe a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na mesma.

O participante tem absoluta liberdade para interromper ou retirar o seu consentimento de participação a qualquer momento, inclusive antes ou depois da coleta dos dados, sem justificar sua decisão e sem nenhum prejuízo para sua pessoa.

Sua participação neste projeto não implicará ônus financeiro, bem como não haverá nenhum tipo de compensação ou gratificação financeira, visto que se trata de uma participação voluntária. Ainda que tomados todos os cuidados, o participante tenha algum prejuízo material ou imaterial, o pesquisador assegura a assistência integral às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos, caso o participante comprove que o dano alegado, provém de sua participação na pesquisa, conforme determina as Resoluções nº 466/12 e

510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

A sua anuência em participar poderá colaborar com a ampliação das discussões sobre a educação profissional e o Serviço Militar Obrigatório. Além disso, essa pesquisa pretende contribuir para a identificação de possibilidades de oferta de educação profissional para os jovens que prestam Serviço Militar Obrigatório em uma Organização Militar do Exército, no caso a ESFCEX/CMS, na cidade de Salvador, e a proposta de um produto educacional que possa contribuir para a educação profissional do soldado e futuro reservista, com vistas ao seu retorno à vida civil e ao mundo do trabalho.

Para quaisquer outras informações adicionais o (a) Sr.(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora Nadja de Assis Mendonça, Rua Vinícius de Moraes, 293, Casa 7, Buraquinho, Lauro de Freitas, 42.710-470, ou pelo telefone (71) 99148-3994 e do e-mail mendoncanadja@gmail.com. Poderá entrar em contato diretamente com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia CEP/IFBA, Av. Araújo Pinho, Nº 39, Canela, Salvador/BA, 40.110-150, ou pelo telefone (71) 3221-0332 e do e-mail cep@ifba.edu.br.

Este termo de consentimento será assinado em duas vias, uma cópia será arquivada no Curso de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal Baiano, *Campus Catu* e outra será fornecida ao participante. A pesquisadora responsável, que também assina esse documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza as Resoluções CNS/MS Nº 466/12 de 12 de junho 2012 e Nº 510/2016, de 07 de abril de 2012, que tratam dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome _____ do _____ Participante:

Documento de Identidade nº ^o _____

Data de Nascimento: /_____/_____

E-mail: _____ Telefone: (____) _____/(____) _____/

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui devidamente informado(a) e entendi a explicação sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração. Concordo de forma livre e esclarecida em participar do projeto voluntariamente, conforme os termos apresentados, e estou plenamente ciente de que: não haverá nenhum retorno financeiro; de que posso sair a qualquer momento, inclusive antes ou após a coleta de dados; de que pesquisa se compromete a manter o sigilo e a confidencialidade, sem que meu nome e demais informações pessoais que me identifiquem sejam divulgados em nenhuma situação. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um de nós.

_____, ____ de _____ de _____
Local e data

Assinatura do participante

Nome:

CPF:

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Nome: Nadja de Assis Mendonça

CPF: 641.367.365-68

APÊNDICE II



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO IFBAIANO - CAMPUS CATU

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - PROFEPT

GUIA DE ENTREVISTAS

Informações prévias

- Apresentar o termo de consentimento livre e esclarecido e o formulário de identificação, pedir para que seja lido e assinado
- Salientar os objetivos da pesquisa, método da entrevista e acordar o tempo de duração
- Ressaltar o fato de que o participante é livre para construir sua narrativa, podendo deixar de responder, responder parcialmente ou desistir da entrevista.

Foram formulados 5 roteiros para entrevistas semiestruturadas. As perguntas são focalizadas neste assunto principal: educação profissional no Serviço Militar Obrigatório. Embora sejam essenciais para nortear a entrevista, não impede que se formule outras questões sobre o tema.

APÊNDICE III



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO IFBAIANO - CAMPUS CATU

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - PROFEPT

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Entrevista para o encarregado de pessoal da Companhia de Comando e Serviços

1. Dados pessoais e funcionais

Nome: _____

Idade: _____ anos email: _____

Tel: _____ Tempo na função: _____

2. Questões

1. Como você descreveria o perfil dos soldados recrutas que incorporam na EsFCEEx?
2. Qual o critério de distribuição dos recrutas para as diversas seções da EsFCEEx/CMS após o período básico?
3. De acordo com sua experiência, quais as dificuldades mais frequentes encontradas para a formação profissional do recruta?
4. Quais as oportunidades de formação profissional para o soldado durante o Serviço Militar Obrigatório você conseguiria identificar, além da formação básica de combatente para a condição de reservista?
5. Ao se aproximar o licenciamento, é comum os recrutas verbalizarem planos de estudo e trabalho?
6. Quais interesses para a vida educacional e profissional são mencionados com mais frequência?
7. É comum o recruta desejar continuar na área profissional em que atuou aqui?
8. Caso você tenha contato com ex-recrutas que já tenham sido licenciados, qual a situação profissional desses jovens depois que deixam o serviço militar?

9. O que você acha da criação de um Portal colaborativo na internet para agregar informações sobre o mundo do trabalho e educação profissional direcionado ao jovem após o licenciamento do Serviço Militar Obrigatório

10. Como você poderia colaborar com este Portal caso seja implementado?

APÊNDICE IV



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO IFBAIANO - CAMPUS CATU

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - PROFEPT

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Entrevista para Comandantes de Pelotão da Companhia de Comando e Serviços

1. Dados pessoais e funcionais

Nome: _____

Idade: _____ anos email: _____

Tel: _____ Tempo na função: _____

2. Questões

1. Como você descreveria o perfil dos soldados recrutas que incorporam na EsFCEx?
2. De acordo com sua experiência, quais as dificuldades mais frequentes encontradas para a formação profissional do recruta?
3. Quais as oportunidades de formação profissional para o soldado durante o Serviço Militar Obrigatório você conseguiria identificar, além da formação básica de combatente para a condição de reservista?
4. Ao se aproximar o licenciamento, é comum os recrutas verbalizarem planos de estudo e trabalho?
5. Quais interesses para a vida educacional e profissional são mencionados com mais frequência?
6. É comum o recruta desejar continuar na área profissional em que atuou aqui?
7. Caso você tenha contato com ex-recrutas que já tenham sido licenciados, qual a situação profissional desses jovens depois que deixam o serviço militar?
8. O que você acha da criação de um Portal colaborativo na internet para agregar informações sobre o mundo do trabalho e educação profissional direcionado ao jovem após o licenciamento do Serviço Militar Obrigatório.
9. Como você poderia colaborar com este Portal caso seja implementado?

APÊNDICE V



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
IFBAIANO - CAMPUS CATU**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
- PROFEPT**

ROTEIROS DE ENTREVISTA

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Entrevista para Chefes/Adjuntos de Divisão/Seção

1 Dados pessoais

Nome: _____

Idade: _____ anos Email: _____

Tel: _____

2 Dados profissionais:

Seção: _____

Função que desempenha: _____

Tempo na função: _____

3 Questões

1. Quantos recrutas a seção recebe anualmente?
2. Como você descreveria o perfil desses soldados, do ponto de vista social e educacional ou profissional?
3. Quais conhecimentos e/ou habilidades são desejáveis para um soldado trabalhar nesta seção?
4. Os soldados que vêm para esta seção são direcionados para cursos, estágios, ou capacitações profissionalizantes, dentro ou fora do Programa Soldado-Cidadão? Se sim, quais?
5. Na sua opinião, como a EsFCEEx/CMS poderia oferecer melhores condições para formação profissional do recruta de modo a auxiliar no retorno ao mundo do trabalho, após o licenciamento?

6. Ao se aproximar o licenciamento, é comum os recrutas verbalizarem planos de estudo e trabalho?
7. Quais interesses para a vida educacional e profissional são mencionados com mais frequência?
8. É comum o recruta desejar continuar na área profissional em que atuou aqui?
9. Caso você tenha contato com ex-recrutas que já tenham sido licenciados, qual a situação profissional desses jovens depois que deixam o serviço militar?
10. O que você acha da criação de um Portal colaborativo na internet para agregar informações sobre o mundo do trabalho e educação profissional direcionado ao jovem após o licenciamento do Serviço Militar Obrigatório.
11. Como você poderia colaborar com este Portal caso seja implementado?

APÊNDICE VI



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO IFBAIANO - CAMPUS CATU

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Entrevista para Cabos/Soldados

1 Dados pessoais

Nome: _____

Idade: _____ anos Escolaridade: _____

Email: _____ Tel: _____

2 Dados profissionais:

Seção: _____

Função que desempenha: _____

3 Questões

1. Por que você foi voluntário para o serviço militar?
2. Como era sua vida profissional e de estudo antes do serviço militar?
3. Em que você pretende trabalhar depois do Serviço Militar? Pretende estudar? O quê?
4. Você tem facilidade de acesso à internet? Você acessa por computador ou somente celular?
5. Você possui a Redes sociais? Se sim, quais?
6. Você já fez algum curso pela internet? Qual(is)? Você acha que tem condições de estudar pelo computador ou celular?

7. Você fez ou está fazendo algum curso profissionalizante durante o serviço militar? Se sim, qual (is)?
8. Você acha que esse aprendizado (curso) será útil para sua vida profissional? Se sim, por quê? *(caso o entrevistado responda positivamente à pergunta anterior)*
9. Em que bairro você mora?
10. Com quem você mora?
11. Quem é o responsável pelo sustento da casa?
12. Você contribui para o sustento da casa?
13. Quais as profissões dos seus pais?

APÊNDICE VII

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETECINSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO - Campus Catu**

**PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA-
PROFEPT
DECLARAÇÃO NÃO UTILIZAÇÃO DO TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO – TALE**

Eu, Nadja de Assis Mendonça, CPF: 641.367.365-68, responsável pelo projeto de pesquisa intitulado **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS**, DECLARO para os devidos fins, que o desenvolvimento da referida pesquisa **não contará** com a participação de crianças e adolescentes (menores de 18 anos de idade) ou incapazes de qualquer tipo, não havendo necessidade de desenvolvimento e aplicação do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE.

Todos os participantes são maiores de 18 anos, plenamente capazes e responsáveis legalmente por si mesmos, estando aptos a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE e demais documentações legais que garantam seu pleno conhecimento e assentimento quanto sua participação, bem como quanto a seus direitos como participante, questões éticas e legais que possam estar envolvidas, e demais assuntos envolvidos ao tema.

Responsabilizo-me civil e criminalmente pela veracidade das informações declaradas acima.
Catu, BA, 13 de julho de 2021.

Nadja de Assis Mendonça
Pesquisadora Responsável

APÊNDICE VIII

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECE_x - DESM_{il} - DEPA
ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO E COLÉGIO MILITAR DE
SALVADOR**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA COPARTICIPANTE

Autorizo a pesquisadora Nadja de Assis Mendonça (CPF: 64136736568) a desenvolver na Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador o projeto de pesquisa intitulado “Educação Profissional no Serviço Militar Obrigatório: possibilidades e desafios”, o qual será executado em consonância com as normativas que regulamentam a atividade de pesquisa envolvendo seres humanos, tão logo o projeto seja aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa a que for submetido por meio da Plataforma Brasil.

Estão autorizadas as consultas à documentação ostensiva sobre instrução profissional referentes ao Projeto Soldado-Cidadão e outras parcerias no âmbito da educação profissional do soldado que presta Serviço Militar Obrigatório e entrevistas com oficiais e sargentos, cabos e soldados desta Organização Militar, sobre o tema que norteia o projeto supracitado, conforme roteiros de entrevistas anexos ao mesmo.

Declaro que esta instituição é coparticipante na medida em que a pesquisadora responsável compromete-se a cumprir integralmente o que prescreve a Resolução 466/2012(CNS) e dispõe da infraestrutura necessária para garantir a segurança e bem estar dos participantes da pesquisa.

Salvador, Ba, 7 de julho de 2021.

RUBEM MENDES DA COSTA NETO – Coronel

Comandante da Escola de Formação Complementar e Colégio Militar de Salvador

APÊNDICE XIX

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMIL - DEPA
ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO E COLÉGIO MILITAR DE
SALVADOR**

TERMO DE CONCESSÃO

Autorizo o acesso aos documentos ostensivos sobre instrução profissional referentes ao Projeto Soldado-Cidadão e outras parcerias no âmbito da educação profissional do soldado que presta Serviço Militar Obrigatório, que serão utilizados na execução do projeto intitulado Educação Profissional no Serviço Militar Obrigatório: possibilidades e desafios, sob a responsabilidade da pesquisadora Nadja de Assis Mendonça (CPF: 64136736568) com a finalidade científica e sem comprometer de nenhuma forma a integridade e a identidade dos participantes da pesquisa, conforme regulamenta a Resolução CNS 466/12.

Declaro estar ciente dos objetivos e benefícios do estudo, assim como da justificativa para aplicar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e concordo com a coleta dos dados nesta unidade, exclusivamente para uso nesta pesquisa.

Salvador, 13 de maio de 2021.

RUBEM MENDES DA COSTA NETO – Coronel

Comandante da Escola de Formação Complementar e Colégio Militar de Salvador

APÊNDICE X

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETECINSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO - Campus Catu
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA-PROFEPT**

CARTA DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA PROPONENTE

Declaramos que nós, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus* Catu, estamos de acordo com a condução do projeto de pesquisa “Educação Profissional no Serviço Militar Obrigatório: possibilidades e desafios”, sob a responsabilidade de Nadja de Assis Mendonça (CPF: 641.367.365-68), tão logo o projeto seja aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa.

Estamos cientes que a instituição proponente é responsável pela atividade de pesquisa proposta que será executada pelos seus pesquisadores e que dispomos da infraestrutura necessária para atender a Resolução 466/2012(CNS) que regulamentam as atividades de pesquisa envolvendo seres humanos.

Sandra Cerqueira de Jesus
Diretora Geral
port. 447 de 19/03/2018 DOU 20/03/2018

APÊNDICE XI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC/INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO - Campus Catu
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA-PROFEPT

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Assumimos o compromisso de preservar a privacidade e a identidade dos participantes da pesquisa intitulada Educação Profissional no Serviço Militar Obrigatório; possibilidades e desafios, cujos dados serão coletados através de questionários, entrevistas e observação não participante, na Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador (EsFCEx/CMS), com a utilização dos dados única e exclusivamente para execução do presente projeto.

Os resultados serão divulgados de forma anônima, assim como os termos de consentimento livre e esclarecido guardados no (local onde a documentação será armazenada) do Instituto Federal Baiano pelo período de 05 (cinco) anos sob a responsabilidade do Pesquisador/a (nome do pesquisador/a). Após este período, os dados serão destruídos.

Salvador-BA, 13 de julho de 2021

Nome dos Membros da Equipe Executora	Assinatura
Prof. Dr. Gilvan Martins Durães	
Nadja de Assis Mendonça	

APÊNDICE XII



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO - Campus Catu
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA-PROFEPT

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE PESQUISA

Declaro estar ciente do compromisso firmado com a execução do projeto intitulado **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS**, vinculado à instituição Instituto Federal Baiano, Campus Catu, que será desenvolvido na forma apresentada e aprovada pelo CEP do Instituto Federal da Bahia (CEP-IFBA) sempre orientado pelas normativas que regulamentam a atividade de pesquisa.

Salvador, 13 de julho de 2021.

Nome do orientador e da orientanda	Assinatura
Prof Dr. Gilvan Martins Durães	
Nadja de Assis Mendonça	